

Jardim Botânico

Relatório de Gestão 2023

Banco Internacional De São Tomé e Príncipe



+239 224 31 00



sgeral@bistp.st



Bistp.st



Index

1. PRINCIPAIS INDICADORES	3	7. GESTÃO DE RISCO	47
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	6	8. RECURSOS HUMANOS	57
<i>“Desde sempre - para sempre”, um bem haja</i>		9. RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	09	10. ANÁLISE FINANCEIRA	63
3.1 ESTRUTURA ACIONISTA	09	10.1 COMPONENTES DO BALANÇO	63
3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS	09	10.2 COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	64
3.3 MARCOS DA ATIVIDADE	10	11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	66
4. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO	11	12. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA	67
4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL	11	13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
4.2 CONTEXTO NACIONAL	17	14. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP	29	15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	114
5.1 ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	29		
5.2 PRESENÇA GEOGRÁFICA E CANAL DE DISTRIBUIÇÃO	31		
6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2023	32		
6.1 BANCA DE RETALHO: PARTICULARES	32		
6.2 BANCA CORPORATIVA: EMPRESAS E INSTITUIÇÕES	38		
6.3 BANCA ELETRÓNICA (CARTÃO DE DÉBITO E E-BANKING)	44		



01

PRINCIPAIS INDICADORES

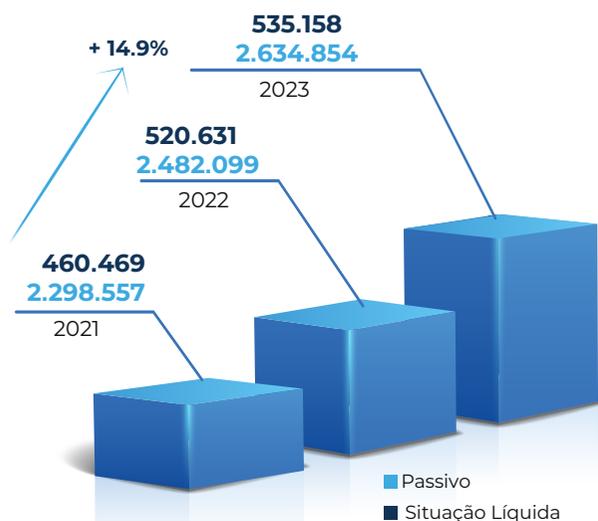
Pterolepis glomerata



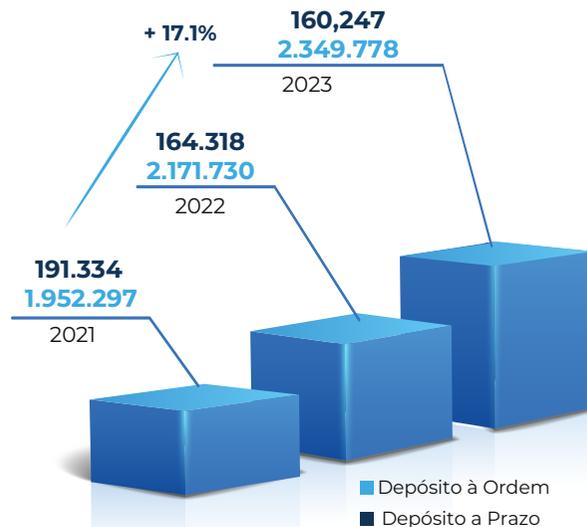
Valores em Dobras	2021	2022	2023	Variação Homóloga	
				2022 Vs. 2021	2023Vs. 2022
Volume de Negócio	3.071.477.979	3.295.907.213	3.375.425.743	7,31%	2,41%
Crédito a Clientes	890.506.276	877.808.614	769.945.957	-1,43%	-12,29%
Recursos de Clientes	2.146.129.128	2.336.048.435	2.510.025.112	8,85%	7,45%
Crédito Documentário	17.271.030	20.540.879	66.603.756	18,93%	224,25%
Garantias Bancárias Prestadas	17.571.545	61.509.286	28.743.800	250,05%	-53,27%
Balço					
Activo Líquido	2.759.025.950	3.002.729.156	3.170.011.805	8,83%	5,57%
Crédito Líquido	675.547.892	819.966.179	705.066.020	21,38%	-14,01%
Recursos de Clientes	2.146.129.128	2.336.048.435	2.510.025.112	8,98%	7,45%
Situação Líquida	460.469.337	520.630.545	535.158.104	13,07%	2,79%
Resultados					
Margem Financeira	118.445.290	134.678.010	143.754.275	13,70%	6,74%
Margem Complementar	133.669.908	173.357.774	150.523.415	29,69%	-13,17%
Produto Bancário	252.115.198	308.035.784	294.277.690	22,18%	-4,47%
Resultado de Exploração	115.136.495	152.793.991	140.814.342	32,71%	-7,84%
Resultado antes de Imposto	84.880.003	130.337.178	98.357.985	53,55%	-24,54%
Resultado Líquido	62.844.253	95.170.171	72.606.317	51,44%	-23,71%
Rácios					
ROE	13,65%	18,28%	13,57%	+4,63% p.p	-4,71% p.p
ROA	2,28%	3,17%	2,29%	+0,89% p.p	-0,88% p.p
Margem Financeira/ Activo	4,29%	4,49%	4,53%	+0,19% p.p	+0,05% p.p
Margem Complementar/ Produto Bancário	53,02%	56,28%	51,15%	+3,26% p.p	-5,13% p.p
Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	63,93%	57,68%	59,87%	-6,24% p.p	+2,18% p.p
Capitais Próprios/ Activo	16,69%	17,34%	16,88%	+0,65% p.p	-0,46% p.p
Rácio de Transformação:					
Crédito Líquido/Depósitos	31,48%	35,10%	28,09%	+3,62% p.p	-7,01% p.p
Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio	90,98%	98,75%	121,07%	+7,77% p.p	+22,32% p.p
Crédito Vencido/ Crédito a Clientes	26,88%	9,70%	12,03%	-17,18% p.p	+2,34% p.p
Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido	89,79%	67,94%	69,54%	-21,85% p.p	+2,07% p.p
Solvabilidade \geq 12%	30,82%	42,89%	37,06%	+12,07% p.p	-5,83% p.p
Liquidez \geq 20%	62,73%	59,47%	61,73%	-3,26% p.p	+2,26% p.p
Nº de Empregados	151	145	138	-3,97%	-4,83%
Nº de Agências	12	11	10	-8,33%	-9,09%
(Crédito + Depósitos) / Agência	235.139.752	286.910.419	321.563.656	22,13%	12,06%
(Crédito + Depósitos) / Empregado	18.686.603	21.916.768	23.301.714	17,39%	6,32%

SÍNTESE DA PERFORMANCE E ACTIVIDADE

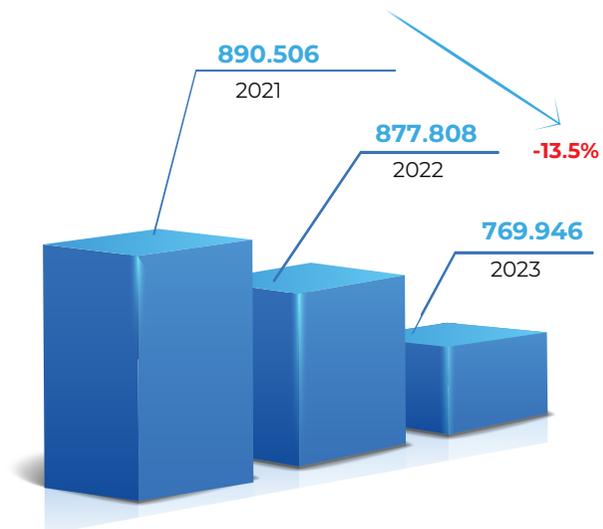
Balanço



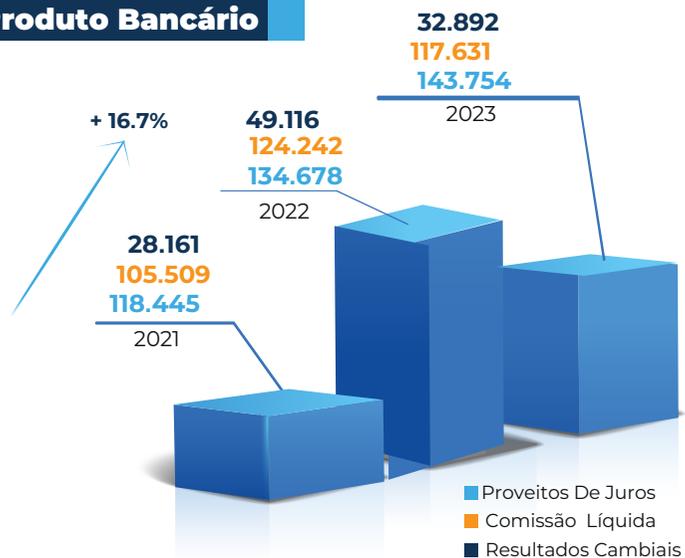
Depósitos Totais



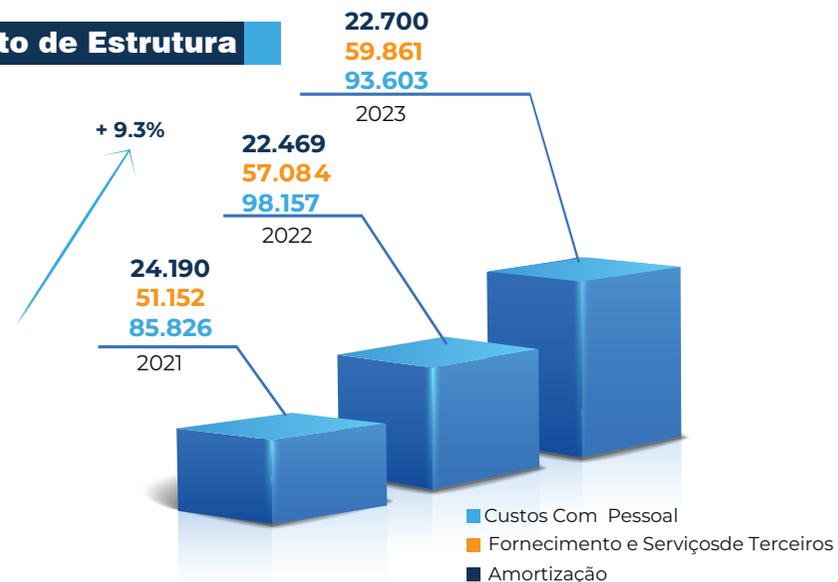
Crédito Bruto



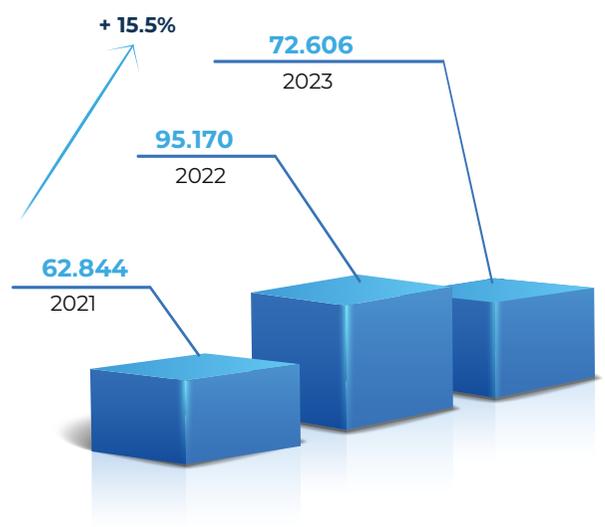
Produto Bancário



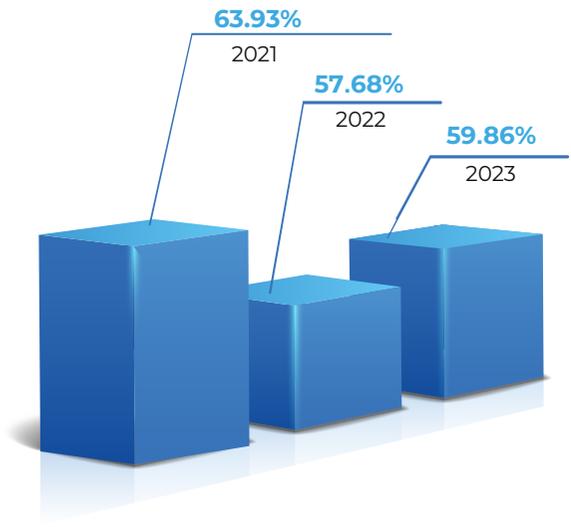
Custo de Estrutura



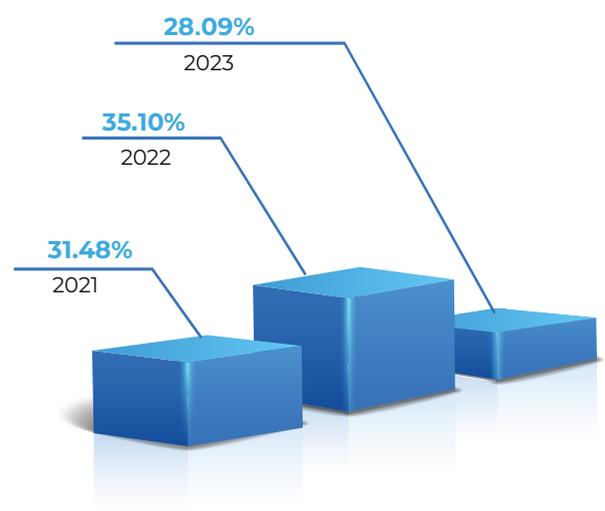
Resultado Líquido



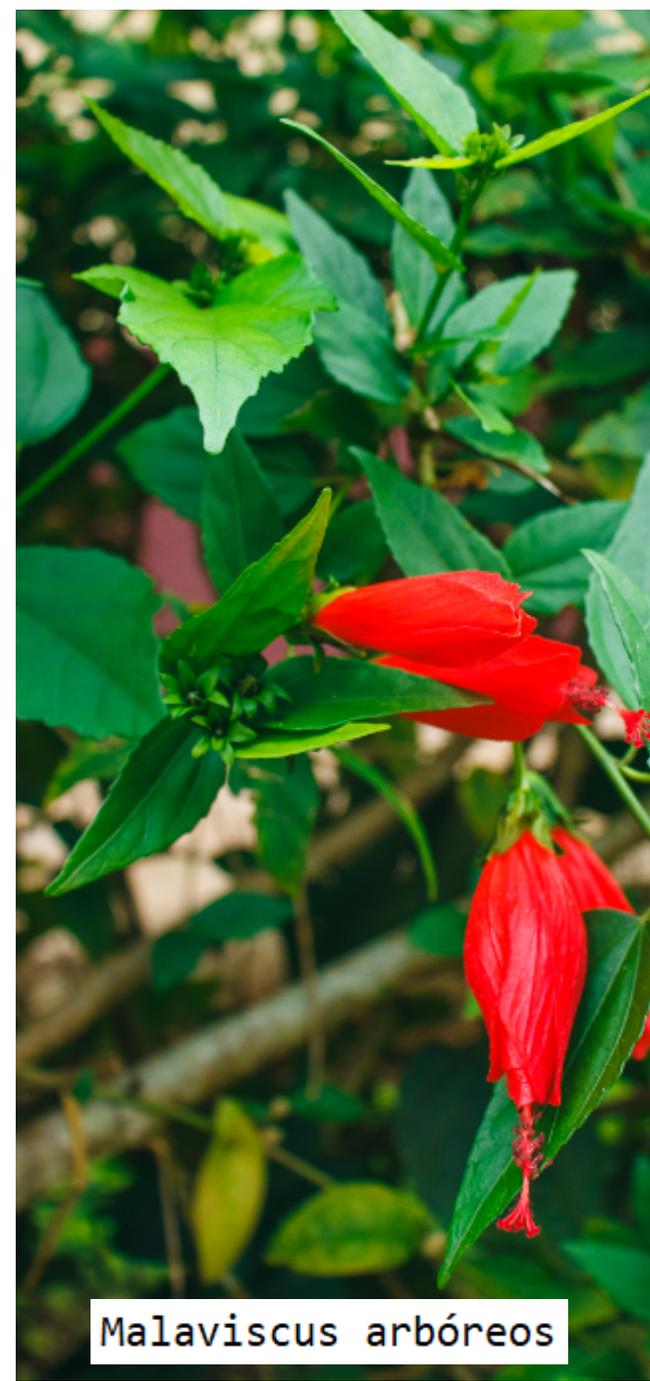
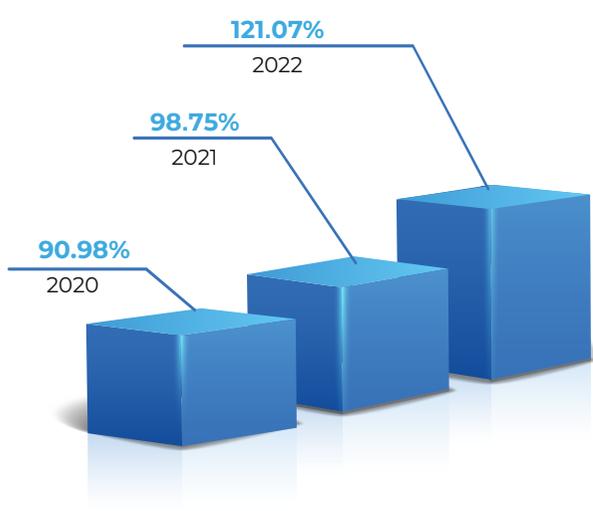
Cost - to - Income



Crédito Líquido/Depósitos de Clientes



Títulos de Dívida Pública/Capital Próprio



Malaviscus arbóreo

02 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

As conjunturas internacional e interna constituíram desafios exigentes para a economia e o ambiente de negócios em S. Tomé e Príncipe em 2023. O PIB do país apresentou uma contração de 0,3%, sendo o culminar de uma tendência de desaceleração progressiva do PIB (0,1% em 2022 e 1,9% em 2021) nos últimos anos. Esta evolução é reveladora das crescentes dificuldades que a economia de S. Tomé e Príncipe tem enfrentado, com particular destaque para o ano de 2023.

A conjuntura internacional, caracterizada pelo agravamento dos conflitos internacionais no pós-pandemia, com inflação e taxas de juro elevadas, provocaram um agravamento das condições nas cadeias de aprovisionamento, devido ao aumento dos preços das matérias-primas, dos custos logísticos e na menor mobilidade e disponibilidade de capitais financeiros para as economias menos desenvolvidas. Internamente, as debilidades intrínsecas e estruturais da economia de S. Tomé e Príncipe, essencialmente importadora e dependente de programas e linhas de apoio externas, tiveram como consequência a escalada de preços, ainda que em menor grau do que o verificado em 2022, e dificuldades no acesso a produtos e mercadorias essenciais.

Vários indicadores evidenciam o nível de maior adversidade que a atividade económica conheceu em 2023, com destaque para a inflação, a escassez de divisas, o aumento de impostos (introdução do IVA), o aumento do fluxo migratório e as maiores dificuldades do Estado no acesso ao financiamento, com o consequente aumento da emissão de dívida pública.

A taxa de inflação fixou-se nos 17,1%, mantendo-se elevada, apesar de uma redução face a 2022 (25,3%), evidenciando a manutenção de um nível de preços de bens e serviços historicamente muito elevado para o mercado. Importa salientar que, ao possuir uma balança comercial muito deficitária (exportações cobrem apenas cerca de 9,4% das importações), o país é particularmente afetado pela inflação importada. Mas não é só o preço dos produtos e serviços importados que contribui para a elevada inflação interna, pois os custos logísticos agravados, as deficientes infraestruturas e os baixos níveis de produtividade e produção internas, têm também um peso bastante significativo.



heliconia Psittacorum

Quanto ao nível de atratividade da economia, esta denota uma fraca capacidade para atrair investimento direto estrangeiro, para aumentar a produção interna e impulsionar as exportações, condição essencial para melhorar a balança comercial do país e o afluxo de divisas, essenciais a um país que depende de importações.

A impossibilidade de alcançar em 2023, um novo acordo de assistência técnica e financeira com o FMI também limitou o fluxo de entrada de divisas, provenientes geralmente dos parceiros bilaterais e multilaterais, o que contribuiu para uma maior escassez de divisas na economia e maior dificuldade na cobertura de importação de bens e serviços essenciais.

A introdução do IVA em junho de 2023, como uma das medidas exigidas pelo FMI, visando a melhoria do défice primário, contribuiu igualmente para o agravamento generalizado dos preços no mercado.

Este agravamento das condições económicas e os seus impactos negativos na sociedade têm provocado uma redução da actividade económica e um crescente fluxo migratório para o exterior nos últimos anos, em que 2023 não foi exceção, o qual têm já um impacto negativo relevante no negócio bancário, não sendo ainda possível prever as consequências, certamente mais vastas a médio e longo prazo, para o país.

Quanto à política monetária e orçamental conduzida ao longo de 2023, importa salientar que o Banco Central manteve inalterada a política monetária contracionista, com foco no combate à inflação, através da redução de liquidez no sistema financeiro, ao passo que o Governo, limitado pelas condições de financiamento internacionais, tentou a captação interna de financiamento, através da emissão de Bilhetes e Obrigações de Tesouro, bem como no recurso ao crédito bancário, para financiar as suas despesas correntes e de investimento.

A conjugação de todos esses eventos criou um cenário macroeconómico de risco e complexidade elevados, que evidenciou as grandes vulnerabilidades do país.

Este cenário exigiu do BISTP uma maior capacidade de ajustamento ao maior risco e degradação das condições do mercado, optando por uma estratégia mais prudente, de forma a mitigar os efeitos negativos no balanço e rentabilidade do Banco.

Não obstante a conjuntura interna e externa menos favoráveis, o Banco conseguiu, apoiado na sua solidez e posicionamento de mercado, manter indicadores positivos, reveladores da capacidade de adaptação e rápido ajustamento à conjuntura do mercado.

Em termos de desempenho do negócio do Banco em 2023, destaca-se o crescimento do Ativo Líquido do Banco em 5,6%, face a 2022. Os recursos de clientes conheceram um crescimento na ordem de 7,5%, evidenciando a confiança dos clientes na solidez do Banco. A margem financeira registou um crescimento na ordem de 6,7%, ao passo que o produto bancário registou uma contração de 4,5%, decorrente de uma contração da margem complementar de 13,2%. O Resultado Líquido foi positivo, embora tenha registado uma contração de 23,7% face a 2022.

É relevante destacar a manutenção de rácios de liquidez e solvabilidade em níveis muito confortáveis, 61,7% e 37,1%, respetivamente, bem acima dos mínimos regulamentares (20% e 12%, respetivamente).

Perspetivas e compromissos para 2024

No BISTP encaramos o futuro com o otimismo que deve caracterizar um jovem com 31 anos, mas também com o pragmatismo que se impõe perante um cenário que antevemos cheio de desafios ainda em 2024.

A nível internacional o crescimento económico estará limitado por políticas monetárias e condições de crédito restritivas, tendentes a baixar a inflação. Isto implicará menores níveis de comércio e investimento a nível global. As posições políticas assumidas não permitem antever o fim dos conflitos em curso. Os fenómenos climáticos extremos têm sido mais frequentes e o risco associado irá continuar a aumentar, com consequências gravosas na produção agrícola, ao nível da disponibilidade e dos preços.

Os países com economias mais frágeis e vulneráveis perante choques externos, como S. Tomé e Príncipe, poderão por isso continuar a enfrentar dificuldades no curto prazo.

O rápido alcance de um novo acordo com o FMI é assim crucial para melhorar o acesso a financiamento e a apoios internacionais, que permitam melhorar o afluxo de divisas, permitindo ao país reforçar as suas reservas e manter a capacidade de importação e o abastecimento regular do mercado com bens essenciais, sem esquecer o investimento nas infraestruturas, essencial para melhorar as condições de atração de investimento estrangeiro e nacional que permitam inverter o ciclo económico. Este é o desafio político.

Para o setor bancário, o desafio continuará assente na transformação digital do negócio, que permita a melhoria da eficiência e produtividade não só do Banco mas também dos seus clientes, e no rigoroso controlo do risco.

2024 será para o BISTP o início de um forte programa de investimentos, em meios materiais e humanos, que permitirá contribuir para reforçar a resiliência do Banco e potenciar as oportunidades do mercado para os seus clientes.

Por isso, e não obstante esperarmos uma conjuntura desafiante em 2024, o BISTP, à imagem do seu passado, deverá manter o foco nos valores e princípios que o conduziram até aqui. Valores de base como a integridade, a ética e a responsabilidade, base da confiança dos nossos clientes, o rigor, a eficiência e a cultura de risco, para proteger o que já conquistámos, e ambição e inovação, para aproveitar as novas oportunidades e construir o futuro.

Assim, para 2024, o foco estratégico será mantido na busca contínua de maiores níveis de eficiência, na garantia da segurança dos nossos Colaboradores e dos nossos Clientes, e, na busca do aumento do volume de negócios e rentabilidade, destacando para isso as seguintes ações:

- Reforçar as áreas de controlo interno e a cultura de risco no Banco;
- Apostar nas novas tecnologias e nos meios digitais, melhorando os sistemas informáticos de suporte e a sua segurança;
- Dinamizar o crédito a particulares e empresas, com uma análise rigorosa face ao contexto económico, mas cientes das nossas responsabilidades no apoio à dinamização da atividade económica;
- Manter e reforçar os nossos compromissos de responsabilidade social;
- Manter a posição de liderança no mercado, quer através de uma abordagem dinâmica, quer apoiando os clientes e comunidades na melhoria da literacia financeira, que permita o acesso de cada vez mais população aos serviços financeiros e a redução dos níveis de incumprimento.

Apesar da menor dimensão do mercado quando comparado com outros de África, e dos enormes desafios que a economia de S. Tomé e Príncipe tem pela frente, o BISTP continua a acreditar nas muitas potencialidades deste mercado. Firmes nessa convicção, renovamos uma vez mais a nossa ambição e compromisso em ser um motor de desenvolvimento económico e social em S. Tomé e Príncipe.

Por fim, em nome da Administração, termino deixando os nossos sinceros agradecimentos aos nossos stakeholders, clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, que anos após ano têm contribuído para que o Banco siga cumprindo com mérito a missão para a qual foi criado, que é a geração de valor para todos e para o país.

“Desde sempre - para sempre”, um bem haja.

03 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

3.1 Estrutura Acionista



3.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Nuno Ricardo dos Santos Jorge da Pena - **Presidente**
Danilo Guadalupe Pereira de Lima - **Secretário**
Ebb Rosa Conde Lopes Colsoul - **Secretária**

Conselho de Administração

Nelson Lombá Fernandes - **Presidente**
Francisco José Pinguínha da Piedade - **Vogal**
Afonso da Graça Varela da Silva - **Vogal**
Lucamba Magalhães - **Vogal**
Francisco José dos Santos Silva - **Vogal**
Zembo Rafael da Silva Rebelo e Macedo - **Vogal**

Comissão Executiva

Francisco José Pinguínha Piedade - **Presidente**
Afonso da Graça Varela da Silva - **Administrador Executivo**
Lucamba Magalhães - **Administrador Executivo**

Conselho Fiscal

João Miguel Pacheco de Sales Luis - **Presidente**
João Cândido Soares de Moura Oliveira Fonseca - **Vogal**
Arlindo Ramos - **Vogal**

3.3 Marcos da Atividade

Dia 3, 30º Aniversário do BISTP, assinalado com a distribuição de brindes aos Clientes e abertura do bolo comemorativo em todas as Agências às 11h00, em simultâneo.

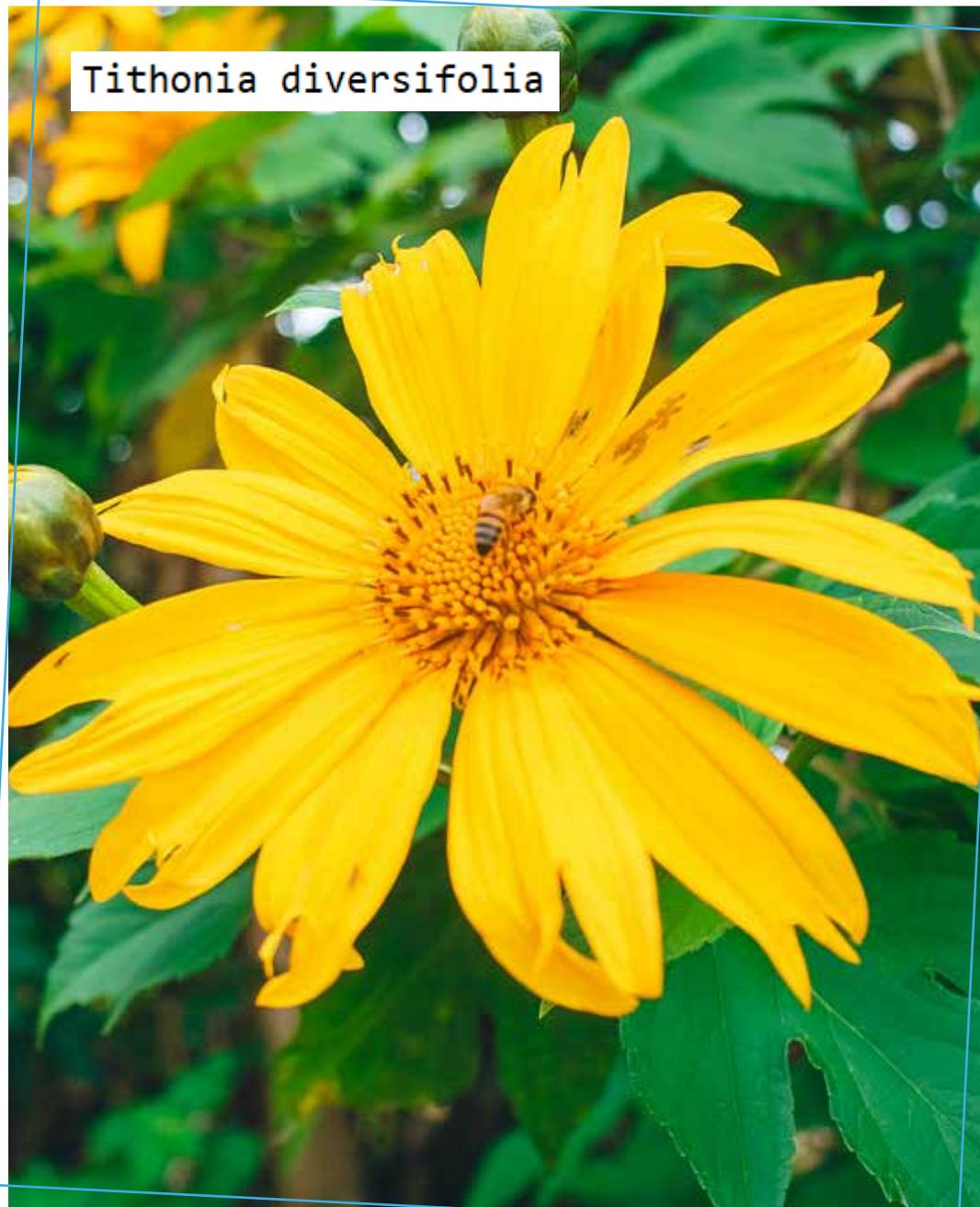
Agosto 2023

Dia 27, apoio ao COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL, para celebração do 48º Aniversário da institucionalização da Polícia Nacional;

Outubro 2023

Dia 30 e 31, realização de uma Palestra no Auditório do BISTP na Agência do Príncipe e Feira em alusão ao Dia Mundial da Poupança, com a participação de todas as instituições financeiras do país (Banco Central, BISTP, Afriland Bank, Ecobank, BGF Bank, as Seguradoras SAAR e NICON e as instituições de microcrédito, nomeadamente Fast Credit e Credial).

Tithonia diversifolia



04 ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1 Contexto Internacional

A economia global continuou a sua lenta recuperação, pois apesar de ter sido controlada a pandemia a nível mundial, a invasão da Ucrânia pela Rússia e outros conflitos regionais têm afetado negativamente os mercados e impulsionado a inflação para níveis historicamente elevados. Apesar das perturbações no mercado de energia e produtos alimentares, causadas pela guerra e condições da logística mundial, o endurecimento sem precedentes das políticas monetárias globais para combater a inflação provocaram um aumento das taxas de juros e uma desaceleração da economia global, sem ter chegado ao nível de uma recessão, como inicialmente se receava. Ainda assim, o crescimento continua lento e desigual, e as disparidades estão a aumentar entre os países. A atividade global atingiu o seu ponto mais baixo no final de 2023, enquanto a inflação (excluindo energia e alimentos), vem sendo gradualmente dominada. Contudo, um regresso à situação económica global que se verificava antes da pandemia parece cada vez mais fora de alcance, no curto prazo, especialmente em países emergentes e em vias de desenvolvimento.

ZONA EURO

Os dados da Eurostat apontam para uma desaceleração da economia da Zona Euro. Em 2023 as economias da Zona Euro e da União Europeia cresceram 0,4%, evidenciando uma forte desaceleração face ao crescimento de 3,4% registado em 2022. A taxa de crescimento de 0,4% ficou abaixo das projeções do Banco Central Europeu, que indicava um crescimento na ordem de 0,6%.

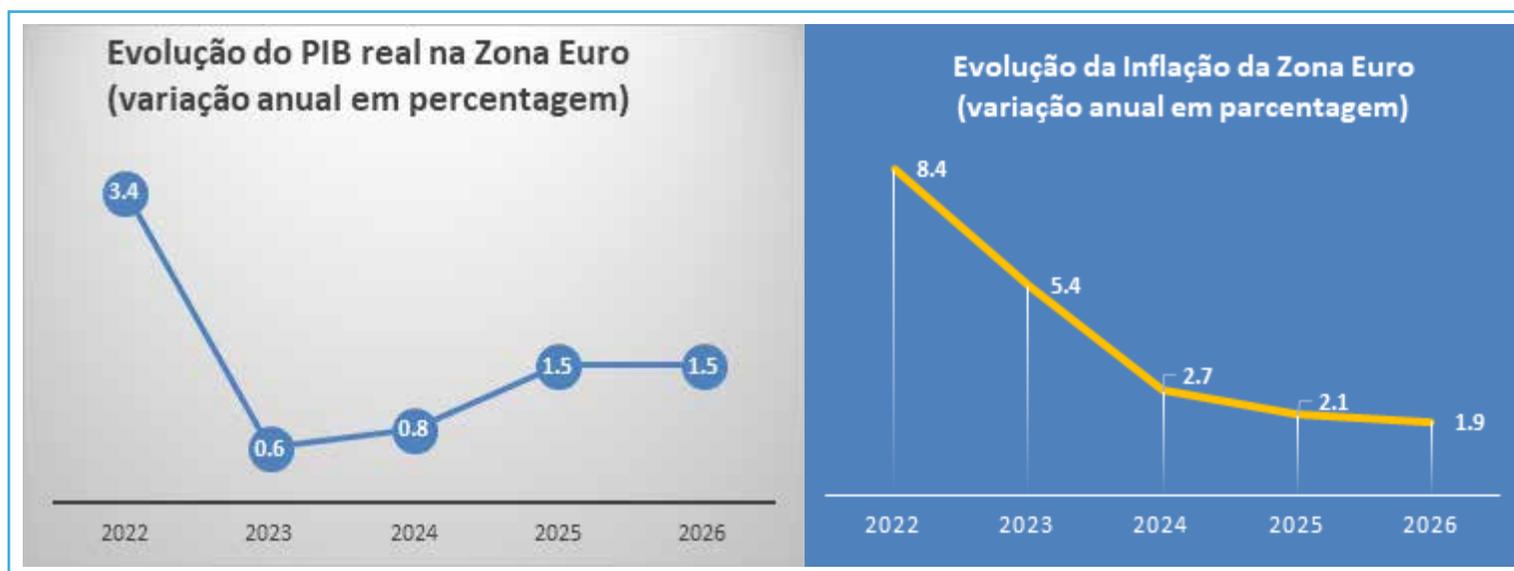
Portugal foi um dos países com melhor desempenho económico ao nível da União Europeia, ao registar o quinto maior crescimento no último trimestre do ano, com a economia portuguesa a avançar 0,8% em cadeia. À frente ficaram Dinamarca (+2%), Croácia (+1,3%), Eslovénia (+1,1%) e Letónia, também com 0,8%.

Por outro lado, as maiores quebras foram observadas na Irlanda (-3,4%), seguida pela Estónia e pela Finlândia (ambas com -0,7%).

As principais economias estão ainda a sentir os efeitos da guerra na Ucrânia e da política monetária levada a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE), que penalizaram as balanças comerciais do bloco.

Os entraves relacionados com as condições de financiamento mais restritivas, a fraca confiança e perdas de competitividade, estão na base do enfraquecimento da economia da zona euro. De facto, o impacto da maior restritividade imposta pela política monetária do BCE, caracterizada por um nível elevado de taxas de juros para combater a inflação, está afetando as perspetivas de crescimento no curto prazo. Além disso, como indicado nos inquéritos do BCE aos bancos sobre o mercado de crédito da área do euro, as condições de concessão de crédito tornaram-se significativamente mais restritivas ao longo do ano e o crescimento dos empréstimos diminuiu de forma acentuada. Os efeitos negativos sobre a oferta de crédito afetaram sobretudo o investimento empresarial e residencial e, em menor grau, o consumo privado.

Apesar do impacto negativo da política monetária sobre o crescimento económico, ela tem conseguido atingir o principal objetivo, controlando numa fase inicial e fazendo depois recuar progressivamente a inflação. Apesar disso, o nível de inflação continua elevado e acima da meta de 2%. Por este motivo, o BCE manteve as taxas de juros de referência em níveis elevados ao longo de 2023.



Notas: Os valores relativos ao PIB real referem-se às médias anuais dos dados corrigidos de sazonalidade e de dias úteis. Os dados históricos podem divergir das publicações mais recentes do Eurostat, devido à divulgação de dados após a data de fecho da informação para as projeções. Os dados estão disponíveis, também com frequência trimestral, para descarregamento da base de dados das projeções macroeconómicas no sítio do BCE.

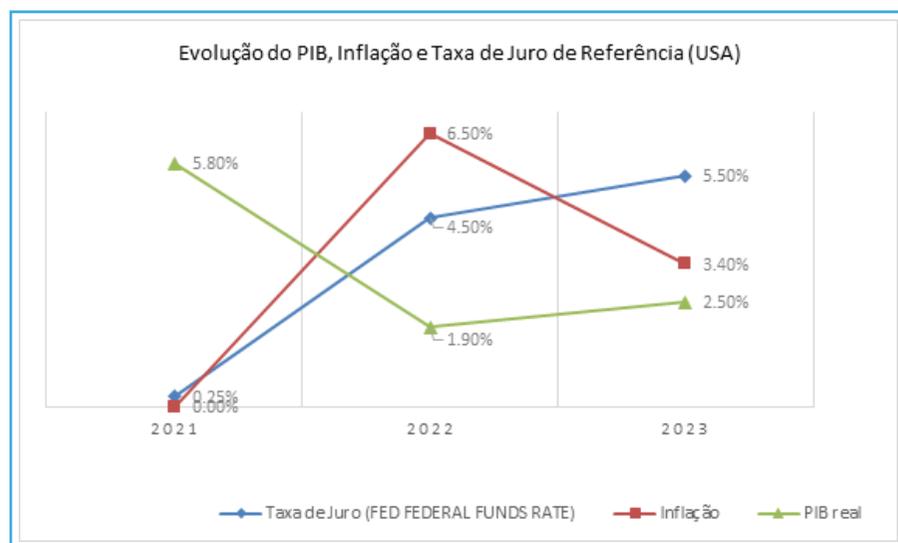
As perspetivas económicas para a zona euro continuam rodeadas de elevadas incertezas, associada ao conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, que continua a exercer uma pressão sobre o preço do petróleo e cereais. De igual modo, a guerra aberta entre Israel e a Palestina, assim como os outros conflitos regionais e fenómenos de pirataria e terrorismo, tendem a agravar as condições nas cadeias de aprovisionamento mundiais.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia americana teve um melhor desempenho que a economia da zona euro.

O PIB dos Estados Unidos subiu 2,5% em 2023. Os dados são uma estimativa e foram divulgados pelo BEA (Bureau of Economic Analysis), em 25 de janeiro 2024. A atividade económica do país acelerou em relação a 2022, ano em que tinha crescido 1,9%.

Não obstante a política monetária restritiva adotada pelo FED para combater a inflação, através de sucessivos aumentos da taxa de juro de referência, a economia americana conseguiu, ainda assim, acelerar a sua taxa de crescimento, evidenciando uma maior resiliência face à economia da zona euro.



Apesar da boa reação da economia americana e da redução da taxa de inflação, o FED mantém a sua política restritiva, através da manutenção da taxa de juro em 5,5%, com o propósito de levar a inflação para a meta de 2%.

PAÍSES EMERGENTES

Brasil

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) a economia brasileira teve um crescimento de 3% em 2023.

Este resultado mostra a resiliência da economia, apesar das fragilidades de um crescimento anual concentrado e bastante influenciado por commodities (matérias-primas com preços ditados pelo mercado internacional).

O principal motor do crescimento em 2023 foi o setor agro-indústria, com alta de 15,8%, com destaque para o desempenho da soja na região Centro-Sul do país. A força do setor agrícola e a sua importância no crescimento económico do país estão plasmadas nos indicadores, uma vez que constituindo apenas 6% do PIB, este setor respondeu por 30% do crescimento da economia.

Outro fator que contribuiu para o crescimento do PIB foram as exportações, com alta de 9,5% no ano passado. O principal destaque foram as vendas para outros países de produtos agropecuários, que cresceram 25,3% no ano. Produtos da indústria extrativa mineral, como minério de ferro e petróleo, também tiveram desempenho expressivo no ano, com alta de 16,7%.

China

A economia da China cresceu em torno de 5% em 2023. Apesar desse crescimento, a economia chinesa tem vindo a desacelerar, de uma média anual de 10,5% entre 2003 e 2012, para 6,2% de 2013 a 2022.

Parte da explicação desta desaceleração da economia chinesa está relacionada com o mercado imobiliário, que desacelerou a partir de 2021. O elevado endividamento da gigante Evergrande, aliado a dificuldades de liquidez motivadas pela quebra da procura no mercado e consequentemente dos preços, levaram ao incumprimento da empresa perante credores, induzindo um ambiente de insegurança no mercado imobiliário. O Banco do Povo da China anunciou em novembro de 2022, uma oferta de crédito barato a empresas financeiras para ajudar o setor. Em março, o Banco do Povo da China decidiu manter a LPR (taxa básica de juros) em 3,65%.

A desaceleração da economia esteve também relacionada com a política de combate ao Covid, “Covid Zero”. A decisão do governo chinês em praticamente encerrar as empresas durante a pandemia, limitando fortemente a circulação de pessoas, mantendo uma taxa de juro baixa para estimular o crédito bancário, criou uma expectativa de crescimento superior para os anos seguintes, mas comprometeu o desempenho a curto prazo.

India

A economia indiana registou um crescimento mais expressivo que a China. Levada por um forte crescimento demográfico e um forte consumo interno, o PIB da Índia acelerou 6,9% em 2023, sendo, contudo, um crescimento ligeiramente inferior ao de 2022, que foi de 7%.

Africa do Sul

No grupo dos BRICS, a economia da África do Sul teve o pior desempenho, registando um crescimento de 0,5% em 2023. Essa evolução modesta do PIB da África do Sul é, em parte, consequência dos estrangulamentos registados nos sectores da energia e transportes que têm impactado negativamente sobre a atividade económica do país.

ÁFRICA SUBSARIANA

As perspetivas económicas da África Subsariana permanecem sombrias, face a uma tímida recuperação, entretanto, registada. De acordo com o último relatório Africa's Pulse do Banco Mundial para África, o aumento da instabilidade, o fraco crescimento das maiores economias da região e a persistente incerteza na economia global estão a afetar gravemente as perspetivas de crescimento na região.

O aumento dos conflitos e da violência na região pesam sobre a atividade económica. Esta fragilidade crescente poderá ser exacerbada por choques climáticos. No Sudão, por exemplo, prevê-se que a atividade económica registre uma contração de 12% devido ao conflito interno que está a interromper a produção, a destruir o capital humano e a debilitar a capacidade do Estado.

Em termos per capita, o crescimento na África Subsariana não aumentou desde 2015. De facto, projeta-se que a região venha a contrair a uma taxa média anual per capita de 0,1% ao longo de 2015-2025, marcando assim potencialmente uma década perdida de crescimento na sequência da queda dos preços das matérias-primas em 2014-15.

Prevê-se que a Nigéria e Angola cresçam 2,9% e 1,3%, respetivamente, devido aos preços internacionais de petróleo mais baixos e às pressões cambiais que afetam a atividade petrolífera e não petrolífera.

O nível de endividamento para os países desta zona continua, de uma forma generalizada, elevado, com 21 países em alto risco de sobre-endividamento externo ou em dificuldades de endividamento.

De um modo geral, as atuais taxas de crescimento na região são inadequadas para criar empregos de elevada qualidade, suficientes para fazer face ao aumento da população em idade ativa. Os atuais padrões de crescimento geram apenas 3 milhões de empregos formais por ano, deixando muitos jovens em situação de sub-emprego e envolvidos em trabalhos precários, fragmentados e instáveis, onde não fazem pleno uso das suas capacidades. A criação de oportunidades de emprego tem o potencial de impulsionar o crescimento inclusivo e de transformar a riqueza demográfica do continente num dividendo económico, o que tarda em acontecer.

O desenvolvimento da indústria transformadora, intensiva em mão-de-obra, parece estar ausente em África, limitando os efeitos adicionais na criação indirecta de emprego, em serviços de apoio e no comércio internacional. Tal pode dever-se, em parte, à falta de capital, que continua a dificultar a transformação estrutural necessária para empregos de boa qualidade. Enquanto a região contribui com 12% da população mundial em idade activa, a África Subsariana detém apenas 2% do capital social mundial. Isso significa que as pessoas têm menos activos para serem produtivas na África Subsariana, em comparação com outras regiões.

Apesar das perspetivas sombrias, há alguns pontos positivos. A inflação terá diminuído de 9,3% em 2022 para 7,3% em 2023 e os saldos orçamentais estão a melhorar nos países africanos que prosseguem políticas macroeconómicas prudentes e coordenadas. Em 2023, a Comunidade da África Oriental (EAC) terá crescido cerca de 4,9% e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) cerca de 5,1%.

Destaca-se um conjunto de políticas para superar obstáculos e desencadear a criação de emprego na África Subsariana, incluindo:

- Reformas do sector privado, com uma boa relação custo-eficácia, centradas no aumento da concorrência, na aplicação uniforme das políticas em todas as empresas e no alinhamento regulamentar com os parceiros comerciais regionais. Os governos também podem ajudar a identificar e apoiar o crescimento inicial das empresas, através de práticas de contratação pública mais inclusivas e da promoção de empresas locais no estrangeiro.
- O investimento na educação é necessário para impulsionar as profissões semi-qualificadas na região. As intervenções que melhoram a aprendizagem na escola são mais eficazes do que as que aumentam apenas a frequência escolar, enquanto o ensino profissional pode ser útil para abordar os sub-empregados e aqueles que não tiveram acesso a educação quando crianças.
- A educação das raparigas e o acesso das mulheres ao emprego podem reduzir a potencial perda de produtividade decorrente da má afectação do trabalho feminino. As transferências de renda têm-se mostrado eficazes no aumento da adesão e frequência escolar das meninas, bem como na redução da gravidez entre raparigas em idade escolar.

PERSPETIVAS PARA 2024

O FMI no seu relatório de perspetiva económica publicado em janeiro de 2024, projeta um crescimento global de 3,1% em 2024 e 3,2% para 2025, sustentado pela maior resiliência da economia dos Estados Unidos e em vários dos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, bem como pelo estímulo fiscal na China.

De qualquer forma, as previsões para 2024-25 são inferiores à média histórica de 3,8% (2000-19), dadas as elevadas taxas de juros da política monetária para combater a inflação, a retirada do apoio fiscal num ambiente de forte endividamento, factores que desaceleram a atividade económica e provocam o baixo crescimento da produtividade subjacente.

A inflação está a diminuir mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, enquanto os problemas do lado da oferta se dissipam e a política monetária apertada ainda está em vigor. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025.

Apesar da melhoria esperada em 2024 para a economia mundial, o crescimento económico continuará a ser díspar.

O grupo das economias mais avançadas terá um crescimento mais lento e provavelmente experimentará uma ligeira desaceleração no crescimento. Para economias mais avançadas espera-se um crescimento na ordem de 1,5% em 2024 e 1,8%, contra 1,6% registado em 2023:

- Para os Estados Unidos prevê-se um crescimento de 2,1%, inferior aos 2,5% registados em 2023, e de 1,7% em 2025. Os efeitos da política monetária restritiva e uma desaceleração no crescimento de emprego poderão continuar a impactar negativamente na procura global.

- Para a Zona Euro projeta-se um crescimento na ordem 0,9% em 2024, sendo uma taxa de crescimento superior à de 2023, estimulado por um maior consumo das famílias, à medida que o choque do preço de energia atenua, a inflação diminui e as taxas de juro tendem a estabilizar em valores mais baixos.
- Para o grupo de economias emergentes e em desenvolvimento, é esperado que o crescimento se mantenha em 4,1% em 2024 e 4,2% em 2025.
- Ao nível da Ásia, espera-se um crescimento de 5,2% em 2024 e 4,8% em 2025, traduzindo uma desaceleração face a 2023. Estas projeções estão muito suportadas pela evolução da economia da China, que poderá registar um crescimento de 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025. A Índia terá um crescimento mais forte em 2024 e 2025, com as projeções apontando para uma taxa de 6,5%.
- Ao nível da América Latina e Caribe é esperado um crescimento em 2024 de 1,9% o que representa uma desaceleração quando comparado com 2,5% de crescimento verificado em 2023. A desaceleração do crescimento esperado deve-se principalmente à evolução negativa da economia da Argentina, que atualmente está numa fase de ajustamento significativo das políticas económicas para restabelecer a estabilidade macroeconómica. As outras economias da região, como o Brasil e o México, irão registar uma melhoria no seu crescimento impulsionado pelo aumento do consumo interno.
- A África Subsariana espera um crescimento de 3,8% em 2024 e 4,1% em 2025, impulsionado pelo abrandamento da alta de preços. De igual modo, o abrandamento da instabilidade provocada pelos golpes militares, poderá favorecer a entrada de capital financeiro. As debilidades apresentadas pela economia da África do Sul, nos setores de transportes e energia, estão a afetar significativamente o seu desempenho económico e consequentemente a reduzir o nível de crescimento da região.

4.2 Contexto Nacional

O ano de 2023 ficou caracterizado por um ambiente macroeconómico muito adverso. A inflação à escala global permaneceu ainda muito elevada, não obstante as políticas monetárias restritivas implementadas à escala global, assentes na elevação gradual da taxa de juro diretora, adotada pelos vários bancos centrais. Os efeitos dos conflitos militares, entre a Rússia e Ucrânia e entre Israel e a Palestina, continuaram a pressionar em alta o preço do petróleo e a perturbar o fluxo comercial e a cadeia de aprovisionamento.

Os bancos centrais, determinados em combater a inflação, aumentaram as taxas de juros diretoras e decidiram mantê-las em níveis historicamente elevados durante o tempo que for necessário. Em consequência dessa política, houve uma redução da procura de crédito para investimento e compra de habitação. Ao adotar esta política de combate a inflação, os bancos centrais esperam reduzir o dinheiro na economia, não obstante a mesma provocar um abrandamento da atividade económica e aumento do desemprego.

Para países insulares, com uma economia pouco diversificada e essencialmente importadora, como é o caso de S. Tomé e Príncipe, o impacto negativo da conjuntura global mais adversa é mais acentuado. Enquanto país essencialmente importador, uma parte relevante da inflação é importada de várias formas, quer pela subida dos preços dos produtos importados, quer pelo agravamento do preço dos combustíveis e disrupção no transporte marítimo, provocados pelos conflitos e fenómenos de pirataria. Com a desaceleração da inflação na Zona Euro em 2023, a inflação em S. Tomé e Príncipe também desacelerou, tendo-se fixado em 17,03%, contra os 25,21% registados em 2022.

Para além de fatores exógenos internacionais, que têm um impacto negativo na economia de S. Tomé e Príncipe, existem também fatores endógenos, que têm contribuído para um ambiente económico mais adverso, com destaque para:

- Um setor energético ineficiente que comporta riscos para a sustentabilidade orçamental e o crescimento. A produção de eletricidade com base em combustíveis fósseis é cara, pouco fiável e insuficiente para atender às necessidades de São Tomé e Príncipe.
- Reservas nacionais de divisas em níveis críticos, abaixo do nível de 3 meses de importação.
- Estado com baixo nível de arrecadação de receita e um défice primário estrutural bastante significativo.
- Mais de 90% do orçamento geral do Estado depende de financiamento dos parceiros bilaterais e multilaterais.
- Escassez no mercado de alguns produtos essenciais, como foi o caso do combustível.

Para melhorar o nível de arrecadação de receitas internas e reduzir o défice primário, o Estado introduziu o IVA a partir de junho de 2023 (taxa de 15% para maioria dos produtos e 7,5% para os produtos de primeira necessidade).

O impasse verificado relativamente ao novo acordo de assistência técnica e financeira com o FMI verificado em 2023 (ainda não resolvido este ano à data do presente relatório), dificultou ainda mais a já débil situação financeira do S. Tomé e Príncipe, uma vez que, geralmente, os parceiros bilaterais e multilaterais só apoiam no financiamento do Orçamento do Estado quando o país possui um acordo de assistência com o FMI. Por este motivo, ao longo de 2023, o Estado teve muitas dificuldades para executar o seu Orçamento, em particular, no que se refere aos investimentos públicos.

POLÍTICA

Na sua comunicação ao país por ocasião do novo ano, o Presidente da República, Eng. Carlos Vila Nova, afirmou que o ano de 2023 foi um ano muito difícil para os são-tomenses. A nível interno mereceu destaque no seu discurso o aumento muito acentuado do custo de vida com que os cidadãos tiveram que se debater. Relativamente à conjuntura macroeconómica de 2023, destacou o baixo crescimento, a alta inflação, a crise energética, a escassez de divisas e o endividamento excessivo. Salientou ainda as dificuldades de negociação com o FMI no alcance de um acordo, assim como as consequências negativas desta situação, que têm criado mais pressão sobre a economia. Por que o programa com o FMI conduz o país para determinados financiamentos externos, reiterou a pertinente necessidade que se continue nas negociações de forma a encontrar soluções para um possível acordo.

O Chefe de Estado falou do aproveitamento indevido do IVA pelos operadores económicos, olhou com preocupação para o aumento do número de casos de abuso sexual de menores e de violência a todos os níveis, reforçou a necessidade urgente da reforma da justiça e pediu para que se olhe para 2024 com olhos no futuro.

Prometeu continuar a trabalhar em prol do bem-estar da nação e do povo santomense.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023 foi aprovado pela Assembleia Nacional em maio de 2023 e promulgado pelo Presidente da República em junho. Estimado em cerca de 154 milhões de euros, o OGE é suportado em 55% por receitas correntes, e 39% através de donativos de parceiros externos e 6% por empréstimos, onde se previa no quadro orçamental um crescimento da economia na ordem dos 2% do PIB e uma inflação de 10,4%. Cerca de 63% do total orçamentado destina-se a despesas de funcionamento, 29% para despesas de investimento e 7% para amortização de dívidas.

Foi realizada este ano em S. Tomé e Príncipe a XIV Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na qual o Presidente de Angola, João Lourenço, entregou ao Presidente Carlos Vila Nova o martelo da Presidência da CPLP.

S. Tomé e Príncipe elegeu o lema “Juventude e Sustentabilidade” para os próximos 2 anos da sua presidência na CPLP. Os nove países membros da CPLP pretendem fomentar parcerias e troca de experiências, para atender às necessidades da juventude e do desenvolvimento sustentável.

A mobilidade no seio da comunidade é outra medida que deve alimentar a sustentabilidade. Combate às mudanças climáticas, promoção da formação profissional e universitária, redução do desemprego e a digitalização da economia são prioridades dentre outras ações a serem implementadas.



Hibiscos

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Não obstante a ausência de relatórios públicos mais atualizados emitidos pelo FMI sobre a economia de S. Tomé e Príncipe, verifica-se que os constrangimentos retratados no seu relatório nº 22/95, de março de 2022, ainda estão atuais. Razão pela qual se entende que as perspetivas macroeconómicas para S. Tomé e Príncipe continuam sujeitas a incertezas e riscos significativos:

- Para além das dificuldades sobre a importação de combustíveis, as repercussões internas do aumento dos preços internacionais dos combustíveis são várias, ao dificultar a recuperação económica, agravar os cortes de energia, a inflação e afetar negativamente as receitas e os subsídios implícitos.
- Perturbações prolongadas das cadeias de aprovisionamento mundiais podem provocar a escassez de bens de consumo intermédio e final, o abrandamento do crescimento e aumento generalizado de preços.
- Atrasos nas reformas das receitas, para além da introdução do IVA, poderão reduzir o espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento, ao passo que um apoio de donativos aquém das expectativas, ou atrasos nos desembolsos por parte dos doadores, prejudicarão as opções de financiamento.
- Uma crescente insatisfação no seio da população, que enfrenta um crescente custo de vida, sem que se verifique também um ajustamento no rendimento disponível.
- As alterações climáticas e uma eventual catástrofe natural também poderão retardar a consolidação orçamental.

A este ambiente já muito adverso para a economia de S. Tomé e Príncipe, junta-se o risco associado ao prolongamento da guerra da Rússia na Ucrânia e entre Israel e a Palestina. Estes eventos de crise com um cariz de conflito militar, particularmente, entre a Rússia - um dos maiores produtores de petróleo, gás e cereais a nível mundial - e Ucrânia - um dos maiores produtores de cereais e óleo de girassol - conduziu a uma redução da produção desses países na esfera do comércio mundial, o que naturalmente agravou ainda mais a pressão sobre a oferta e sobre o preço, principalmente para países importadores, como o caso de S. Tomé e Príncipe.

Toda esta conjuntura continua a pressionar o aumento acelerado dos preços.

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) mantém a sua política contracionista, visando reduzir o volume de liquidez no mercado, travar o crescimento da inflação e assegurar a estabilidade de preços. Num país que depende essencialmente da importação, o impacto da política monetária é, contudo, limitado.

Segundo dados do Banco Central de S. Tomé e Príncipe, a economia nacional terá tido um crescimento de 0,9%, em 2022, muito abaixo dos 2,8% estimados pelo Governo no Orçamento Geral do Estado para 2022.

Para o ano de 2023, o Governo anunciou, no OGE de 2023, um crescimento do PIB na ordem de 2%. Entretanto, o Banco Central, no seu comunicado de 15 de dezembro de 2023, anunciou que a economia teve uma contração do PIB na ordem de 0,3% em 2023. Esta evolução do PIB reflete as dificuldades financeiras que o País vem enfrentando nos últimos anos.



Lantana camara

Principais indicadores da economia

Tabela 3: Projecção do PIB real (taxa de crescimento anual)

Sectores da Economia	2020	2021	2022*	2023**	2024**	2025**	2026**
PRODUTO INTERNO BRUTO	2,6	1,9	0,1	-0,3	2,9	4,1	3,2
VALOR ACRESCENTADO	1,3	2,6	1,5	-2,3	1,8	3,6	3,1
Sector Agropecuário e Pesca	0,7	-0,3	-13,6	-12,4	-7,8	0,0	0,8
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	10,8	6,5	-11,5	-5,8	-3,0	5,5	4,7
Pescas	-7,0	-6,0	-16,0	-19,2	-14,0	-7,8	-5,3
Actividade Extractivas	10,3	5,7	-0,6	-21,9	0,9	3,7	3,0
Sector das Indústrias	-7,0	-6,4	6,4	6,4	21,2	16,7	8,6
Indústrias Transformadoras	-53,8	-3,0	-0,5	-6,2	64,5	57,3	7,7
Produção e Distribuição de Electricidade, Gas e Água	5,3	-0,6	6,9	31,5	25,9	9,9	13,7
Construção	16,5	-11,9	8,9	-7,4	3,5	3,5	4,7
Sector de Serviços	-6,5	3,3	3,7	-1,7	2,6	3,2	2,9
Comércio	-2,5	24,9	7,4	3,6	-3,0	1,9	0,9
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	-26,4	1,3	16,1	19,4	12,6	7,1	7,7
Transportes, Armazenagem e Comunicações	23,5	-3,4	3,2	4,0	6,8	5,6	2,3
Actividades Financeiras	-26,2	-10,7	2,1	-13,3	0,9	1,5	1,4
Actividades Imobiliarias, Alugueres e Serviços Prestad	-26,4	1,3	16,1	-11,0	2,2	0,2	0,8
Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obr	6,1	0,6	-15,5	-12,9	0,5	2,8	4,1
Educação	24,1	6,3	7,3	16,3	4,5	6,1	5,6
Saúde e Acção Social	-1,4	7,8	5,1	2,6	4,2	8,3	8,4
Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pr	2,0	2,0	2,0	2,1	2,2	2,0	2,1
SIFIM	-62,4	-8,0	-10,8	-19,6	15,2	0,8	0,2
Impostos sobre Produtos	17,3	-5,8	-16,3	22,0	40,3	9,9	9,2
Direitos de Importacao	17,3	-5,8	-16,3	31,2	6,0	8,9	0,4

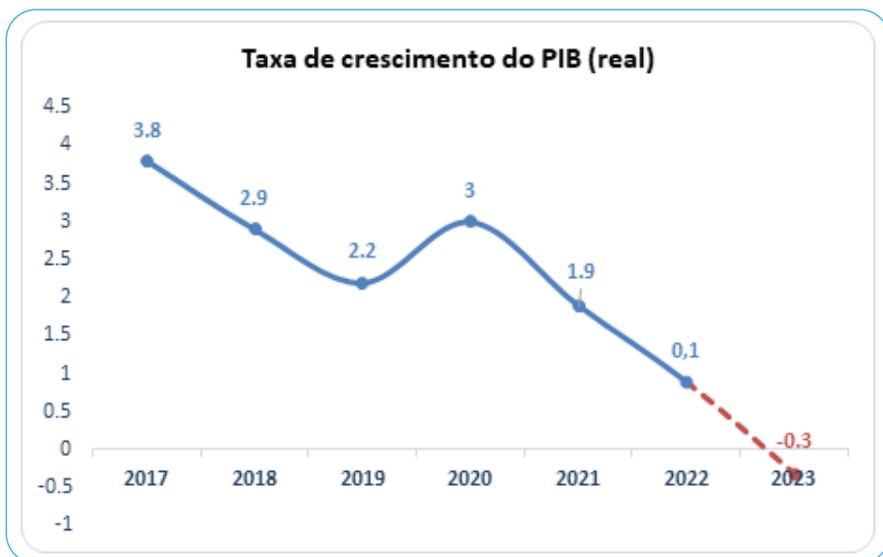
Fonte: * INE e ** Projecção da UMF

Documento: Orçamento Geral do Estado 2024, janeiro 2024 - pag.44

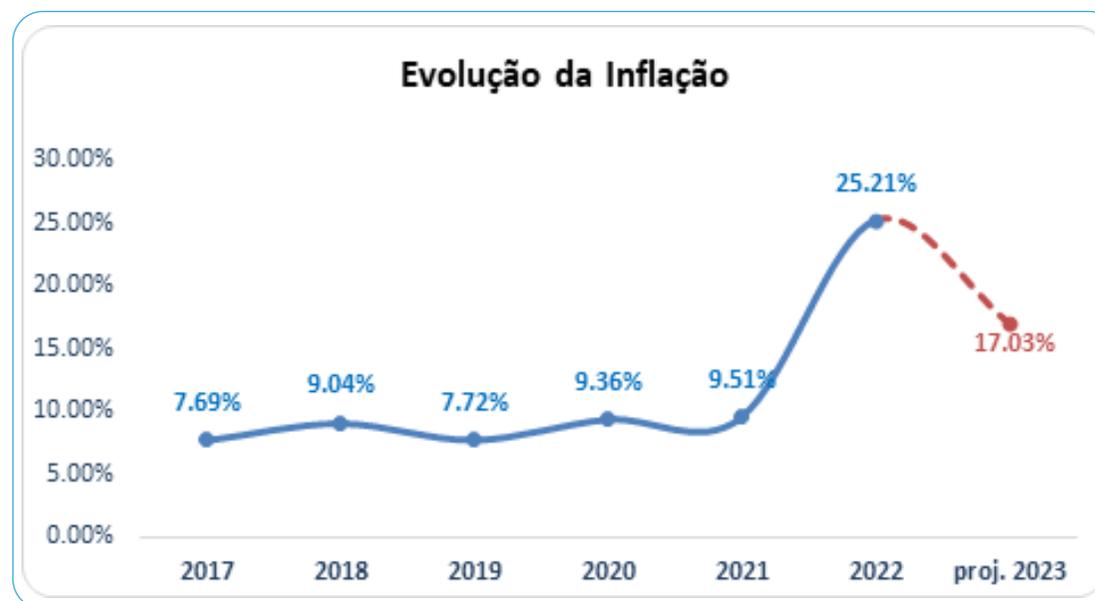
Tabela 4: Pressupostos macroeconómicos

Indicadores	2020 (Real)	2021 (Real)	2022 (Est.)	2023 (Proj.)	2024 (Proj.)	2025 (Proj.)	2026 (Proj.)
PIB nominal (mil milhões de Dobras)	10.211	10.942	12.734	14.861	16.852	18.436	20.013
PIB real (taxa %)	2,6	1,9	0,1	-0,3	2,9	4,1	3,2
PIB nominal (taxa %)	12,1	7,2	16,4	16,7	13,4	9,4	8,5
Taxa de câmbio Dbs/USD (média anual)	21,7	20,9	23,3	23,1	23,1	23,1	23,1
Taxa de câmbio Dbs/EURO (média anual)	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5
Taxa de Juro Ref.^a BCSTP (%)	9,0	9,0	9,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Inflação (média anual em %)	9,8	8,1	18,0	22,9	16,0	9,3	6,0
Inflação (variação homóloga em %)	9,4	9,5	25,2	21,2	12,1	6,5	5,0
Saldo primário interno (% do PIB)	-4,2	-5,1	-5,5	-1,9	0,0	1,0	2,0
Balança corrente em % do PIB	-11,7	-20,2	-15,4	-18,0	-13,1	-12,0	-10,6
Balança de capital (% PIB)	4,4	5,7	8,2	7,2	6,8	7,5	7,1
Balança financeira (% PIB)	-5,3	-5,0	-19,2	-10,8	-6,2	-4,5	-3,5
Massa Monetária (variação anual)	10,6	-2,7	9,9	5,9	2,9	1,8	6,3
Activo externo líquido (variação anual)	-9,9	-19,0	-12,4	-4,2	7,8	12,4	13,8
Crédito a Economia (variação anual)	-1,6	-5,0	-16,0	-18,1	-0,3	2,0	1,9

Fonte: BCSTP/Direcção do Orçamento/UMF



Segundo o BCSTP, a inflação, apesar de dar sinais de redução, a curto prazo deve manter-se ainda em dois dígitos. Razão pela qual decidiu por manter a política monetária restritiva, de forma a assegurar a rápida redução da inflação.



MERCADO MONETÁRIO

O BCSTP, para conter o crescimento da inflação, assegurar o regime cambial e garantir a estabilidade dos preços, continua com uma política monetária restritiva. O Comité de Políticas Monetárias do Banco Central, recorreu a quatro instrumentos de política monetária, visando a redução de liquidez no sistema financeiro:



- Aumento da taxa de juro de referência de 9% para 10%.
- Aumento da taxa de facilidade permanente de liquidez de 9,5 para 10,5%.
- Aumento do coeficiente de reserva mínima de caixa em moeda nacional de 18% para 28%, mantendo o coeficiente em moeda estrangeira em 21%.
- Emissão de Certificados de Depósitos, com taxa variável.

Visando diversificar as fontes de financiamento do défice orçamental e dispor de uma estrutura de dívida mais sustentável para a realidade económica do país, o Tesouro Público fez, pela primeira vez na sua história, a emissão de Obrigações de Tesouro, com maturidade de 2 anos, à taxa anual fixa de 4%. Fez, também, cinco (5) emissões de Bilhetes de Tesouro, de fevereiro a outubro de 2023, totalizando STN 1.336 milhões, a taxa variável e maturidade até 12 meses, que tiveram um total de procura de STN 1.046 milhões.



Centaurium erythraea

SECTOR BANCÁRIO

O sistema bancário de S. Tomé e Príncipe, altamente concentrado, continua a enfrentar vários desafios, em particular (1) um baixo nível de rentabilidade (em resultado do elevado custo de estrutura, num mercado de micro-dimensão e de baixo poder de compra), (2) o aumento potencial de risco, em particular de risco de crédito, agravado por um aumento do fluxo migratório nos últimos anos, em particular de alguns clientes com crédito que pura e simplesmente emigram ignorando as suas responsabilidades, e (3) a difícil recuperação do crédito em processos de execução judicial, devido à ineficiência e morosidade dos Tribunais.

Destacam-se alguns fatores que podem condicionar a evolução do setor nos próximos tempos:

- A recente criação de um Centro de Arbitragem, para tornar mais célere a resolução de contencioso comercial, poderá contribuir para um melhor ambiente económico e conseqüente melhoria do nível de risco de crédito. Apesar de criado em 2023, não foram ainda sentidos os efeitos práticos no mercado.
- A procura para captar maior volume de negócios, em particular crédito, tinha levado os bancos a reduzirem cada vez mais as suas taxas ativas, aligeirando as condições de segurança dos créditos e assumindo maiores níveis de risco. Porém, alguns bancos que tinham adotado medidas tendentes ao aligeiramento das condições de segurança do crédito estão a rever a sua atuação, em resultado dos riscos reais vivenciados. O volume de incumprimento de crédito tem vindo a crescer de forma muito significativa, e encontra a sua principal justificação no fluxo migratório. Por este motivo, alguns bancos passaram a reforçar/endurecer a sua política de concessão e acompanhamento de crédito.
- A adoção no passado de uma política de crédito mais ligeira, ignorando os riscos reais deste mercado, estiveram na base da falência do Island Bank, do Banco Equador, do Banco Privado e do Energy Bank, decretadas pelo BCSTP, resultando na redução do número de bancos na praça de 8 para 4.
- Com a saída das instituições mais frágeis do sistema, tem-se verificado uma melhoria da rentabilidade do setor, que apresentou um ROE de 12,6% em 2022, contra 9,1% em 2021 e 4,1% em 2020, de acordo com os dados apresentados pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O saneamento do mercado, com a saída dos bancos menos eficientes, tem contribuído para uma melhoria da rentabilidade do sistema. Mas, os indicadores históricos de rentabilidade continuam a apontar para uma fragilidade generalizada, uma vez que apenas o BISTP apresenta resultados acumulados positivos, ao passo que as outras instituições financeiras apresentam resultados negativos, os quais têm consumido os capitais próprios e condicionado a solidez do sistema como um todo.
- Os bancos têm aproveitado a emissão de Bilhetes de Tesouro e de Certificados de Depósitos para rentabilizar o seu excesso de liquidez, numa conjuntura de contração da carteira de crédito. Porém, com a introdução de uma política monetária mais restritiva, através do aumento da taxa de Reservas Mínimas de Caixa (RMC) de 18% para 28% em moeda nacional, a partir em junho de 2022, a liquidez disponível nos bancos diminuiu consideravelmente.

Principais Indicadores do Sector Financeiro

Enquadramento Regulamentar	2019	2020	2021	2022	2023	BISTP (2023)	Níveis Regulamentares
Solvência**	28,5%	29,00%	31,61%	41,06%	36,49%	37,06%	≥ 12%
Liquidez**	49,00%	58,00%	63,69%	61,40%	64,99%	61,73%	≥ 20%
Enquadramento Sectorial	2019	2020	2021	2022	2023	BISTP (2023)	
Número de Bancos	5	5	4	4	4	1	
Ativo em % do PIB*	46,60%	47,40%	42,95%	38,10%	36,70%	22,53%	
Crédito Líquido em % do PIB*	14,90%	13,90%	10,72%	10,60%	8,80%	5,01%	
Depósitos em % do PIB*	32,60%	34,60%	30,73%	27,71%	27,14%	17,84%	
Rácio de Transformação (Crédito Líquido /Depósito)	46%	40%	35%	33%	33%	28%	
Nível de Crédito Mal Parado (> 90 dias)	26,70%	29,60%	28,57%	8,13%	11,92%	12,03%	
Cost-to-Income	79,00%	79,00%	71,48%	65,36%	62,12%	59,86%	
ROE	-1,30%	4,10%	9,08%	12,63%	10,69%	13,57%	
ROA	-0,20%	0,70%	1,66%	2,36%	1,98%	2,29%	

Fonte: BCSTP

*Cálculo do BISTP

Nota: O Rácio de solvabilidade e de Liquidez do BISTP foi calculado de acordo com a NAP 12/2021 e NAP 04/2007, respetivamente.



Quota do BISTP

	2020	2021	2022	2023	Var.2023 vs.2022
Ativo Total	65,30%	60,94%	61,83%	61,14%	-0,7 pp
Capital Próprio	52,30%	54,78%	56,48%	55,72%	- 0,8 pp
Depósitos	74,90%	68,16%	68,37%	65,41%	-3,0 pp
Crédito sobre cliente	60,10%	58,30%	61,74%	58,25%	-3,5 pp
Produto Bancário	70,10%	63,82%	61,73%	59,31%	-2,4 pp
Agências	66,70%	70,59%	68,75%	66,67%	-2,1 pp
ATM	74,20%	78,57%	76,09%	73,33%	- 2,8 pp
POS	---	61,26%	73,84%	71,47%	- 2,4 pp



Coleus (coração magoado)

05 ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

5.1 Estratégia e Modelo de Negócio

Em 3 de março de 2023 o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe completou 30 anos de existência. Desde a sua constituição que o BISTP se tem mantido como a instituição financeira de referência no mercado, possuindo uma destacada posição de liderança em termos de produtos e serviços financeiros em todos os segmentos de mercado, dispondo de uma ampla cobertura geográfica através da sua rede de agências. Adicionalmente, o banco possui outros canais para distribuição dos seus produtos e serviços, tais como a rede de ATM e POS, assim como plataforma de e-banking.

O BISTP é um banco universal, com uma vasta panóplia de produtos e serviços financeiros, e atua tanto no segmento de retalho como no segmento de empresas e instituições. Por este motivo, na estratégia de expansão da sua rede, visando uma maior cobertura geográfica do país, toma em consideração a especificidade e as necessidades dos diferentes segmentos e dos diferentes nichos no interior de cada um dos segmentos. Assim, o Banco está não só a estender a sua presença física pelo país, visando atender o segmento de clientes que privilegia um atendimento mais personalizado, como também está a promover o desenvolvimento e oferta de serviços bancários remotos, através de meios eletrónicos e digitais, visando atender não só o segmento de clientes mais jovem e entusiasta no acesso aos serviços bancários à distância, como igualmente, através da promoção e desenvolvimento da literacia financeira, o acesso a clientes mais velhos ou afastados dos centros urbanos, que pretendem usar os serviços do Banco sem necessidade de se deslocarem.

As adversidades para a economia do país agravaram-se em 2023, em consequência do impasse em alcançar um novo acordo com o FMI, o que evidenciou o elevado grau de dependência e vulnerabilidade da economia do país do exterior. Apesar da conjuntura mais difícil, marcada por vários focos de crise (escassez) de bens essenciais e pressão sobre as empresas relativamente aos pagamentos do Estado, o modelo de negócios do Banco encontra-se adequadamente diversificado neste mercado, o que confere ao Banco uma maior capacidade de resiliência, permitindo a manutenção dos seus principais indicadores em terreno positivo.

As transformações progressivas promovidas pelo Banco, visando adequar a sua estratégia e negócio às exigências/desafios do mercado e das autoridades, têm sido importantes e necessárias para que o banco continue agregando valor e solidez ao seu modelo de negócio.

A consolidação da liderança neste mercado acaba por ser uma consequência natural da capacidade do banco em ser versátil no ajustamento da sua oferta e procedimentos em alinhamento com as aspirações de cada stakeholder. Por este motivo, a persecução do seu ideal de “Excelência”, centrado na melhoria contínua e de geração de valor para os seus quatro eixos estratégicos (**Clientes, Capital Humano, Processos e Resultados**), continua a ser a principal bússola do Banco nos momentos de tomada de decisão e atuação.

Não obstante as grandes volatilidades e mutações que ocorreram em 2023, que tiveram impacto na atividade do banco, condicionando algumas iniciativas, ainda assim, foi possível executar algumas ações programadas para em 2023, que permitiram ao Banco dar mais passos qualitativos em direção ao seu ideal de “Excelência”, em cada eixo estratégico.

CLIENTES

O plano de massificação dos serviços eletrônicos e digitais tem como objetivo central assegurar aos clientes um acesso fácil, cómodo, seguro e sem limite temporal, aos principais produtos e serviços do Banco. É nesta lógica que o Banco tem intensificado investimentos no aumento do seu parque de ATMs e TPAs/POS, na melhoria da sua plataforma de internet banking, com a criação de um aplicativo móvel, bem como no aumento do número de cartões de débito.

A conjugação dessas ações tem concorrido para um visível crescimento na utilização dos canais eletrônicos e digitais, contribuído para dar maior autonomia e satisfação aos clientes na utilização dos nossos produtos e serviços por via desses canais.

CAPITAL HUMANO

A capacitação continua do capital humano tem-se revelado crucial no alcance sustentado de um bom desempenho do Banco ao longo dos anos, mesmo em períodos de conjuntura mais adversa.

Ciente da relevância da formação e capacitação dos colaboradores na manutenção da capacidade de ser competitivo e de acompanhar as contínuas e rápidas mutações do mercado, o Banco decidiu em 2023 priorizar formações orientadas para a área de tecnologia de informação com o propósito de robustecer a segurança tecnológica, particularmente num contexto em que o crime cibernético tem aumentado seriamente ao nível mundial, num momento em que o Banco tem realizado significativos investimentos, visando a massificação dos utilizadores dos serviços eletrônicos e digitais. Todos os técnicos do Gabinete de sistema de informações (GSI) participaram nesta formação de capacitação, que foi essencial para o reforço dos conhecimentos em matéria de cibersegurança.

PROCESSOS INTERNOS

A necessidade de adaptação da aplicação informática core para cumprir a legislação nacional relativamente à cobrança do IVA e comunicação de faturas (E-fatura), foram os processos que estiveram no centro da atenção das equipas, tendo em conta as exigências legais que comportavam esses dois processos. Em tempo oportuno e com recurso ao provedor do sistema de informação (ASSECO), foi possível parametrizar a aplicação core para cumprir com essas obrigações legais.

RESULTADOS

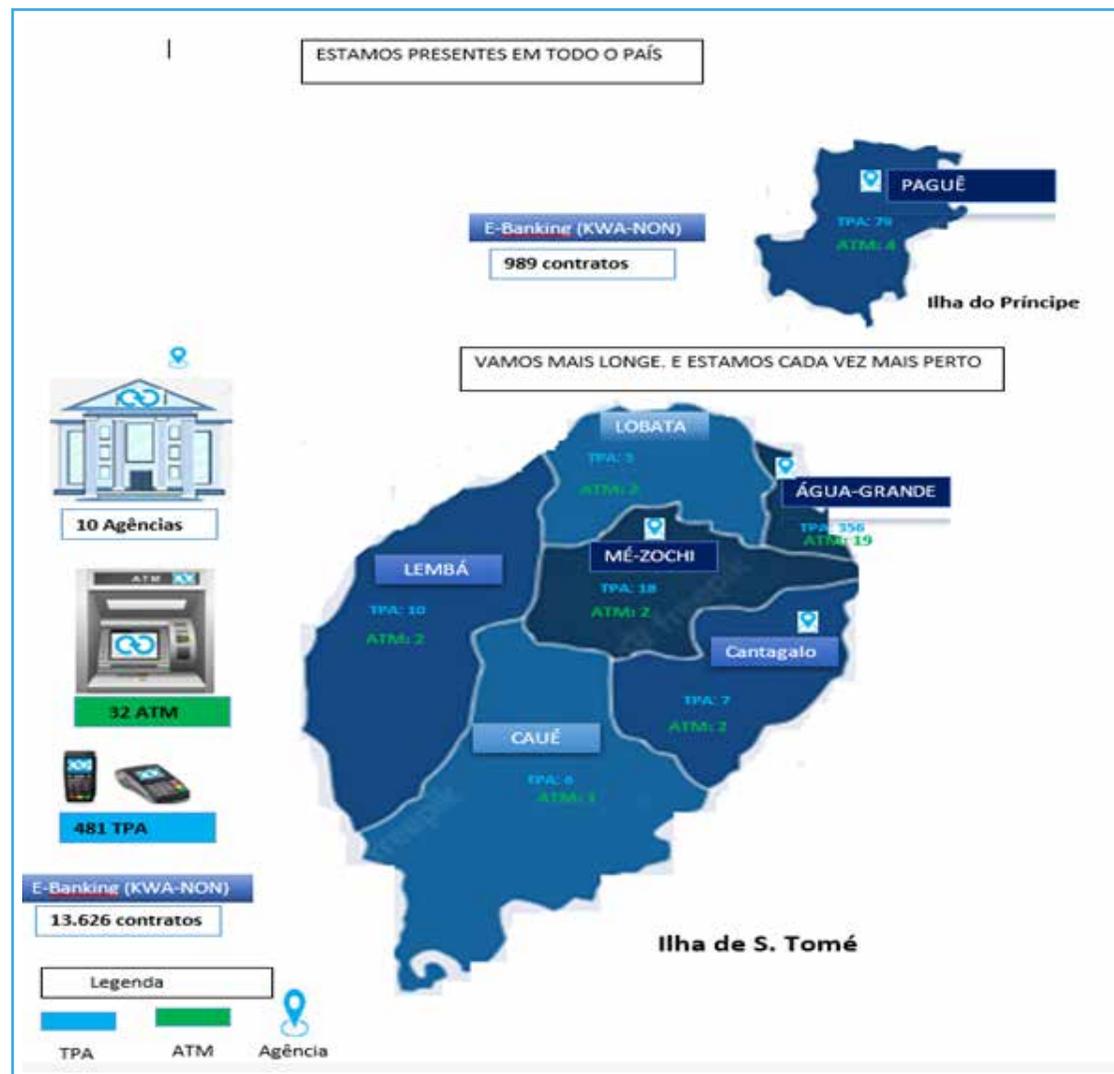
Com um modelo de negócio cuja estratégia está orientada para atender às expectativas de todos (Clientes, Colaboradores, Acionistas e Sociedade em geral), o Banco tem conseguido, de forma consistente, resultados satisfatórios, mesmo em períodos mais adversos. Como resultado da boa e sustentada performance do banco ao longo dos anos, é possível notar que os rácios de solvabilidade e liquidez têm mantido uma tendência de crescimento, com elevada margem face aos requisitos regulamentares. Os produtos e serviços têm alcançado cada vez mais pessoas e empresas, promovendo a melhoria económica e social, e o Banco tem conhecido avanços em direção ao seu ideal de “Excelência”.

5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição

No âmbito das suas aspirações de estar presente fisicamente em todos os distritos do país, levando os serviços financeiros a toda população através do alargamento da sua rede de infraestrutura bancária, o BISTP iniciou em 2022 a construção uma nova agência na cidade de Neves, no Distrito de Lembá, cuja inauguração está prevista para 2024.

Com a abertura desta agência, o banco passará a estar presente em 5 dos 7 distritos.

O Banco renova a cada ano o seu compromisso de ser o “Banco de Todos”. Por isso, estar fisicamente presente em todos os distritos do país, mais que um simbolismo, é a missão que está na essência da sua criação, e que pressupõe levar o serviço financeiro cada vez mais longe em benefício de todos, promovendo o crescimento económico e social.



6.1 Banca de Retalho: Particulares

O ano de 2023 ficou caracterizado por um ambiente macroeconómico muito adverso. A inflação à escala global permaneceu ainda muito elevada, não obstante a política monetária restritiva imposta pela generalidade dos Bancos Centrais, assente na elevação gradual da taxa de juro diretora.

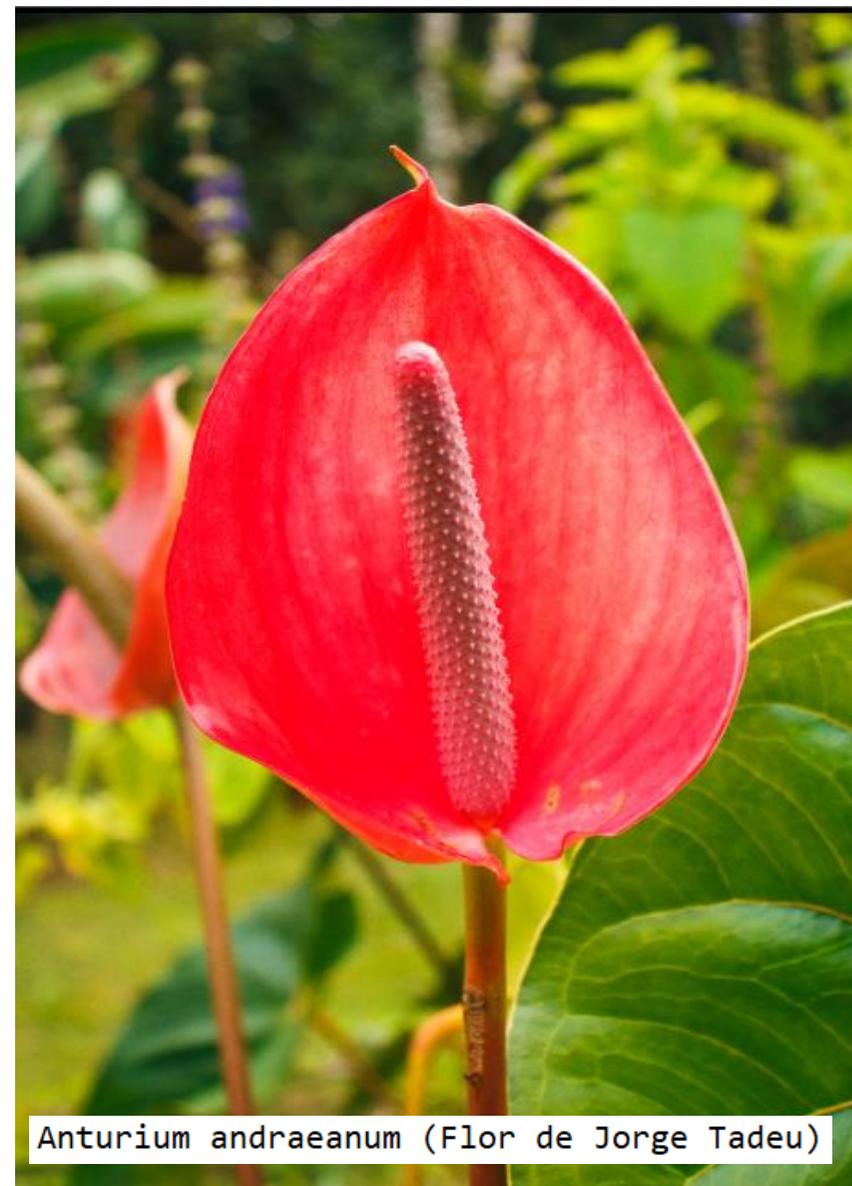
Para países insulares, com uma economia pouco diversificada e essencialmente importadora, como é o caso de S. Tomé e Príncipe, o impacto negativo da inflação importada tem sido muito mais significativo. O impasse relativamente ao acordo de assistência técnica e financeira com o FMI em 2023, agravou ainda mais a já difícil situação económica e financeira do País, visto que sem esse acordo com o FMI, alguns parceiros e contribuidores internacionais tendem a condicionar os seus apoios ao investimento.

Quando o essencial dos investimentos públicos (mais de 90%) são financiados com apoio dos parceiros internacionais, pode-se claramente perceber os problemas que a economia teve neste ano de 2023, onde os investimentos públicos foram fortemente condicionados e protelados, por falta de recursos financeiros.

A entrada em vigor do IVA em junho de 2023, com uma taxa de 15% para todos produtos e serviços, com excepção dos bens essenciais, que são taxados a 7,5% - é vista como uma solução para aumentar a receita fiscal do Estado e reduzir o défice primário. Entretanto, para os agentes económicos (empresas e famílias), esta a introdução do IVA veio provocar um maior aumento do custo de vida, num cenário em que a inflação já se encontrava num nível historicamente elevado.

A difícil situação económica e a redução do poder de compra das famílias, tem contribuído, em certa medida, para o elevado fluxo migratório da população para o exterior nos últimos anos, o que de alguma forma terá, também, impacto na redução do consumo interno.

A combinação de todos esses eventos (falta de financiamento dos parceiros internacionais, baixo investimento, inflação elevada, aumento dos impostos e emigração), explica, em certa medida, a visível desaceleração da atividade económica e o aumento potencial do risco do país e risco de crédito às empresas e famílias.



Anturium andraeanum (Flor de Jorge Tadeu)

Face à conjuntura, os desafios para promover o crescimento da carteira de crédito e outros produtos financeiros são enormes.

A contração da carteira de crédito no segmento de particulares em 2023, na ordem de 6,7%, comparativamente ao ano transato, é o reflexo do arrefecimento da atividade económica.

Não obstante esta contração, o peso do volume de crédito deste segmento passou a representar 56,1% do crédito global do Banco, contra 52,8% em 2022, o que implica uma maior contração registada ao nível do crédito a empresas. Importa dar nota que este segmento, ao deter um maior peso na carteira de crédito do BISTP, confere, em certa medida, maior estabilidade ao nível da carteira de crédito, por ser o segmento em que há maior diversificação do risco, e por ser menos volátil em comparação com o segmento de empresas. Por ser menos volátil, a Banca de Retalho continua tendo um papel preponderante na garantia de maior capacidade de resiliência ao modelo de negócio do Banco em geral.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu, de igual modo, uma contração na ordem de 2,62%, em termos homólogos, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) se fixe em aproximadamente 38,5%, contra os 42,5% verificados em 2022.

O peso dos clientes particulares no volume total de crédito e depósitos combinados passou a ser de 42,6% contra 45,3% em 2022. Este segmento tem-se revelado muito importante na estratégia de diversificação do risco e no reforço da capacidade de resiliência da atividade do Banco, em resultado de uma maior heterogeneidade ao nível dos clientes particulares.

Depósitos

Os depósitos neste segmento registaram uma contração na ordem de 2,62%, sendo que a mesma decréscimo de prazo de em 3,61%.

Particulares (Carteira de Depósitos de Clientes)			Variação		
Depósitos de Clientes (excluídos juros a pagar)	2021	2022	2023	22.vs.21	23.vs.22
Depósitos a Ordem	730.067.198	830.542.440	810.384.744	13,76%	-2,43%
Depósitos a Prazo	186.763.132	160.932.363	155.118.221	-13,83%	-3,61%
Total de Depósitos de Clientes	916.830.330	991.474.803	965.502.966	8,14%	-2,62%

Montante em STN

Os depósitos neste segmento fixaram-se em mSTN 965.502, traduzindo-se numa redução de mSTN 25.972 face a 2022, ou seja menos 2,62%.

A contração dos depósitos à ordem em 3,62% face a 2022, é o reflexo de numa conjuntura adversa. Contudo, a contração moderada dos depósitos dos clientes, num período de inflação alta e forte aumento dos impostos e custo de vida em geral, evidencia uma certa estabilidade da carteira de depósitos neste segmento e a confiança que os clientes depositam na solidez da Instituição.

O peso dos depósitos deste segmento passou a ser de 38,5% em 2023, contra 42,5% em 2022.

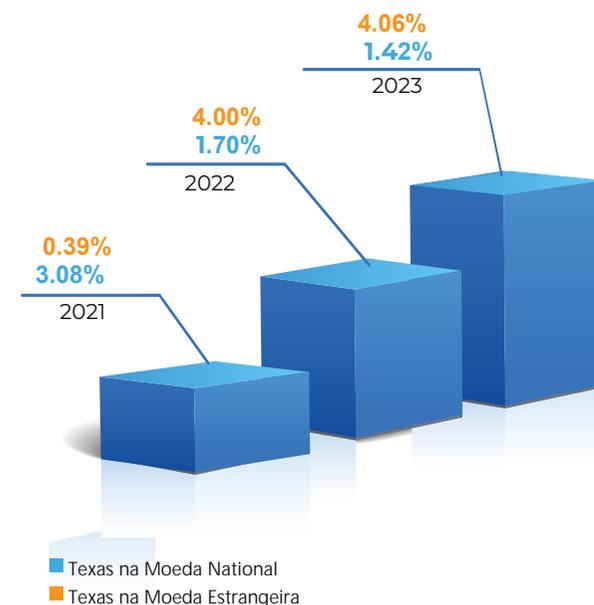
Relativamente aos depósitos a prazo, a contração pode ter explicação nas taxas médias de remuneração, que se mantiveram abaixo da inflação. A política de manutenção de taxas de remuneração mais baixas é justificada pela situação de excesso de liquidez no mercado financeiro, sendo que a problemática do excedente de recursos não aplicados agrava-se numa conjuntura de crise em que o crédito bancário regista uma contração. A redução dos depósitos a prazo pode também ser explicada pela necessidade que os clientes vão tendo, num cenário de forte aceleração da inflação, em mobilizar os depósitos a prazo de baixa remuneração para satisfazer as suas necessidades de consumo, face ao aumento do custo de vida.

Os depósitos a prazo em curso, com maturidades mais longas, não foram impactados pela política de taxas mais baixas. Com efeito, constata-se que a taxa média ponderada é influenciada pelos contratos mais antigos.

Maturidade dos Depósitos a prazo 2023

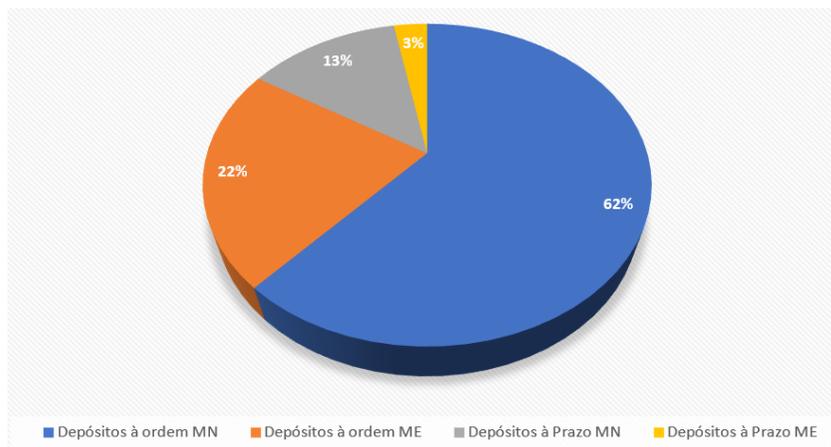
Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital (STN)	Taxa Média Ponderada
Até 6 meses	35.129.976	1,38%
De 6 a 12 meses	1.521.672	1,09%
Mais de 12 meses	118.466.573	4,25%
Total	155.118.221	3,54%

Taxa de Captação por moedas (Média Ponderada)



No que toca à composição dos depósitos por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância depósitos em moeda nacional (74,9% do total dos depósitos) face aos depósitos em moeda estrangeira (25,1%).

Peso dos depósitos por moeda



Crédito

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2023, conheceu uma contração na ordem de -6,7% face a 2022, correspondendo a uma redução em termos absolutos de -mSTN 30.848.

Carteira de Crédito	2021		2022		2023		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	22 Vs.21		23 Vs.22	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	5.227	417.224.846	5.284	391.036.583	4.375	356.268.490	1,1%	-6,3%	-17,2%	-8,9%
Crédito Irregular	224	100.910.037	220	69.965.123	332	73.880.518	-1,8%	-30,7%	50,9%	5,6%
Descobertos	7.435	758.710	2.653	410.425	930	414.960	-64,3%	-45,9%	-64,9%	1,1%
Total da Carteira de Crédito	12.886	518.893.593	8.157	461.412.131	5.637	430.563.968	-36,7%	-11,1%	-30,9%	-6,7%

Montantes em STN

O volume de crédito em situação regular registou uma contração de -8,9%. Ao passo que a carteira de crédito em situação irregular registou um crescimento na ordem de +5,6%, evidenciando um aumento de risco de crédito. A contração registada ao nível do crédito regular e o aumento da carteira irregular é consequência do fluxo migratório de famílias para Portugal que se tem verificado, mas é também o reflexo duma conjuntura mais adversa que caracterizou a atividade económica no ano de 2023.



Cuphea gracilis

Carteira de Crédito - Regular							Variação			
Carteira de Crédito Crédito Regular	Nº	2021	2022	Nº	2023	22 Vs.21		23 Vs.22		
		Montante (STN)	Montante (STN)		Montante (STN)	Nº	Montante	Nº	Montante	
Habitação c/ Garantia Hipotec.	134	76.260.057	120	63.868.171	111	57.326.839	-10,4%	-16,2%	-7,5%	-10,2%
Consumo	1.559	81.710.489	1.616	88.664.036	1.612	117.975.345	3,7%	8,5%	-0,2%	33,1%
Automóvel	13	4.229.712	11	2.074.073	5	957.562	-15,4%	-51,0%	-54,5%	-53,8%
Saúde	7	579.927	4	948.451	8	1.195.127	-0,4286	63,5%	100,0%	26,0%
Outros créditos a particulares	3.514	254.444.661	3.533	235.481.852	2.639	178.813.617	0,5%	-7,5%	-25,3%	-24,1%
Total Crédito Regular (1)	5.227	417.224.846	5.284	391.036.583	4.375	356.268.490	1,1%	-6,3%	-17,2%	-8,9%

Montantes em STN

Ao nível da carteira de crédito em situação regular, verifica-se uma contração na finalidade de crédito habitação com garantia hipotecária na ordem de -10,2%. O crédito automóvel, conheceu uma contração em volume na ordem de 53,8%. “Outros créditos à particulares”, que geralmente inclui os créditos destinados às obras de melhorias em habitações (sem garantia hipotecária) e investimento em pequenos negócios de particulares, registou uma contração na ordem de 24,1%. Contrariamente, o crédito ao consumo foi o que registou um maior crescimento + 33,1%.

Num ambiente económico menos favorável, as recuperações de crédito em situação de incumprimento tornaram-se ainda mais difícil, com um aumento potencial do risco de novos créditos entrarem em incumprimento. Em face das dificuldades de recuperação, agravadas pela conjuntura e pelo aumento potencial do risco de incumprimento, o Banco instituiu a política de acompanhamento regular dos clientes ao nível das Agências e Gestores, sendo a ação de recuperação de créditos de complexidade elevada, liderada pelo GJR - Gabinete Jurídico e Recuperação.

O crédito irregular registou uma expansão na ordem de 5,6% face a 2022, sendo que esta evolução decorre em grande medida do aumento de incumprimento associado à clientes que emigraram para Portugal, deixando de pagar as prestações de crédito.

Não obstante este novo evento que impulsionou em alta o incumprimento, importa, contudo, manter sempre presente que a extrema morosidade dos Tribunais (para não dizer inoperacionalidade) no tratamento dos processos em contencioso de crédito tem sido o entrave mais crítico no processo de recuperação de créditos em incumprimento. Decorrente desta ineficiência dos Tribunais nesta matéria, a recuperação de crédito neste mercado torna-se particularmente difícil e desafiadora.

Carteira de Crédito - Irregular

Variação

Carteira de Crédito	2021		2022		2023		22 Vs.21		23 Vs.22	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Irregular										
Com atrasos > 90 dias										
Habituação com Garantia Hipotecária	34	44.421.860	35	42.524.610	34	40.970.323	2,9%	-4,3%	-2,9%	-3,7%
Consumo	45	2.701.035	66	3.837.561	104	6.738.365	46,7%	42,1%	57,6%	75,6%
Automóvel	2	1.005.441	2	935.573	4	1.212.707	0,0%	-6,9%	100,0%	29,6%
Saúde	1	147.854	2	278.310	0	-	1	88,2%	-100,0%	-100,0%
Outros a particulares	109	23.851.478	115	22.389.070	190	24.959.124	5,5%	-6,1%	65,2%	11,5%
Total de créditos com atrasos > 90 dias	191	72.127.668	220	69.965.123	332	73.880.518	15,2%	-3,0%	50,9%	5,6%
Contencioso										
Habituação com Garantia Hipotecária	6	7.405.816	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Consumo	8	3.153.040	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Outros	19	18.223.514	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Total de créditos em contencioso	33	28.782.369	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Total Crédito Irregular (2)	224	100.910.037	220	69.965.123	332	73.880.518	-1,8%	-30,7%	50,9%	5,6%

Montantes em STN

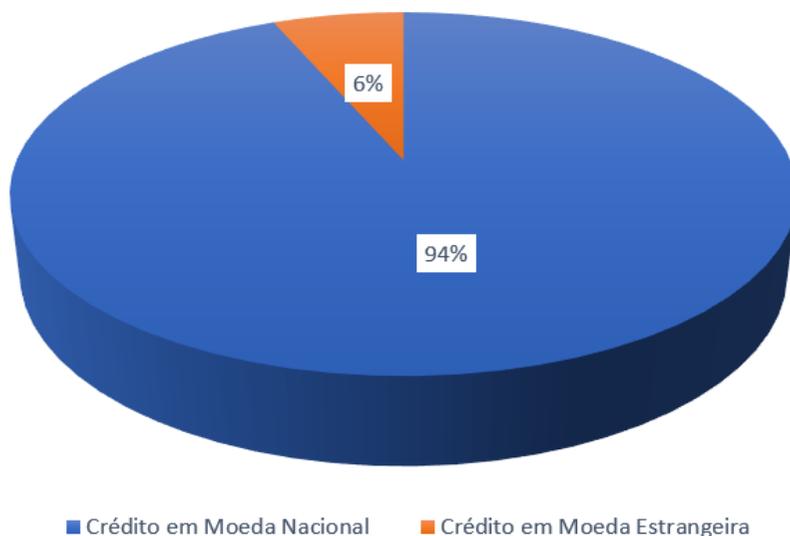
Do ponto de vista da evolução da qualidade de crédito é possível elencar os seguintes aspetos:

- O aumento do peso do crédito irregular no total do crédito deste segmento, passando de 15,16% em 2021 para 17,16% em 2023, justificado em grande medida pelo fluxo migratório de famílias para Portugal.
- O nível de cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão neste segmento de 13,5%, contra 11,7% em 2022, é revelador do incremento de risco global de crédito.
- O total do crédito irregular em 2023 situou-se em mSTN 73.880, representando um aumento de +mSTN 3.915.
- Com este aumento do volume de crédito em incumprimento, os rácios referentes à qualidade da carteira de crédito ao nível deste segmento registaram uma deterioração. O rácio de cobertura de provisão do crédito de risco em carteira, passou de 65% em 2022 para 69% em 2023.

Em face deste cenário de aumento generalizado de risco, o Banco reforçou a sua prudência e rigor em matéria de análise e concessão de crédito, bem como a manutenção de uma política rigorosa em termos de provisão.

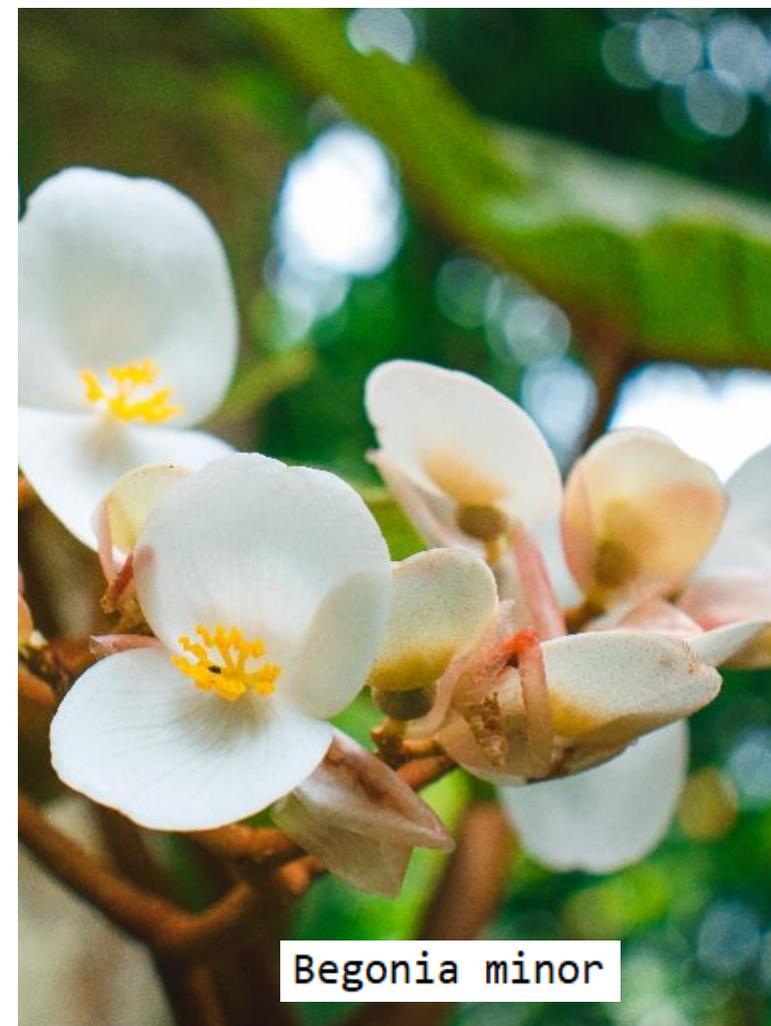
Relativamente à evolução do crédito por moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes está na moeda local (Dobra), tem-se registado um maior peso do crédito na moeda nacional em detrimento da moeda estrangeira.

Peso do crédito por moeda



6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições

Apesar de uma retoma da atividade turística, com aumento da afluência de turistas ao País em 2023 para níveis antes da pandemia de Covid-19, não se verificou durante o ano muito otimismo por parte dos investidores, que pode ser traduzido pelo fraco investimento direto estrangeiro ou interno neste setor e noutros, contrastando com os anos anteriores à 2020, em que havia uma grande euforia e expectativa quanto ao crescimento do setor turístico e de outros sectores conexos. De facto, o fraco otimismo do capital estrangeiro e nacional e o arrefecimento do investimento explica-se, em certa medida, pela espiral inflacionista que conduziu ao aumento das taxas de juros ao nível global, provocando uma contração de investimentos.



A não assinatura do novo acordo de assistência técnica e financeira com o FMI em 2023 condicionou a possibilidade de o Estado conseguir mobilizar recursos financeiros dos parceiros bilaterais e multilaterais, para o financiamento das despesas de investimento do Orçamento Geral do Estado de 2023.

A conjugação destes eventos contribuíram para criar uma conjuntura macroeconómica muito adversa e de risco elevado, para S. Tomé e Príncipe, que tem uma economia muito frágil e vulnerável aos choques externos.

Em face de uma conjuntura pouco favorável, as empresas reduziram também a procura de financiamento bancário, quer para rotação do *stock* quer para o investimento/expansão de negócios. Embora o cenário tenha sido de maior adversidade e de risco tendencialmente crescente, o Banco manteve a sua estratégia de concessão de créditos, mas ajustada às necessidades e ao momento das empresas.

O segmento **Empresas e Instituições** tem um peso respetivamente de 43,9% e 61,5% do total da carteira de crédito e de depósitos em 2023.

Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2023 uma expansão na ordem de +14,89%, sustentado pelo aumento dos depósitos à ordem em torno de +14,8% e dos depósitos à prazo na ordem de 82,4%.

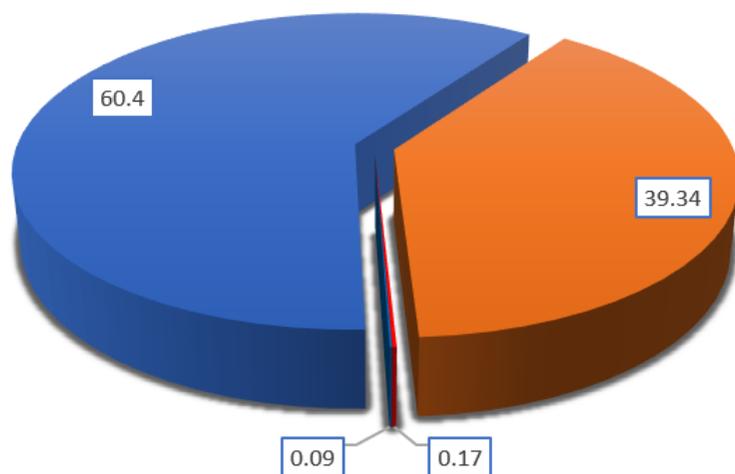
Segmentação de depósitos por tipo

Empresas e Instituições (Carteira de Depósitos de Clientes)				Variação	
Carteira de Depósitos (excluído os juros a pagar)	2021	2022	2023	22.Vs.21	23.Vs.22
Depósitos a Ordem	1.222.229.779	1.341.188.037	1.539.393.445	9,73%	14,78%
Depósitos a Prazo	4.571.150	2.166.115	3.951.453	-52,61%	82,42%
Total de Depósitos de Clientes	1.226.800.929	1.343.354.152	1.543.344.897	9,50%	14,89%

O crescimento dos depósitos de empresas e instituições foi essencialmente conduzido pelos depósitos à ordem, em particular pelo incremento de depósitos de instituições que gerem fundos destinados ao financiamento de projetos de investimentos público.

No que se refere à composição dos depósitos por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional continuam a representar o essencial dos depósitos neste segmento, com um peso de 60,6%, contra 39,4% em moeda estrangeira.

Peso dos depósitos por moeda



■ Depósitos à ordem MN ■ Depósitos à ordem ME ■ Depósitos à Prazo MN ■ Depósitos à Prazo ME

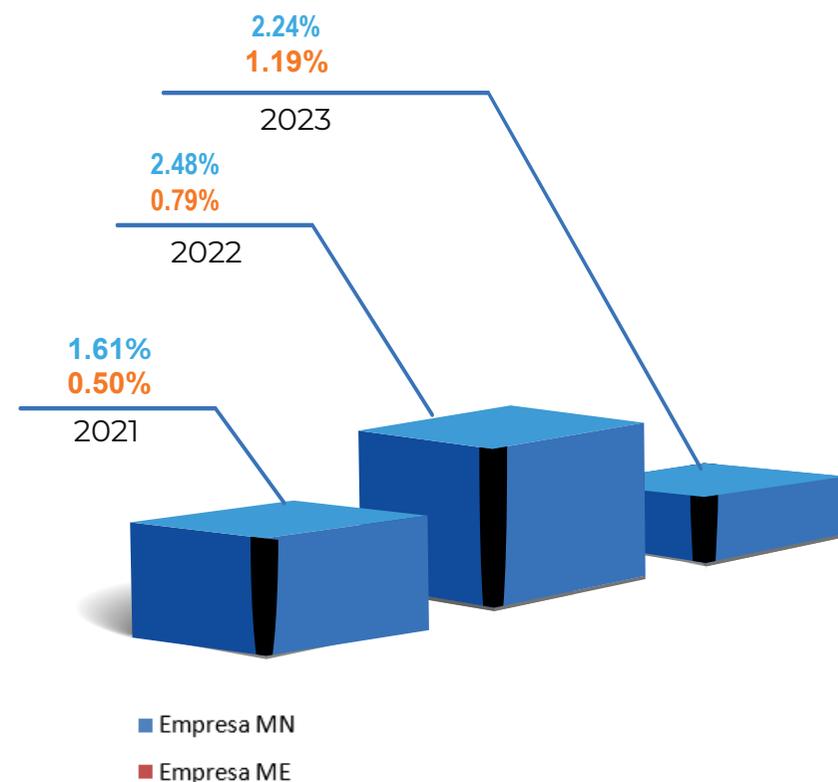
Maturidade dos depósitos a prazo 2022

Maturidade dos contratos de depósitos a prazo	Capital (STN)	Taxa Média Ponderada
Mais de 12 meses	3.951.453	2,40%
Total	3.951.453	2,40%

Crédito

O crédito à economia conheceu uma contração (-18,21%), o que em termos absolutos representou uma queda de mSTN 75.048, refletindo as consequências da estagnação da economia, que geralmente é caracterizada por uma baixa na procura de crédito bancário por parte das empresas, e uma deterioração da qualidade creditícia das mesmas.

As taxas médias de captação para este segmento mantêm-se baixas. Porém, com aumento da Euribor e Libor, as taxas médias de captação em moeda estrangeira conheceram um crescimento.



Não obstante a conjuntura, o BISTP mantém o seu foco nas poucas oportunidades de negócios que surgem, propondo soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico e à situação de cada empresa, em particular.

Carteira de Crédito	2021		2022		2023		Variação			
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	22 Vs.21		23 Vs.22	
							Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular	54	227.172.230	49	281.034.048	50	210.279.576	-9,3%	23,7%	2,0%	-25,2%
Crédito Irregular	53	138.019.645	18	14.963.340	16	18.530.447	-66,0%	-89,2%	-11,1%	23,8%
Descobertos	142	2.629.650	17	116.044.993	23	108.184.746	-88,0%	4312,9%	35,3%	-6,8%
Total da Carteira de Créditos	249	367.821.525	84	412.042.381	89	336.994.768	-66,3%	12,0%	6,0%	-18,21%

Montantes em STN

Carteira de Crédito	Carteira de Crédito – Regular						Variação			
	2021		2022		2023		22 Vs.21		23 Vs.22	
	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
Crédito Regular										
Comercio	20	46.685.710	14	24.379.615	20	28.225.951	-30,0%	-47,8%	42,9%	15,8%
Construção	5	44.199.544	11	33.566.764	6	33.918.542	120,0%	-24,1%	-45,5%	1,0%
Serviços	18	34.684.464	7	8.022.744	16	10.569.331	-61,1%	-76,9%	128,6%	31,7%
Agricultura	3	1.546.313	-	-	2	289.003	-100,0%	-100,0%	-	-
Outros (Instituições Públicas e Outras empresas privadas)	8	100.056.199	17	215.064.925	6	137.276.749	112,5%	114,9%	-64,7%	-36,2%
Total Crédito Regular	54	227.172.230	49	281.034.048	50	210.279.576	-9,3%	23,7%	2,0%	-25,2%

Montantes em STN

Denota-se uma expansão de crédito no setor de comércio e serviços na ordem de 15,8% e 31,7% respetivamente, levada pela melhoria de alguma atividades em particular, o turismo. Entretanto, o crédito a “Instituições Públicas e Outras Empresas Privadas” registou uma contração na ordem de -36,2%, em resultado da amortização de crédito. Os créditos concedidos às Instituições Públicas, registaram, em 2023, uma contração na ordem de -18,8%, e foram responsáveis pela queda da carteira de crédito neste segmento na ordem de 50,4%.

Carteira de Crédito	Carteira de Crédito - Irregular						Variação			
	2021		2022		2023		22 Vs.21		23 Vs.22	
Crédito Irregular	Nº	Montante (STN)	Nº	Montante (STN)	Nº	Montante (STN)	Nº	Montante	Nº	Montante
Com atrasos > 90 dias										
Comercio	17	17.731.648	8	7.827.526	9	12.804.137	-52,9%	-55,9%	12,5%	63,6%
Construção	5	4.198.803	4	4.347.843	3	3.483.566	-20,0%	3,5%	-25,0%	-19,9%
Serviços	4	1.885.134	-	-	2	1.334.338	-100,0%	-100,0%	-	-
Agricultura	3	1.397.895	3	2.079.619	2	908.407	0,0%	48,8%	-33,3%	-56,3%
Outros	1	393.310	3	708.352	-	-	200,0%	80,1%	-100,0%	-100,0%
Total de créditos com atrasos > 90 dias	30	25.606.790	18	14.963.340	16	18.530.447	-40,0%	-41,6%	-11,1%	23,8%
Contencioso										
Comercio	14	75.493.232	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Construção	2	23.120.326	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Serviços	5	9.268.448	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Agricultura	1	184.688	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%
Outros	1	4.346.160	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Total de créditos em contencioso	23	112.412.855	-	-	-	-	-100,0%	-100,0%	-	-
Total Crédito Irregular (2)	53	138.019.645	18	14.963.340	16	18.530.447	-66,0%	-89,2%	-11,1%	23,8%

Montantes em STN

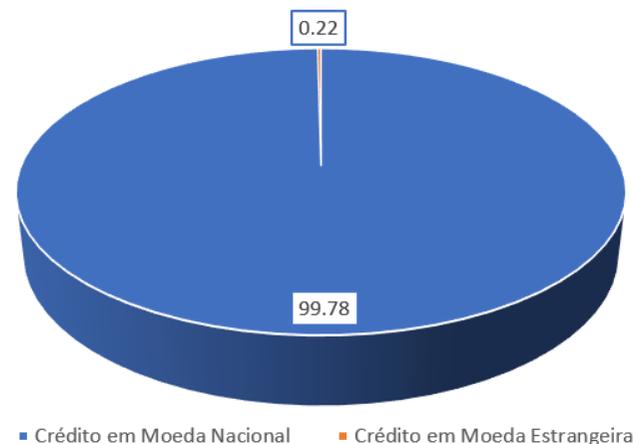
Em termos gerais o crédito irregular conheceu uma expansão na ordem de 23,8%.

Esta evolução do irregular reflete o incremento de risco do mercado, não obstante os esforços investidos no melhor acompanhamento e recuperação do crédito. Importa também destacar que as condições do mercado (fraca atividade económica) e fraco desempenho judicial (excesso de morosidade/inoperacionalidade no tratamento judicial do contencioso) continuam a condicionar melhores resultados em termos de recuperação do crédito em situação irregular.

Em termos de provisão, destaca-se a manutenção de uma política prudencial e rigorosa com a provisão para cobrança duvidosa a cobrir cerca de 72,6% do crédito irregular (crédito em atraso superior a 90 dias).

No tocante à composição do crédito por moeda, nota-se que em 2023, o crédito em moeda nacional teve um peso de aproximadamente de 99,8%. Este peso do crédito em moeda nacional resulta da política do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do Banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

Peso dos créditos por moeda



6.3 Banca Eletrónica (Cartão de Débito e e-Banking)

Ao longo do ano de 2023, o BISTP deu continuidade as ações visando a disseminação dos meios eletrónicos e digitais como uma alternativa cómoda, segura e fácil para aceder aos serviços financeiros. Os condicionalismos impostos pela pandemia da Covid-19, e o Decreto Governamental nº16/2021 orientando para a obrigatoriedade de instalação de POS/TPA por parte das instituições públicas e privadas, foram relevantes para acelerar uma maior adoção por parte dos clientes dos meios eletrónicos e digitais como vias alternativas cada vez mais válidas para aceder aos serviços financeiros.

De forma a responder ao crescente interesse no serviço de banca eletrónica, o BISTP intensificou os seus investimentos na compra de equipamentos (TPA/POS), literacia financeira sobre os serviços eletrónicos e digitais, e campanhas publicitárias sobre as vantagens que proporcionam estes serviços, em particular no que diz respeito à comodidade e rapidez num período em que a mobilidade das pessoas estava restringida por questões de segurança.



Cartão de Débito – “Dobra 24”

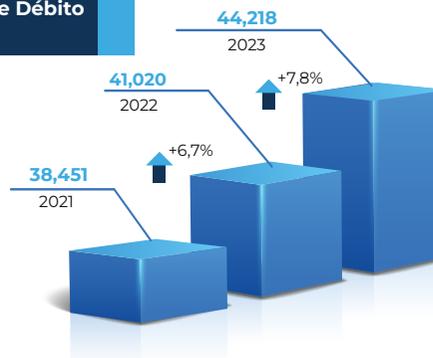
A adesão ao cartão de débito, TPA/POS e internet banking continua sendo estimulada no ato de abertura de conta e também através de venda cruzada, em particular com as operações de crédito.

A dinamização comercial e marketing associada a atual disposição legal que obriga a instalação de POS/TPA, visando maior disseminação dos serviços eletrônicos, têm concorrido para o aumento gradual do número de clientes utilizadores da banca eletrônica. Em 2023, o número de cartões de débito, bem como o número de equipamentos (POS) instalados cresceram na ordem de 7,8% e 20,9%, respectivamente.

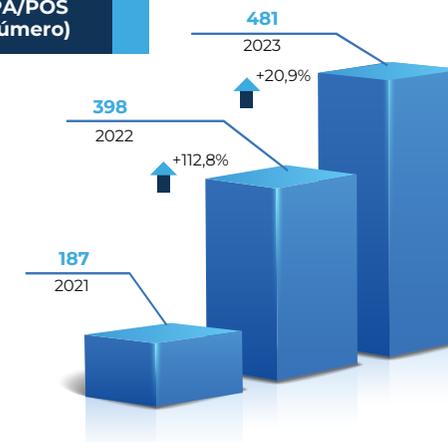
O número de transações feitas nestes canais tem vindo a aumentar de forma significativa ao longo desses últimos anos. Entretanto, registou-se uma certa desaceleração em 2023, com o número e o volume de transações nos canais eletrônicos a registarem um crescimento moderado de 3,1% e 3,8%, respectivamente, em resultado de uma contração nas operações de levantamento em ATM, tanto em número como em volume de 9,7% e 6,6%, respectivamente. Contrariamente à contração das transações registadas ao nível de ATM, as transações em POS registaram um forte crescimento em termos homólogos, com o número de transações a crescer na ordem de 39,2% e o volume na ordem de 48,5%, evidenciando uma certa tendência de maior utilização dos POS em detrimento de ATM, sendo este um objetivo perseguido pelo Banco.

O objetivo do Banco com a disseminação dos POS, intensificação de ações de literacia financeira e publicidade sobre as vantagens em termos de comodidade, praticidade e segurança, tem como propósito orientar os clientes no sentido de privilegiarem este canal nas suas transações.

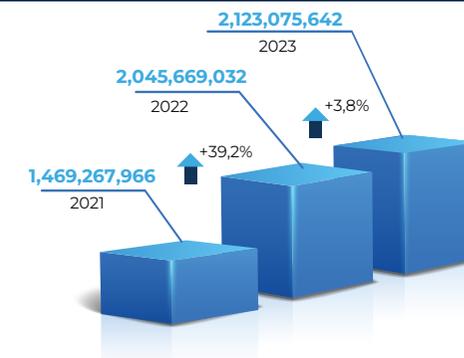
Cartões de Débito (número)



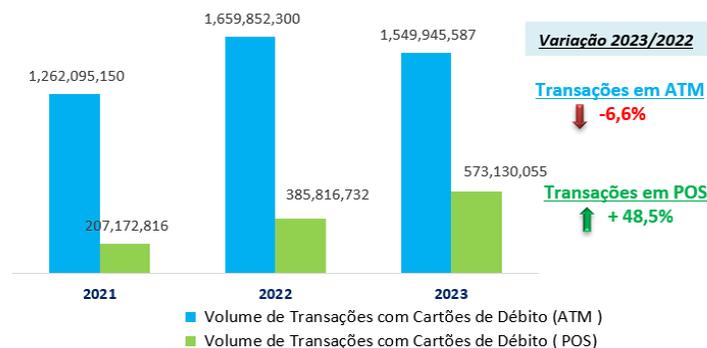
TPA/POS (número)



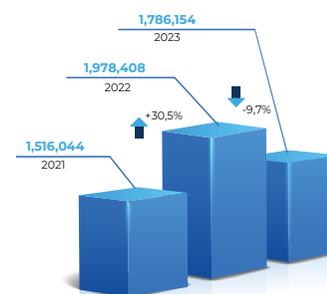
Volume de Transações com Cartões de Débito nos Canais Eletrônicos- ATM e POS (valores em STN)



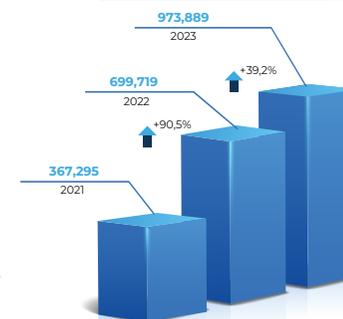
Volume de Transação com Cartões em ATM e POS



Número de Transações com Cartões de Débito (ATM)



VOLUME OF TRANSACTIONS (ATM & POS)

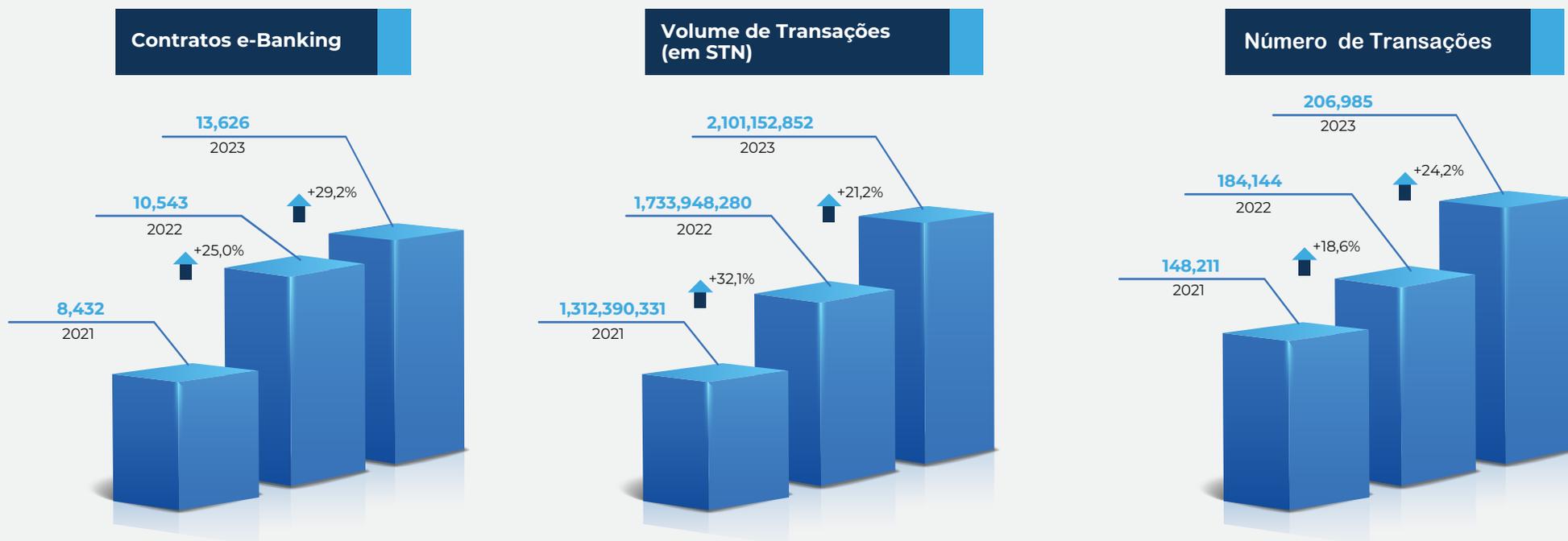


E-banking (Kwa-Non)

Relativamente ao serviço de Internet banking verifica-se uma tendência de crescimento tanto no número de novos utilizadores como no volume de transações.

O Banco continua a sua aposta na maior disseminação e utilização do serviço internet banking junto dos clientes. A disponibilização de um aplicativo móvel está a favorecer ainda mais a adesão e utilização deste serviço.

O número de contratos do serviço de internet banking (KWA-NON) cresceu na ordem de 29,2% em 2023. De igual modo o volume e o número de transações cresceram na ordem de 21,2% e 24,2%, respetivamente.



Para além dos serviços eletrónicos (ATM e POS) e digital (E-Banking) oferecerem maior comodidade ao cliente, tem o grande potencial de permitir ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes aos balcões para realizarem operações de levantamento, transferências, consultas de saldos e de movimentos na conta, e consequentemente libertar tempo para o Banco melhorar a sua oferta de atendimento mais personalizado, bem como no melhor acompanhamento dos clientes e das suas necessidades financeiras.

07 GESTÃO DE RISCO

Gabinete de Riscos, Organização e Normas (GRN)

Ao longo do ano 2023, o Banco continuou o processo de disseminação e aperfeiçoamento do Sistema de Controlo Interno, visando responder às exigências do sistema financeiro nacional, bem como internacional.

Apetência pelo risco

O BISTP continua pautando a sua conduta pelo princípio da prudência, visando desenvolver as suas atividades de negócios de forma controlada e sustentável, sobretudo num período em que se tem assistido certa dificuldade em dinamizar a economia, face à ausência do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por um lado. Por outro lado, o Banco procura sempre adequar e compatibilizar os objetivos fixados para o negócio e os níveis de tolerância ao risco definidos em função da sustentabilidade e rentabilidade de médio-longo prazo, adotando desse modo estratégias que visam compatibilizar os objetivos do plano estratégico com a introdução de medidas conducentes a sua materialização. O período de incerteza que o mundo continua a atravessar, que teima em permanecer com impactos incalculáveis, bem como os efeitos colaterais da guerra entre a Rússia e Ucrânia (grandes produtores de cereais, produtos químicos e indústria metalúrgica), e ainda o fluxo migratório que se assistiu em STP, têm levado o Banco a afinar ainda mais o seu nível de exigência, pois a combinação desses eventos tem provocado a contração do negócio, bem como o aumento do risco ao nível de incumprimento (risco de crédito).

O Banco tem vindo a definir e implementar controlos e limites para os riscos que considera serem materialmente relevantes aos quais a sua atividade se encontra exposta. Este processo continua sendo suportado pela “Declaração de Apetência pelo Risco” – o RAS (Risk Appetite Statement), cujos princípios gerais assentam em declarações qualitativas que definem a estratégia de risco do Banco. Princípios estes que se encontram alinhados com a estratégia de negócio e do entendimento dos trade-off risco-benefício.

As métricas continuam sendo orientadas tendo por base quatro valores: **Objetivo** – define o nível ótimo de risco que cada unidade de negócio pode incorrer por forma a cumprir os objetivos estratégicos estabelecidos; **Tolerância** - determina um nível de risco preocupante que deve resultar na consideração de medidas corretivas; **Limite** - representa um nível de risco que constitui ameaça séria ao negócio e que, portanto, requer ação imediata; **Trigger do Plano de Recuperação**: define um nível associado à avaliação da necessidade de lançamento, por parte da gestão do Banco, de medidas de recuperação.

Todos os limites de risco são aprovados pelos órgãos de Governance competentes definidos nos normativos internos, sendo necessariamente revistos sempre que se justificar.

Estratégia de risco

A delimitação do apetite de risco, traduzida no RAS, enquanto o conjunto primordial de indicadores que traduzem e materializam o apetite pelo risco, constitui o vetor orientador da “Estratégia de Risco” do BISTP, sendo esta aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, sob proposta do Gabinete Risco, Organização e Normas, após prévia apreciação da Comissão Executiva (CE) e da Comissão de Riscos (CR). Com efeito, a partir do RAS, são estabelecidas as principais linhas de ação a desenvolver pelo Banco por forma a endereçar a mitigação ou controlo de todos os riscos materiais identificados. O conjunto destas linhas de ação constitui, formalmente, a Estratégia de Risco do Banco.

Logo, o RAS e o Modelo de Governação da Apetência pelo Risco (Risk appetite Framework) continuam sendo elementos indissociáveis e fulcrais da gestão de risco, ambos visando o controlo e mitigação dos riscos classificados no âmbito do processo de identificação de riscos.

Controlo Interno

A função de Gestão de Risco continua sendo parte integrante do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Banco, a par das funções de Compliance e de Auditoria Interna, concorrendo desta forma para um ambiente de controlo interno sólido e delimitação de riscos sobre o qual o Banco desenvolve as suas atividades de negócio, bem como as de suporte ao negócio.

No âmbito do SCI, as funções de Gestão de Risco e de Compliance formam o sistema de gestão de risco (SGR) do Banco, que se materializa num conjunto integrado de recursos, normas e processos que contribuem para assegurar um enquadramento apropriado às diferentes naturezas e materialidade dos riscos subjacentes às atividades desenvolvidas, visando alcançar os objetivos de negócio do Banco de forma sustentada e prudente.

Neste âmbito, o SCI e o SGR proporcionam ao BISTP a capacidade para identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos – internos e/ou externos – a que o Banco se encontra exposto, visando garantir que os mesmos se mantêm em níveis aceitáveis, bem como dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração.

Por conseguinte, o SGR corporiza a chamada “2ª Linha de defesa” em relação aos riscos a que as atividades do Banco se encontram expostas. Importa ainda referir que, a 1ª Linha de Defesa é assegurada, no dia-a-dia, por todas as unidades organizacionais do Banco – suportado por um processo de formação e consciencialização quanto aos riscos, bem como na delimitação das atividades através de um sistema de normas internas (SNI) completa e detalhada – e por último, numa 3ª Linha de Defesa, que é desenvolvida através da função de Auditoria Interna, de forma transversal e independente.

Comissão de Riscos

A Comissão de Riscos, nomeada pelo CA, é composta por três Administradores não Executivos, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco do BISTP e a estratégia de gestão de risco em toda sua vertente, tendo em conta todos os tipos de riscos, financeiros e não financeiros, a fim de assegurar que estão harmonizados com a estratégia empresarial, os objetivos, a cultura e os valores da instituição;
- Supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, bem como o modelo de negócio e estratégia de risco da instituição apresentando ao Conselho de Administração planos de correção, quando daquela análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;
- Acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do BISTP, financeiros e não financeiros, designadamente os riscos de negócio e estratégia, de solvência, de liquidez, de taxa de juro, de crédito, de mercado, operacional, de IT, de Compliance e de reputação, cambial e político;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BISTP, nomeadamente através da avaliação das recomendações de auditores internos ou externos, e monitorizar a devida implementação das medidas adotadas;
- Monitorizar a estratégia de risco e a apetência pelo risco do BISTP.

Comissão de Auditoria e Controlo Interno

A Comissão de Auditoria e Controlo Interno (CACI), eleita pelo Conselho de Administração, é composta por dois Administradores não Executivos e um representante indigitado pelo Acionista BAI, tendo ao seu cargo um conjunto de competências, das quais se realça:

- Promover e acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos do BISTP, das normas e recomendações emitidas pelas entidades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- Avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função;
- Promover a prossecução dos objetivos fundamentais fixados pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), em matéria de controlo interno e gestão de riscos, bem como nas diretivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras;
- Acompanhar a atividade da Comissão Executiva;
- Proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco, acompanhando as avaliações autónomas complementares que são atribuídas à Função de Auditoria Interna, conforme emanações das autoridades de supervisão e zelando para que a sua eficácia e completude contribuam para a própria eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno.

A natureza e a forma de composição das duas comissões especializadas do CA (não integrem Administradores executivos), visam garantir-lhes a necessária independência de monitorização, bem como a salvaguarda de conflitos de interesse (quem gere o negócio não deve gerir co controlo).

Risk Office

No BISTP, o Risk Office é a unidade de estrutura responsável pela função de controlo de risco a nível transversal do Banco, desenvolvida por dois Órgãos de Estrutura, nomeadamente o Gabinete de Compliance que trata dos riscos de compliance, de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, e o Gabinete Riscos, Organização e Normas – GRN, que trata dos restantes riscos.

Compete ao GRN informar a Comissão de Riscos do nível de risco, propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os mecanismos que assegurem o cumprimento dos limites aprovados.

As funções do GRN, resumidamente, estão descritas e enumeradas, como abaixo indicado:

- Assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências ou melhorar o sistema de gestão de risco;
- Aconselhamento e apresentação à Comissão Executiva e à Comissão de Riscos da situação resultante do acompanhamento periódico feito aos riscos em processo de monitorização, bem como indicar se foram tomadas as medidas adequadas para corrigir eventuais deficiências;
- Divulgação de orientações e metodologias de gestão dos riscos aos Órgãos de Estrutura;
- Definição de modelos de reporte para as funções congéneres;
- Monitorização dos riscos e a aplicação das metodologias partilhadas e divulgadas.
- Com a aglutinação da componente de normas, o gabinete passou, também, a desenvolver e atualizar o sistema de normas do Banco, com a introdução de novas normas, bem como atualização das que se mostrarem necessárias. A aglutinação resultou, essencialmente, da unificação da função que vinha sendo assegurada pela responsável da Gestão de Riscos.

As funções do Gabinete de Compliance (GCO), resumidamente, estão descritas e enumeradas, como abaixo indicado:

- Efetuar o acompanhamento do scoring de risco dos clientes na ótica da AML/CFT garantindo, sobretudo, o cumprimento do dever de diligência reforçado;
- Gerir as ferramentas informáticas relacionadas com AML/CFT, efetuando periodicamente testes de efetividade dos sistemas;
- Analisar os alertas gerados pelo sistema AML/CFT realizando pré-análises tendentes ao arquivamento ou abertura de processos de investigação;
- Atualizar o estatuto FATCA do BISTP no Portal do IRS em função de alterações da legislação local e/ou atividade do Banco;
- Proceder, periodicamente, proceder à avaliação da fiabilidade dos controlos instituídos com vista ao cumprimento da legislação FATCA;
- Garantir que todos os Clientes estejam devidamente identificados e classificados, assegurando-se que o Banco cumpre com as medidas de KYC;
- Colaborar com o GRH na formação dos Colaboradores do BISTP;
- Garantir a representação externa junto das autoridades de supervisão e em estreita articulação com autoridades judiciais e policiais, em matéria de BC/FT;
- Acompanhar e apoiar as ações de auditoria, inspeção e fiscalização executadas por entidades internas (conselho fiscal) e entidades externas, nomeadamente o Conselho Fiscal, o Banco Central e o Auditor Externo.

Principais atividades desenvolvidas e ocorrência de destaque registadas em 2023

Em 2023 a função de gestão de riscos continuou a sua estratégia de atuação, dando ênfase ao processo de implementação das métricas programadas, bem como no aperfeiçoamento contínuo do sistema de controlo de riscos já implementados, nomeadamente na monitorização permanente dos níveis de risco a que o Banco está exposto em relação aos limites de tolerância do RAS assegurado, e, ao mesmo tempo, manter o Banco em total conformidade com os requisitos regulamentares e/ou de supervisão e conseqüentemente mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna que se adequa ao controlo e gestão de riscos, em articulação com o gabinete de Compliance.

As atividades mais relevantes desenvolvidas em 2023 foram, grosso modo, as seguintes:

- Aprovação da “Política de Gestão do Risco Reputacional”;
- Atualização do “Programa de Compliance FATCA”;
- Improved effectiveness of the Internal Control system.
- Aprovação da “Política e Procedimentos de Tecnologias de Informação (segurança do sistema de informação)”;
- Aprovação da “Política de Gestão das Deficiências de Controlo Interno”;
- Aprovação da norma sobre o “Catálogo de Processos”.

Risco de crédito

Este risco consubstancia-se em perdas registadas na carteira de crédito, quer seja por incapacidade dos devedores principais da operação de crédito (Mutuários), ou pelos garantes da operação, caso existam, dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos, em cumprir com as suas obrigações creditícias. Por conseguinte, este tipo de risco acaba sendo o mais relevante, representando, no global, a maior fatia da exposição global ao risco do Banco.

Risco de Crédito - concentração

Unid.: STN

Maiores Clientes em relação à carteira total com característica de Crédito - Últimos 4 Trimestres

STN	4º Trim - 2023.		3º Trim - 2023.		2º Trim - 2023.		1º Trim - 2023.	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
20 maiores clientes*	47%	364 233 564,51	42%	303 577 653,12	43%	321 162 811,92	42%	321 550 651,75
50 maiores clientes*	54%	416 197 889,03	50%	359 836 451,97	50%	379 690 107,96	50%	379 535 549,99
100 maiores clientes*	60%	457 508 522,62	56%	402 510 931,62	56%	424 381 231,36	56%	422 558 305,07
Total da Carteira*	-	767 558 736,68	-	723 007 785,74	-	752 097 950,05	-	758 873 314,38

* para clientes com relação de domínio, foram criados grupos económicos.

No capítulo sobre concentração do risco de crédito, o BISTP, ao longo do ano 2023 apresentou níveis de concentração conforme espelhado no quadro acima para cada um dos segmentos, sendo que os 20 maiores clientes (definido por grupo económico) representaram 47% da carteira de crédito do Banco no 4º trimestre. No entanto, esse peso é justificado pela dimensão e especificidade do nosso mercado, que grosso modo não permite maior diversificação.

Risco de Crédito – provisão

Unid.: STN

Nível de Provisão da Carteira de Crédito - Últimos 4 Trimestres

Classe de Risco Final - Provisão no Banka + Provisão Económica			4º Trim - 2023.			3º Trim - 2023.			2º Trim - 2023.			1º Trim - 2023.		
			Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão		Créditos Gerais Total STN	Provisão	
Tipo/Categoria	Nível	Percentual		Absoluto	% (média)									
Crédito por Desembolso	(A)		767 558 736,68	74 729 206,19	10%	723 007 785,74	76 617 203,40	11%	752 097 950,05	77 543 857,04	10%	758 873 314,38	70 749 545,04	9%
Normal	I	≥ 2% até 9,99%	660 080 164,43	8 360 052,65	1,3%	607 290 353,68	8 547 304,58	1%	634 844 694,14	8 739 103,20	1%	647 646 086,27	9 173 603,93	1%
Sob Supervisão	II	≥ 10% até 24,99%	14 812 708,59	1 489 216,38	10,1%	21 193 120,33	2 145 476,20	10%	18 849 380,47	1 909 947,89	10%	25 699 218,90	2 569 921,89	10%
Abaixo do Normal	III	≥ 25% até 49,99%	17 362 254,35	5 411 826,12	31%	16 015 487,68	5 066 888,61	32%	17 756 811,47	4 798 636,62	27%	14 948 125,64	3 743 733,03	25%
Duvidoso	IV	≥ 50% até 99,9%	69 268 516,29	53 422 832,07	77%	74 816 420,73	57 165 130,69	76%	77 156 613,43	58 605 718,80	76%	64 895 034,50	49 577 437,12	76%
Perda	V	100%	6 035 093,03	6 045 278,98	100%	3 692 403,32	3 692 403,32	100%	3 490 450,54	3 490 450,54	100%	5 684 849,07	5 684 849,07	100%
Crédito por Assinatura	(B)		95 347 555,80	585 369,26	1%	29 508 545,37	552 908,14	2%	74 000 300,44	1 108 084,88	1%	288 807 859,08	3 222 136,09	1%
Garantia Prestadas			28 743 799,63	410 738,00	1%	13 164 858,01	254 148,58	2%	47 618 062,70	598 680,63	1%	40 423 200,46	526 732,00	1%
Créd. Documentário de Import.			66 603 756,17	174 631,26	0%	16 343 687,36	298 759,56	2%	26 382 237,74	509 404,25	2%	248 384 658,62	2 695 404,09	1%

Nota: A média de provisão na classe I é inferior a 2% porque os créditos do Estado em situação Normal não devem ser provisionados (NAP 13/2021).
E, a média de provisão de garantias prestadas está conforme a ponderação de apuramento.

		0,79%							
Σ das classes III até V »»:		92 665 863,66		94 524 311,73		98 403 875,44		85 528 009,21	
		NPL »»	12,07%	NPL »»	13,07%	NPL »»	13,08%	NPL »»	11,27%

No capítulo das provisões, o BISTP tem mecanismos internos de monitorização dos níveis de provisão. O processo é feito mensalmente, sendo analisada a situação de cada cliente em função do comportamento registado, quer no relacionamento com o Banco quer na atuação do setor e/ou segmento onde está inserido. Cerca de 86% da carteira de crédito está no nível mais baixo de risco (nível I) e, 0,79% da carteira no nível mais alto (nível V), sendo este nível composto essencialmente por operações já em processo de execução contenciosa (tribunal) que aguardam o desfecho judicial, ou, operações que por força do descarrilamento do mutuário, registaram degradação do risco e aguarda execução do processo de write-off contabilístico, caso se mantenham na classe V por um período superior a 12 meses.

Risco de Crédito – Exposição por Agente Económico

Unid.: STN

Exposição por Agente Económico - Últimos 4 Trimestres																
Agentes Económicos	4º Trim - 2023.				3º Trim - 2023.				2º Trim - 2023.				1º Trim - 2023.			
	Valor Crédito Aplicação em STN (a)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (b)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (c)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída	Valor Crédito Aplicação em STN (d)	Peso s/Fundos Próprios	Peso s/Carteira de Crédito	Provisão Constituída
(A) ESTADO (Créditos Empresa + Organ. Públicos)	243 703 151	46%	32%	N.A.	179 968 089,28	35%	25%	N.A.	197 889 534,98	40%	26%	N.A.	188 965 889,74	35%	25%	N.A.
(B) FAMÍLIAS	430 563 968	81%	56%	58 844 414	443 607 952	86%	61%	59 616 923	453 103 824	92%	60%	59 100 428	463 409 676	86%	61%	56 282 568
(C) EMPRESAS PRIVADAS	93 291 618	18%	12%	15 884 300	99 431 744	19%	14%	16 999 421	101 104 591	20%	13%	18 443 429	106 497 749	20%	14%	14 466 977
(D)** BILHETES DE TESOIRO + CERTIFICADO DE DEPÓSITOS	594 793 062	112%	N.A.	N.A.	516 713 192	100%	N.A.	N.A.	513 597 559	104%	N.A.	N.A.	385 737 205	71%	N.A.	N.A.
Total de Exposição Direta (expresso em STN) = A+B+C+D	1 362 351 799	256%	-	-	1 239 720 978	241%	-	-	1 265 695 509	256%	-	-	1 144 610 519	212%	-	-
Total da Exposição Direta (Expresso em EUR)	55 606 196	-	-	-	50 600 856	-	-	-	51 661 041	-	-	-	46 718 797	-	-	-

BT = Bilhete Tesouro / CD = Certificado Depósito

** A exposição reportada de BT e CD, não contempla os juros a serem pagos na maturidade.

Nota: Certificado de depósitos contam para RMC, por essa razão constam do mapa como mera informação e não propriamente uma exposição.

No capítulo de afetação dos seus recursos disponíveis, a função de risco faz periodicamente a monitorização das exposições para aferir se estão dentro dos limites internamente definidos e, tem a incumbência de gerar alertas em caso de eventual ultrapassagem dos referidos limites. Os Certificados de Depósitos apesar de não consubstanciarem exposição soberana, pela sua natureza, são considerados para o processo de monitorização.

Composição da carteira por segmento de crédito (crédito por assinatura)

Unid.: STN

Crédito por Assinatura - Distribuição por Tipo de Crédito - Últimos 4 Trimestres

STN	4º Trim - 2023.		3º Trim - 2023.		2º Trim - 2023.		1º Trim - 2023.	
	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
Garantia Prestada	30%	28 743 799,63	45%	13 164 858,01	64%	47 618 062,70	14%	40 423 200,46
Crédito Documentário de Importação	70%	66 603 756,17	55%	16 343 687,36	36%	26 382 237,74	86%	248 384 658,62
Total da Carteira	100%	95 347 555,80	100%	29 508 545,37	100%	74 000 300,44	100%	288 807 859,08

Neste capítulo é notável a volatilidade da sua composição, quer referente ao tipo, bem como aos montantes. Todavia, encontram-se devidamente provisionadas, como se pode verificar no capítulo das provisões. A volatilidade é justificada, essencialmente, pelo facto de poucas empresas fazerem uso de CDI e os montantes contratados não serem constantes. Quanto as garantias, são essencialmente prestadas ao Estado, no âmbito de obras do Estado (infraestruturas, etc).

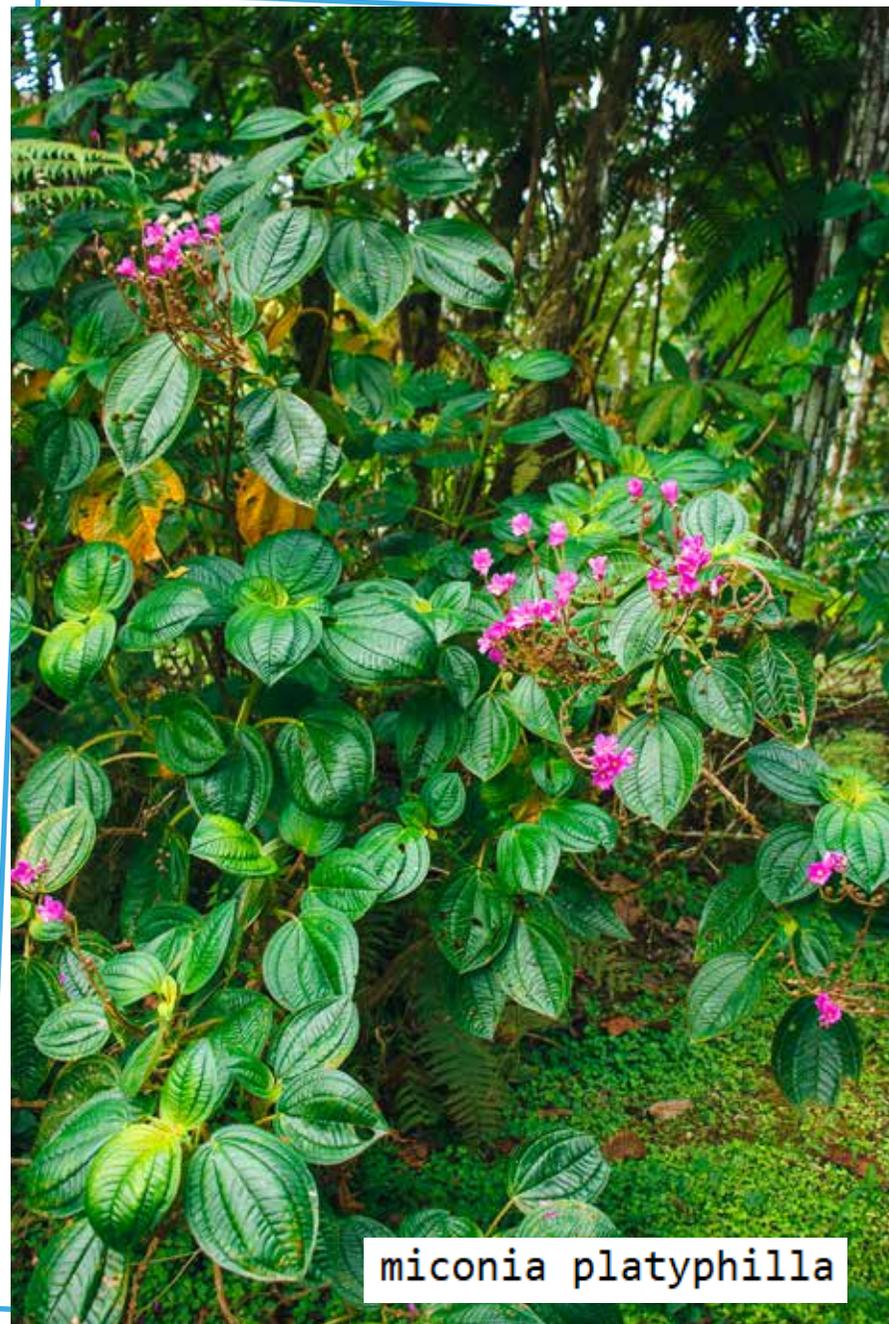
Guerra Rússia / Ucrânia

Apesar de não existir uma exposição direta do negócio do Banco aos efeitos da guerra, em termos gerais, a economia mundial, tem sido impactada de alguma forma por esta guerra, em particular no que se refere ao aumento do custo de energia e cereais. São Tomé e Príncipe por ser um país predominantemente importador, tem importado esses custos para sua economia, contribuindo desta forma para o aumento geral dos preços. A inflação em 2022 atingiu o valor historicamente muito elevado (25%). Apesar do recuo da inflação em 2023, fixando-se em 17%, o nível permanece historicamente elevado.

Gestão de Continuidade do Negócio

A gestão da continuidade do negócio do BISTP está versada no Plano de Continuidade do Negócio que se encontra segmentado, grosso modo, em dois grandes grupos - Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Tecnológica. O processo de disseminação e aperfeiçoamento de cada um dos segmentos continua sendo uma tarefa atual, principalmente no capítulo das novas tecnologias, visando introduzir linhas de defesa e atuação em caso de desastre, o que deve permitir uma recuperação rápida da capacidade do Banco em continuar o seu negócio.

Para o ano de 2024, o GRN prevê manter a estratégia de prossecução dos processos e a continuação da disseminação da cultura de risco no BISTP.



08 RECURSOS HUMANOS

Em 2023 o foco foi dado à formação do pessoal ligado aos sistemas de informação no âmbito da cibersegurança visando o fortalecimento da capacidade das equipas nesta matéria cada vez mais relevante na atividade bancária.

Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2023 o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 138 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 3 com contrato temporário e 132 com vínculo efetivo.

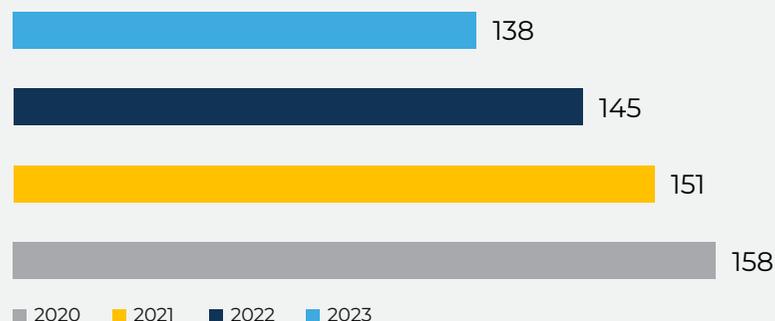
VINCULO JURÍDICO DO EFETIVOS 2023



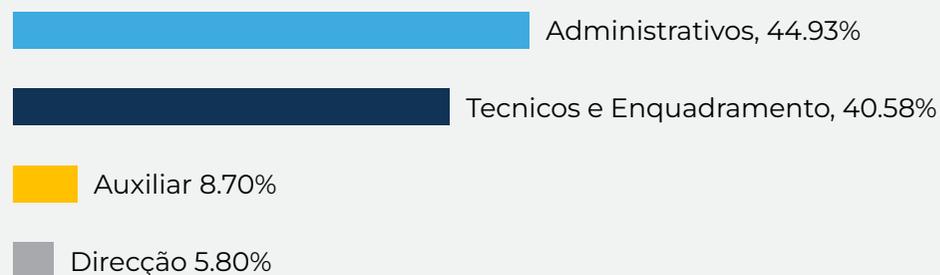
Distribuição Funcional

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os Administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (62), representando 44,93% do total do efetivo. Os colaboradores do quadro Técnico e com funções de enquadramento, representaram cerca de 40,58% do total do efetivo. O grupo profissional com funções de Direção (8 elementos) representa cerca de 5,80% do total do efetivo.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO NOS ÚLTIMO 4 ANOS



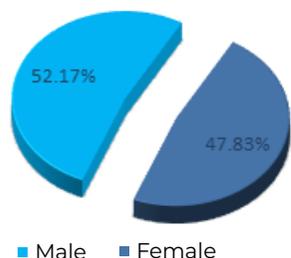
EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL



Distribuição segundo o género

Na distribuição por género, mantém-se a tendência percentual do ano anterior, sendo que o número dos empregados do sexo feminino é superior ao masculino, representando (52,17%) do total do efetivo.

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



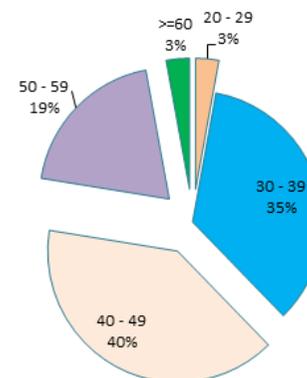
Como se pode verificar no gráfico abaixo, existe uma notória diferença nos grupos profissionais quanto ao género.

GRUPO PROFISSIONAL POR GÉNERO



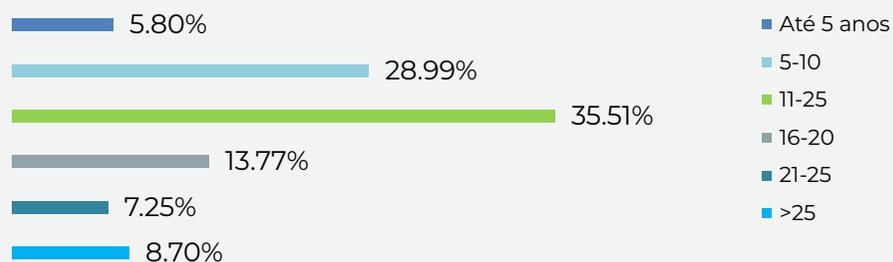
Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 40 a 49 anos, sendo que em 2023 representa 40% dos efetivos do BISTP. O escalão 30 a 39 anos representa agora 35% dos efetivos total.

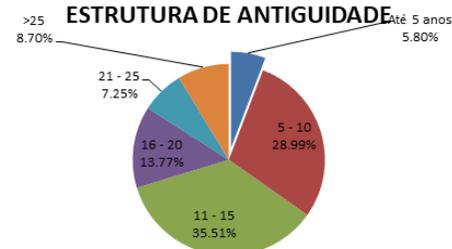


EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO

ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



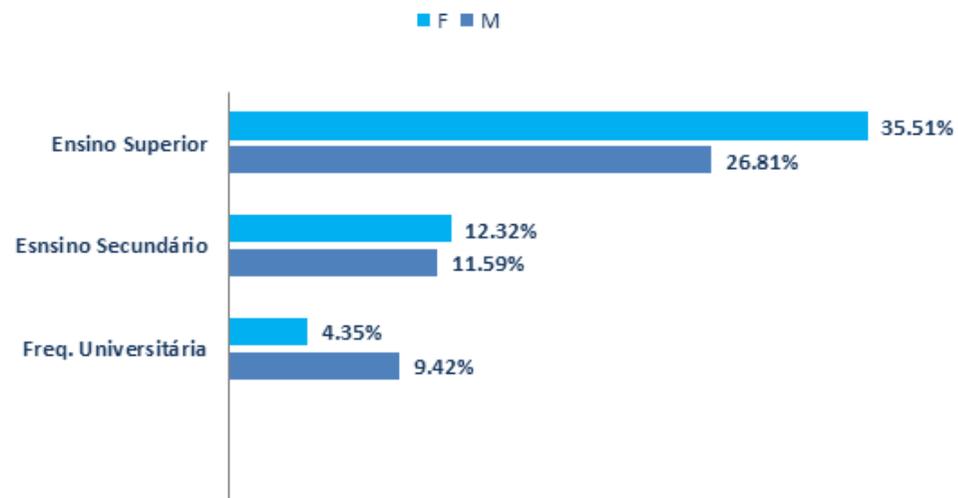
Distribuição por antiguidade

No BISTP, 35,51% dos colaboradores têm antiguidade entre os “11 a 15 anos” de trabalho.

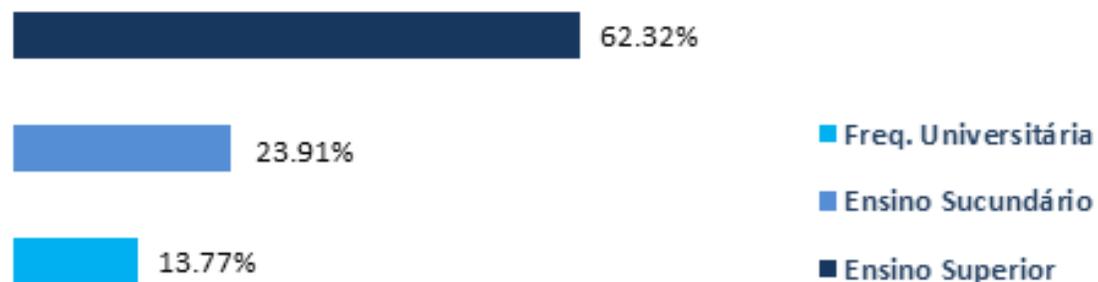
Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitações literárias dos empregados. Assim, em 2023 o número de colaboradores com habilitação de nível Superior atingiu 62,32 do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancária).

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

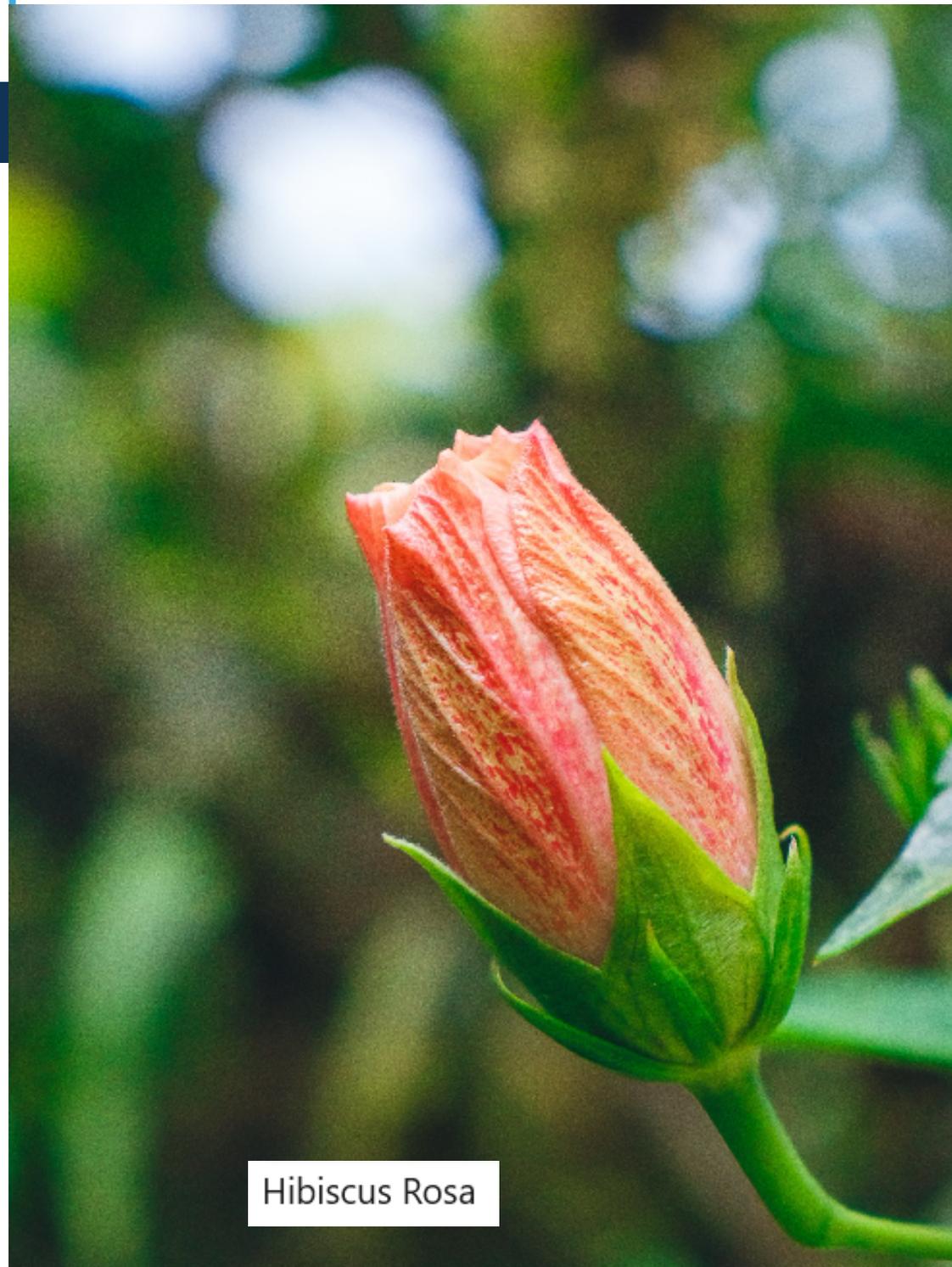


09 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade Social (RS) é um conceito que engloba as **ações voluntárias** de empresas que atuam em benefício do seu público, tanto interno quanto externo. As organizações socialmente responsáveis são aquelas que pautam a sua postura, comportamento e conduta atuais e, se estruturam para colocar em prática **atitudes que promovam o bem-estar** dos envolvidos.

Como sempre, BISTP tem norteado o seu modelo de gestão ao longo dos anos não apenas pelos interesses monetários –na procura incessante do lucro, mas também procurando apoiar outros detentores de interesse como, nomeadamente, os seus colaboradores, as comunidades locais, as organizações não-governamentais que têm o nobre objetivo da reinserção social das crianças e jovens em risco de exclusão social, os Clientes, os fornecedores, as autoridades públicas e a sociedade em geral. A sua responsabilidade social tem-se revelado então, num fator decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento ao longo dos seus mais de 30 anos de existência, bem como, para a sociedade são-tomense nas suas várias vertentes.

O ano de 2023 foi um ano de desinvestimento a nível mundial, pelos motivos conhecidos, mormente, a continuidade da Guerra Rússia-Ucrânia e o despoletar da Guerra entre Israel e o Hamas. Em São Tomé e Príncipe, o BISTP não foi uma exceção, tendo em conta a diminuição do volume de negócios. Neste campo da responsabilidade social, o BISTP deu continuidade ao seu contributo anual a Associação dos Cegos e Ambíopes de São Tomé e Príncipe (ACASTEP) e a Associação dos Deficientes de S.T.P (ADSTP) que têm desenvolvido um trabalho excecional nestas áreas, continuou a apoiar mensalmente o lar de crianças da Fundação Novo Futuro e anualmente na compra de materiais escolares para estas crianças, assim como, a Fundação da Criança e Juventude, através da concessão de um apoio mensal, para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo a proteção e o acompanhamento de menores e jovens carenciados nas áreas sociais e cívicas, culturais, pedagógicas, lúdicas e materiais.



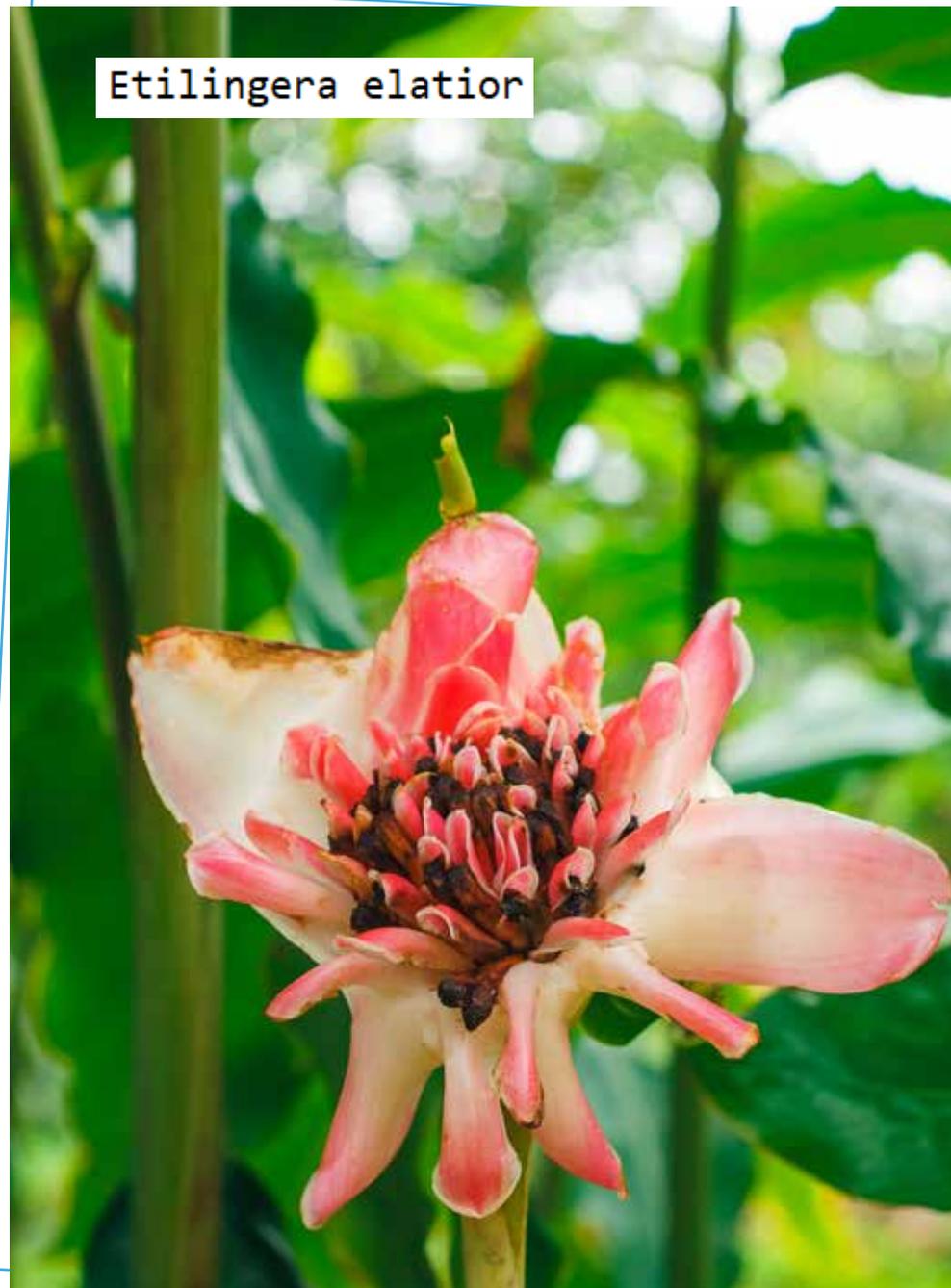
Hibiscus Rosa

Educação

A educação é o processo de facilitar o aprendizado ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada. O direito à educação foi reconhecido por alguns governos e pelas Nações Unidas.

Como tem sido referido, um dos principais pilares de desenvolvimento de uma sociedade é a educação. O BISTP em 2023, manteve os contratos com as Universidades de STP – USTP, em que atribui prémios aos melhores alunos finalistas de cada uma das 3 Unidades Orgânicas, a atribuição de bolsa de estudo ao aluno mais carenciado, de cada uma das 3 Unidades Orgânicas com média superior ou igual a 14 valores e a contribuição para Investimentos em laboratórios. O Banco renovou o acordo com a Universidade de Évora STP, com vantagens para os melhores alunos.

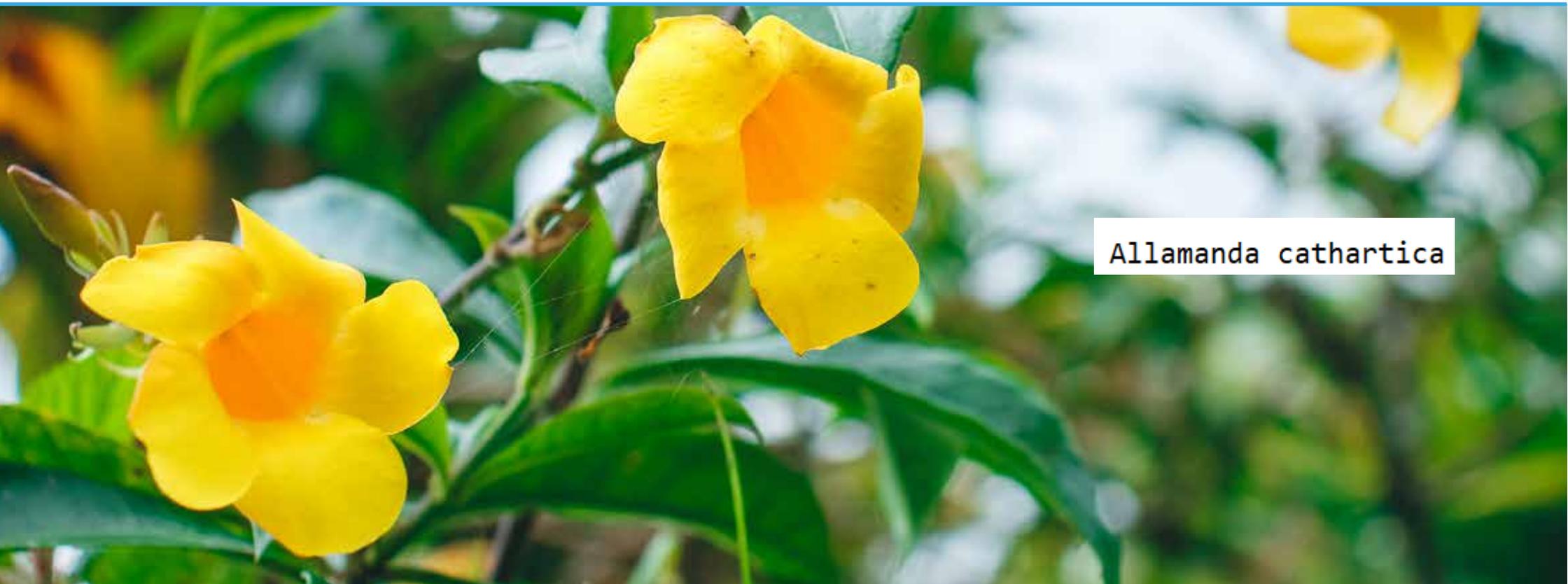
Etilingera elatior



Cultura

É um conceito com várias aceções, sendo a mais corrente, especialmente na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual, cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Nesta área, importa referir que o BISTP há mais de 15 anos tem firmado um protocolo de parceria com o Centro Cultural Português para a promoção de atividades em conjunto, na partilha do acervo e apoio à concretização de eventos nas áreas da cultura, economia, sociedade civil, ciências, educação e saúde.



Allamanda cathartica

Outros apoios importantes atribuídos em 2023:

- Patrocínio ao **COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL** para celebração do 48º Aniversário da Institucionalização desta Instituição;

10 ANÁLISE FINANCEIRA

Talinum

10.1 Componentes do Balanço

Com o PIB a conhecer uma contração em torno de 0,3% reflete a dificuldade económica e financeira que caracterizou o ano de 2023, com impacto direto na atividade empresarial e na vida das famílias. Em face deste cenário adverso, os esforços do BISTP foram no sentido da manutenção da prudência na avaliação, concessão e acompanhamento dos créditos, assim como no reforço de provisões, nos casos de risco potencial de incumprimento, visando manter uma adequada evolução, tanto quantitativa como qualitativa dos principais elementos do seu balanço (Crédito e Depósitos), assim como dos níveis de rendibilidade, solvência e liquidez.

Os resultados alcançados pelo Banco nesta difícil conjuntura, evidenciam uma vez mais a sua grande resiliência e capacidade de manter os principais indicadores de negócio em terreno positivo e agregar valor ao capital dos Acionistas.

Assim, em 2023 o ativo total do BISTP fixou-se em mSTN 3.170.011 o que traduz-se num aumento na ordem de +5,6% face a 2022, sustentado essencialmente pelo aumento de aplicações junto de instituições de crédito em 172% e pelo aumento de aplicações em Bilhetes de Tesouro em 33%. O passivo também registou uma expansão (+6,2%) face a 2022, em resultado do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou um ligeiro crescimento na ordem de +2,8%, decorrente da contração do resultado líquido do exercício em 23,7%.

O volume de crédito bruto sobre clientes registou uma contração na ordem de 12,3%, o que, em termos absolutos, representa uma queda de mSTN 107.756, quando comparado com o ano de 2022, sendo explicado, essencialmente, por uma maior dificuldade em fazer novos créditos, em particular crédito à economia.



Perante uma conjuntura que tem concorrido para um aumento potencial de risco de crédito, o Banco tem mantido uma postura conservadora, mantendo elevado o seu nível de cobertura de provisões. Em 2023 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevaram-se a mSTN 64.880, representando uma cobertura na ordem de 70,0% evidenciando uma política de provisionamento bastante conservadora.

As “Aplicações em Instituições de Crédito”, conheceram uma expansão na ordem de 172,1% (mSTN 557.940). O maior crescimento de aplicação resulta de maior afluxo de recursos provenientes do exterior e da melhoria de taxa de juro em euros e dólares no mercado internacional. As aplicações em Certificados de Depósitos do Banco Central foram responsáveis por cerca de 12% do crescimento das “Aplicações em Instituições de Crédito”.

As “Aplicações em Títulos” conheceram uma expansão na ordem de +33,3%, sendo um incremento em termos absolutos de mSTN 139.872, em resultado de um aumento da capacidade do Banco em subscrever os Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, mas também de uma maior procura de financiamento manifestada pelo Estado, através de uma maior emissão de dívida pública em 2023. Em face da deterioração da situação financeira do Estado, e consequentemente do risco desta entidade, o mercado tem exigido uma taxa de juros mais alinhada com o atual nível de risco que o Estado apresenta.

Relativamente à captação de recursos, verifica-se um aumento na ordem de 7,4%, impulsionado pelos depósitos à ordem que cresceram na ordem de +8,2%. Os depósitos a prazo conheceram, pelo contrário, uma contração na ordem de 2,9%, justificada em parte, pelo facto de o Banco oferecer um nível de taxa relativamente baixa na remuneração dos passivos. Não obstante esta contração dos depósitos a prazo, verifica-se, contudo que os depósitos de clientes no Banco têm demonstrado ao longo dos anos uma adequada estabilidade em resultado da imagem de solidez, rigor e confiança que o Banco consegue transmitir aos seus clientes. A evidência de uma adequada estabilidade dos depósitos está expressa num nível confortável de liquidez.

10.2 Componentes da Demonstração de Resultados

Não obstante uma conjuntura macroeconómica adversa, em termos mundial e nacional, foi possível aumentar a margem financeira na ordem de 6,74%, como resultado de um aumento dos juros recebidos e proveitos equiparados em +6,5%.

Os juros recebidos de crédito tiveram uma contração de 9,31%, justificado pela contração da carteira de crédito na ordem de 12,3%.

Os juros recebidos sobre as Aplicações em Instituições de Crédito conheceram um crescimento na ordem de +379,15%, decorrente do aumento do volume de aplicações e da melhoria da taxa de juro em dólar e euro no mercado internacional. O aumento das taxas de juro decorre das medidas tomadas pelas Autoridades Monetárias visando combater a inflação, através do aumento da taxa diretora. As aplicações passaram de uma taxa média ponderada de 3,2% ao ano, em 2022, para uma taxa de 4,4% ao ano, em 2023.

Os juros de títulos conheceram uma expansão na ordem de +45,9%, como resultado de um maior volume de aplicações comparativamente ao ano de 2022, mas também do aumento de taxa de remuneração, que passou de uma taxa média ponderada de 4,6% para 5,7%, em 2023.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma ligeira expansão na ordem de 1,7%, decorrente em grande medida de um aumento das taxas de juros para os depósitos em moeda estrangeira.

Tendo realizado um menor volume de operações de créditos documentários de importação (CDI) em dólares americano, em particular CDI para importação de combustível, associado à depreciação do dólar americano no mercado internacional ao longo de 2023, registou-se um menor resultado de reavaliação cambial, tendo-se fixado em mSTN32.892, contra mSTN49.116 em 2022, traduzindo-se numa contração na ordem de 33%.

As comissões líquidas conhecerem uma contração de 3,5%, decorrente, essencialmente, do facto de que em 2022 foi emitido um volume significativo de cartões de débito no âmbito do projeto famílias vulneráveis, evento que não ocorreu em 2023.

A contração verificada ao nível dos proveitos cambiais e das comissões líquidas, contribuiu para que a contração da margem complementar se situasse na ordem de 13,2%.

Em resultado da contração da Margem Complementar em 13,2% e um crescimento da Margem Financeira em 6,7%, o Produto Global da Atividade conheceu uma contração na ordem de 4,7%.

O Custo Operativo registou uma ligeira contração na ordem de 1,2%, levado pela contração do custo do com pessoal em 4,6%.

As despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” registaram, pelo contrário, uma expansão na ordem de 4,9%.

Com o recrudescimento do risco, as provisões para crédito foram reforçadas, tendo-se constituído uma dotação de provisão de mSTN 7.291. Foi também reforçada a dotação da provisão para os imóveis recebidos em dação para pagamento de crédito, em mSTN12.465, justificada pela antiguidade dos imóveis, o estado de degradação e o baixo nível de rotação da carteira, justificado por um mercado em crise.

O Resultado Líquido alcançado em 2023 de mSTN 72.606, apesar de ter contraído na ordem de 23,7%, decorrente de muitos condicionalismos e desafios macroeconómicos, foi o segundo melhor resultado na história do BISTP.

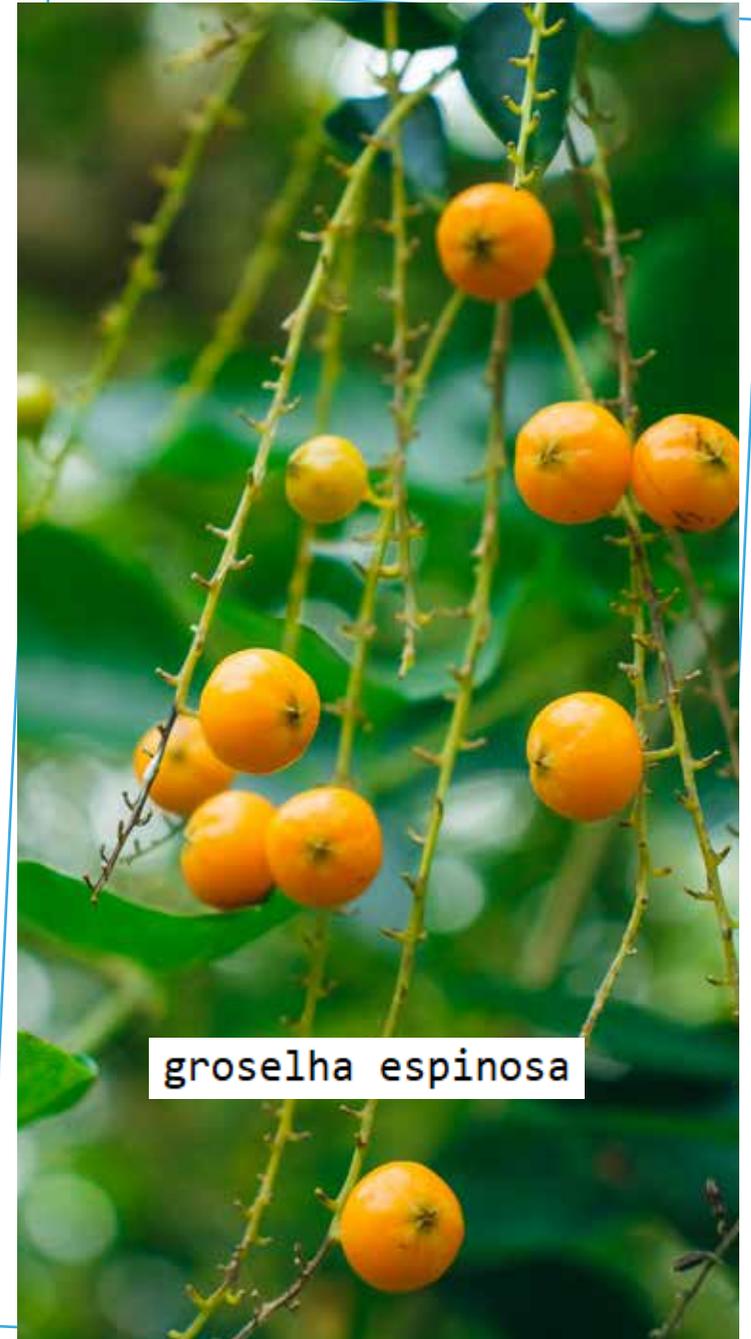
Importa destacar que, não obstante os diversos constrangimentos, foi possível ter os principais indicadores do negócio em terreno positivo, o que, uma vez mais, evidencia a grande capacidade de resiliência do modelo de negócio do Banco, bem como uma rápida capacidade de adaptação às novas condições do mercado.

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Em analogia e idêntica proporção de anos anteriores, o Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STN 72.606.317 (Setenta e Dois Milhões, Seiscentos e Seis Mil, Trezentos e Dezassete Dobras), referente ao exercício de 2023, tenha a seguinte distribuição:

Rúbricas	Percentagem	Montante (STN)
Reservas Legais	10%	7.260.632
Reservas Livres	30%	21.781.895
Acionistas	60%	43.563.790
Resultado Líquido	100%	72.606.317



groselha espinosa

12 RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores accionistas:

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. R. L. (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, relativos ao exercício de 2023, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da sociedade, descritas no seu Regulamento aprovado em Setembro de 2022, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas, orçamento e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas externas e internas vigentes. De realçar a implementação da NAP nº 8/2022 sobre Controlo Interno e Compliance para a qual o Banco definiu um plano de ação;
- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP, nomeadamente das suas áreas de controlo;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente as relacionadas com as demonstrações financeiras e a evolução da atividade da sociedade. O Conselho Fiscal esteve presente em quatro reuniões do Conselho de Administração do Banco;
- realizou quatro reuniões, uma em cada trimestre, com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo. De realçar:
 - i) o acompanhamento de todas as deficiências, nomeadamente as de Risco Alto e uma atenção especial para o acompanhamento dos planos de ação em consequência da inspeção realizada pelo Banco Central em 2022;

Handwritten initials and date: 25/11/23



- ii) o acompanhamento dos processos de contraordenação interpostos pelo Banco Central;
- iii) o acompanhamento da implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- iv) que os principais indicadores de risco de solvabilidade e de liquidez mantêm-se em níveis muito adequados, não obstante a redução do primeiro em 5,8 pontos percentuais (p.p.), para 37%. Em relação à gestão do principal risco, o de crédito, de referir as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento, num ambiente macroeconómico interno muito condicionado (inflação elevada, apesar do recuo, PIB em contracção, reservas internacionais baixas e política monetária contracionista) e de muita incerteza, em virtude da invasão da Federação Russa na Ucrânia e da guerra no Médio Oriente;
- v) em relação ao desempenho da actividade em 2023 comparativamente a 2022, a redução do resultado líquido em 24%, tendo atingido 72.606.317 dobras no ano, o agravamento do *cost-to-income* em 2 p.p., para 60%, e a redução da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) reduziu 4,7 p.p., para 13,6%;
- vi) em relação à estratégia decorrente do "apetite ao risco de subscrição de dívida pública", constata-se que o Banco tem cumprido os limites fixados na ordem de serviço em vigor, no entanto chama-se atenção a uma maior cautela no aumento de exposição global ao risco do Estado Santomense (incluindo Bilhetes de Tesouro e créditos por desembolso), que no final do ano de 2023 ultrapassou a percentagem de 150% dos Fundos próprios;
- vii) em relação ao investimento conducente ao fortalecimento da banca eletrónica, nomeadamente nos processos de modernização das infraestruturas dos sistemas de pagamento e no *upgrade* dos processos de digitalização, a instituição revela aposta na sustentabilidade do negócio com risco mais controlado;
- viii) ter reunido com os representantes do Auditor Independente, inteirando-se dos planos de trabalho e das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respectivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Independente, as provisões e imparidades (provisões económicas) para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

- o Balanço e as Demonstrações de Resultados relativas ao exercício de 2023;
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2023;
- o Relatório do Auditor Independente, sem reservas nem ênfases, que merece o nosso acordo.

Handwritten initials and date: 25/11/23



3. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Accionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 12 de Abril de 2024

O CONSELHO FISCAL

Handwritten signature of João Sales Luis

Presidente – João Sales Luis

Handwritten signature of João Fonseca

Vogal – João Fonseca

Handwritten signature of Arlindo Ramos

Vogal – Arlindo Ramos

13 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal
Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Dobras de São Tomé Príncipe – STN)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. ("Banco"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um ativo total de 3.170.011.805 STN e um total de situação líquida de 535.158.103 STN, incluindo um resultado líquido de 72.606.317 STN), as demonstrações dos resultados, de alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário (Nota 2).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em São Tomé e Príncipe e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.



"Deloitte", "tdc" e "Assos" referem-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). Também referida como "Deloitte Global" e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, são obrigadas ou vinculadas as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelas atos e omissões de outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/bsi.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 900 da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e memoráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e contribuindo para uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 170 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios, sendo cerca de 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501773211 | Capital social: € 861.000,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 41 - 4109-410 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 2 de 3

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificámos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 11 de abril de 2024


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Pedro Miguel Lopes Matos, ROC
Registo na OROC n.º 1293
Registo na CMVM n.º 20160903

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

ATIVO	Notas	2023		2022	
		Ativo bruto	Amortizações e provisões	Ativo líquido	Ativo líquido
Caixa e disponibilidade no Banco Central	3	596.977.524		596.977.524	1.072.700.906
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	158.609.228		158.609.228	93.787.702
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	882.319.293	.	882.319.293	324.272.216
Créditos sobre clientes	6	769.945.957	(64.879.937)	705.066.020	819.966.179
Titulos de investimento	7	560.000.000	-	560.000.000	420.128.205
Imobilizações corpóreas	8	441.201.455	(224.092.752)	217.108.703	208.989.411
Imobilizações incorpóreas	8	46.702.637	(44.442.964)	2.259.673	5.120.199
Imobilizações em curso	8	8.048.302	-	8.048.302	8.416.564
Imobilizações financeiras	8	2.940.000	(2.940.000)	-	-
Outros ativos	9	67.837.944	(33.649.222)	34.188.722	42.859.666
Contas de regularização	10	5.434.339	-	5.434.339	6.488.109
Total do Ativo		3.540.016.680	(370.004.874)	3.170.011.805	3.002.729.156

PASSIVO E SITUAÇÃO LIQUIDA	Notas	2023	2022
Depósitos			
A vista	11	2.349.778.189	2.171.731.317
A prazo ou com pré-aviso	11	160.246.923	164.317.958
Recursos de outras entidades	12	15.412.467	9.764.497
Outros passivos	13	39.018.356	56.059.658
Contas de regularização	14	70.397.767	80.225.181
Total do Passivo		2.634.853.702	2.482.098.611
Capital	16	166.600.000	166.600.000
Reservas	16	278.717.767	240.649.699
Resultados transitados	16	933.877	933.877
Provisões diversas	16	16.300.142	17.276.799
Resultado do exercício	16	72.606.317	95.170.171
Total de Situação Líquida		535.158.103	520.630.545
Total do Passivo e da situação	Líquida	3.170.011.805	3.002.729.156

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	2023	2022
Juros e rendimentos similares	20	149.449.158	140.280.064
Juros e encargos similares	20	(5.694.883)	(5.602.055)
MARGEM FINANCEIRA		143.754.275	134.678.010
Rendimentos de serviços e Comissões	21	122.760.598	119.214.089
Encargos com serviços e Comissões	21	(28.421.069)	(21.488.336)
Resultado Líquido de Operações Cambiais	22	32.892.283	49.116.257
Outros Resultados de Exploração	23	23.291.602	26.515.764
PRODUTO BANCÁRIO		294.277.690	308.035.784
Custos com o Pessoal	24	(93.602.831)	(98.157.451)
Gastos Gerais Administrativos	25	(59.860.517)	(57.084.342)
Amortizações do Exercício	8	(22.700.041)	(22.444.880)
Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações	15	(7.290.903)	8.961.879
Outras provisões líquidas de reposições e anulações	15	(12.465.412)	(8.973.812)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		98.357.985	130.337.178
Imposto sobre o rendimento	19	25.751.668	35.167.007
RESULTADO DO EXERCÍCIO		72.606.317	95.170.171

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações de alterações na Situação Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Reservas							Resultado líquido do exercício	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total	Provisões diversas		
Saldos em 31-12-2021	166.600.000	48.113.538	892.214	31.139.164	136.300.958	215.511.997	14.579.210	62.844.253	460.469.337
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.284.425	-	-	18.853.276	25.137.701	-	(25.137.701)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.706.552)	(37.706.552)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	95.170.171	95.170.171
Trans ferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trans ferência de reserve para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	2.697.588	--	2.697.588
Saldos em 31-12-2022	166.600.000	54.397.963	892.214	31.139.164	155.154.234	240.649.698	17.276.799	95.170.171	520.630.545
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	9.517.017	-	-	28.551.051	38.068.068	-	(38.068.068)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(57.102.103)	(57.102.103)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.606.317	72.606.317
Trans ferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trans ferência de reserve para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(976.656)	--	(976.656)
Saldos em 31-12-2023	166.600.000	63.914.980	892.214	31.139.164	183.705.285	278.717.767	16.300.142	72.606.317	535.158.103

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, S.A.R.L

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Fluxo de Caixa	Nota	2023	2022
Actividades Operacionais			
Resultado Líquido do exercício		72.606.317	95.170.171
Ajustamentos :			
Amortizações do Exercício	8	22.700.041	22.444.880
Provisões e Imparidade		19.756.315	11.933
(Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito	5	(557.939.959)	9.821.789
(Aumento) / diminuição de crédito a clientes	6	140.207.497	(153.547.991)
(Aumento) / diminuição de outros activos	9	(24.444.564)	5.958.179
(Aumento) / diminuição de recursos de clientes e outros empréstimos	11	173.975.837	189.920.147
(Aumento) / diminuição de outros passivos	13	(24.475.718)	(1.791.944)
Pagamento por Conta do IRC	19	(26.375.255)	(16.526.813)
Fluxo de Actividades Operacionais		(203.989.487)	151.460.351
Actividades de Investimento			
(Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a Obrigações e outros títulos	7	(121.864.835)	(49.428.016)
Imobilizações Corpóreas	8	(27.365.643)	(7.134.807)
Imobilizações Incorpóreas	8	(579.788)	(2.960.310)
Fluxo da Actividade de Investimento		(149.810.266)	(59.523.134)
Actividade de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a Dividendos distribuídos	16	(57.102.102)	(37.706.552)
Fluxo da Actividade de Financiamento		(57.102.102)	(37.706.552)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		(410.901.856)	54.230.666
Caixa e seu equivalente no início do período		1.166.488.608	1.112.257.942
Caixa e seu equivalente no final do período		755.586.752	1.166.488.608

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista

O Conselho de Administração

14 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em Dobras de São Tomé e Príncipe (STN)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2023, de uma rede nacional de onze balcões, localizados na cidade de São Tomé (8), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1), além de dispor de 3 áreas automáticas com ATM na capital dos distritos de Lobata, Lembá e Caué.



melastoma affine

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente (NAP) n.º 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Banco operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Banco dispõe de níveis de capital e liquidez adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas, para o sector bancário, as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF:

- o diferimento das comissões associadas a crédito é efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;
- os títulos em carteira são registados pelo seu valor nominal, não sendo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- as provisões para crédito concedido são determinadas com base nas regras previstas na NAP n.º 13/2021, não sendo calculada imparidade de acordo com a IFRS 9;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas é obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Em 5 de Março de 2019 e 21 de janeiro de 2020, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações que prorrogavam todas as exceções, acima listadas, às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2018 e 2019, com exceção do reconhecimento dos títulos em carteira, em que as instituições tem no momento inicial de determinar se os títulos são valorizados ao justo valor ou destinados ao investimento (ponto 6 do capítulo “III. NORMAS ESPECÍFICAS DE CONTABILIZAÇÃO” do PCIF).

Foi ainda clarificado que as IFRS não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as IFRS de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às demonstrações financeiras e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Em janeiro de 2022 e em fevereiro de 2023, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe emitiu novas comunicações prorrogando todas condições mencionadas nas comunicações de 5 de Março de 2019 e 21 de Janeiro de 2020, tendo reiterado na comunicação de fevereiro de 2023 que essas condições irão permanecer em vigor até a comunicação oficial em contrário.

As demonstrações financeiras estão expressas em dobras (STN), arredondadas à unidade mais próxima.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 19 de abril de 2023 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,5 Dobras de São Tomé e Príncipe (STN). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2023	2024
1USD	24,0443 STN	23,0069 STN

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STN ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais resultantes da conversão, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Resultado líquido de operações cambiais”.

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2023 e 2022 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IFRS 9.

Contudo, nos termos do nº 7 do capítulo III do PCIF, o Banco realizou uma análise individual de imparidade sobre Grupos Económicos individualmente significativos para aferir da suficiência das provisões regulamentares face à estimativa do valor dos créditos que se considera recuperável, tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade (provisões económicas) e de provisões regulamentares.

Para as exposições não significativas, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da NAP nº 13/2021.

Para as exposições extrapatrimoniais, o Banco constitui provisões sobre o montante de exposição apurado com base na norma que consta no Diário da República N° 25/1992, Instrução nº 2, Regulamento 2.2 e 2.3, bem como a NAP n.º 13/2021.

Nos termos destas Normas, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob supervisão	Abaixo do normal	Crédito duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 31 a 89 dias	de 91 a 180 dias	de 180 a 360 dias	mais de 360 dias

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, são registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

É permitido classificações distintas de nível de risco entre diferentes exposições de responsabilidade de um mesmo devedor, nos casos em que a exposição classificada na categoria de maior risco represente menos de 10% (dez por cento) da exposição total do devedor.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto.

As provisões apuradas pela análise individual e para os clientes nas categorias “Abaixo do normal”, “Crédito duvidoso” e “Perda” são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias “Normal” e “Sob supervisão” e para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

Nos termos do artigo 5.º da NAP n.º 13/2021, as exposições sobre o Estado de São Tomé e Príncipe e sobre o Banco Central de São Tomé e Príncipe, bem como os ativos que por estes se encontrem garantidos, ou ainda, as operações extrapatrimoniais, negociadas por sua conta ou com a sua garantia, devem ser classificadas na categoria de risco “Normal”, devendo ser observadas as condições previstas no n.º 2 do referido artigo 5.º. Nos termos do artigo 5.º da NAP n.º 13/2021, o Banco não constituiu provisões para aquelas exposições.

d) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo n.º 8 da NAP n.º 7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Até 2022 o Banco constituía provisões adicionais específicas para esses imóveis por um período de 8 anos, a razão de uma taxa de 12,5% por cada ano de permanência em carteira.

Em 2023 Administração alterou o critério de cálculo de provisão para os imóveis recebidos em dação, e passou a considerar o período de 6 anos para constituição de provisão para os imóveis recebidos em dação, a razão de uma taxa de 16,6667%. Esta decisão teve como fundamento o baixo nível de rotação dos imóveis em carteira, o estado avançado de degradação dos imóveis, e a fraca dinâmica económica que o País regista nos últimos anos.

As provisões para Bens em dação de pagamento são apresentadas na rubrica “Outros ativos” (Nota 9).

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor, deduzidas das respetivas depreciações. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei n.º 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor.

Assim, como é a intenção do BISTP manter os títulos até a sua maturidade, ou seja, não tem o objetivo de desfazer-se dos títulos a curto prazo ou obter um ganho de curto prazo, não são registadas provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao valor nominal e correspondem a Bilhetes do Tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como proveito de forma linear até ao seu vencimento. Os títulos são contabilizados no ativo pelo seu valor nominal, e apresentados no balanço na linha designada por “Títulos de investimento”.

O valor do desconto é contabilizado no passivo na rubrica “Contas de regularização - Receitas com proveito diferido – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Até junho de 2023 o Banco estava obrigado a proceder a coleta do imposto sobre consumo como definido no Decreto-Lei nº 35/2000, a taxa de 5%, tal como determinado no Decreto – Lei nº 9/2005, promulgado em 29 de julho de 2005, bem como ao Imposto do Selo, conforme previsto no Artigo 1º do Decreto-lei nº 81/93, promulgado em 31 de dezembro de 1993.

Com a entrada em vigor, a partir de 1 de junho de 2023, da Lei 13/2019 do Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), que revogou todas as leis de imposto sobre consumo, o banco passou a estar obrigado a proceder a coleta do IVA à taxa de 15%.

Até maio de 2023, era adicionalmente coletado o Imposto do Selo à taxa normal de 6%, mas a entrada em vigor da Lei 14/2022 do Imposto de Selo, a partir de 1 de junho 2023, veio revogar todas as outras normas que a contrariarem. O montante de imposto de selo coletado está refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados.

Os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20%, em sede de imposto sobre rendimento de capitais.

O PCIF não prevê o registo de impostos diferidos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o previsto no Artigo 99º da referida Lei, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade por benefícios de reforma dos seus empregados.

j) Prémios de antiguidade

Até 2021, o Banco assumia o compromisso de liquidar um prémio de antiguidade, correspondente, a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaziam 15 e 30 anos de serviço, respectivamente. Em 2022, com a entrada em vigor do novo Estatuto de Pessoal, através da Ordem de Serviço nº 23/2022, o Banco passou a assumir o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um, dois ou três meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 10, 20 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Contas de regularização - Custos a pagar” (Nota 14) e apresentados nos resultados na categoria de “Custos com pessoal”.

k) Prémio de produtividade

A Comissão Executiva distribui anualmente aos empregados prémios de produtividade (Participação de Lucros) de acordo com a contribuição de cada um para os resultados e defesa dos interesses do BISTP.

Para elegibilidade foram definidos os seguintes critérios:

- Empregados do quadro efetivo, com contrato por tempo indeterminado, a termo, de avença ou expatriado, que à data de 31 de dezembro se encontrem ao serviço do Banco;
- Empregados que, não estando ao serviço do Banco naquela data, tenham prestado serviço efetivo na totalidade ou em parte no ano, e que, entretanto:
 - Tenham sido reformados;
 - Tenham cessado funções no respeito de contrato ou acordo estabelecido com o Banco, excetuando-se os contratados a termo que por desadequação foram dispensados.

Os prémios de produtividade são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

A remuneração dos órgãos sociais é composta por duas componentes, sendo uma fixa, atribuída a todos os membros, do Conselho de Administração, e uma variável atribuída exclusivamente aos membros executivos do Conselho de Administração com o propósito de estimular o desempenho deste órgão e premiar os resultados alcançados. A remuneração variável dos membros executivos do Conselho de Administração é paga discricionariamente, em função do desempenho sustentado do Banco e por decisão da Assembleia Geral, após aprovação das contas.

l) Comissões

Conforme descrito na Nota 2.1, o Banco efetua o diferimento das comissões cobradas na concessão dos créditos sobre clientes ao longo da vida das operações através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são igualmente objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua originação, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

m) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Nos termos do artigo 6.º da NAP 13/2021, as exposições classificadas na categoria “Perda” devem ser abatidas ao ativo (write-off) após terem decorridos 12 meses desde a sua classificação naquela categoria ou antes desse prazo, caso não existam expectativas razoáveis de recuperação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

n) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na NAP 13/2021 e no Diário da República N.º 25/1992, Instrução n.º 2, Regulamento 2.2 e 2.3, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

o) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e depósitos de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Um passivo contingente afigura-se como uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Assim, o Banco divulga um passivo contingente, quando é mais provável que nenhuma obrigação presente exista à data do balanço, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro linear, o qual não difere de forma material do método da taxa de juro efetiva.

O cálculo de juro inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos relacionados com a transação.

A NAP 05/2009 - "Plano de Contas" estabelece que as instituições não podem continuar a reconhecer juros (periodificação) após 90 dias de incumprimento (operações de crédito classificadas em classe III).

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

2.3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objetivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2.2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Provisões para crédito concedido

As provisões sobre crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.c), resultando de uma revisão periódica da carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade. Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o seu comportamento e dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal, um elevado grau de julgamento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

b) Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2. p) acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota. A reavaliação dos passivos contingentes está dependente da evolução de processos judiciais em curso, podendo esta ter um resultado diferente do previsto.

c) Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos após a data a que a matéria coletável respeite, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2019 a 2023. No entanto, não é previsível que qualquer correção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em junho de 2022 o Banco Central decidiu pelo aumento do coeficiente da reserva mínima de caixa (RMC) em moeda nacional de 18% para 28%, no quadro da política monetária de combate a inflação, mantendo o coeficiente em moeda estrangeira inalterado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 28% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante total de exigibilidades ascende a STN 583.897.977 e STN 620.514.050, respetivamente.

	2023	2022
Caixa		
Notas e moedas nacionais	35.231.160	64.312.303
Notas e moedas estrangeiras:		
Em Euros	9.066.776	15.152.453
Em Dólares dos Estados Unidos	7.514.858	4.266.054
Em outras divisas	3.449.923	8.043.789
	55.262.716	91.774.600
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	494.126.385	905.484.128
Em moeda estrangeira:		
Em Euros	27.454.295	55.032.007
Em Dólares dos Estados Unidos	20.134.128	20.410.172
	541.714.808	980.926.306
	541.714.808	980.926.306
	596.977.524	1.072.700.906

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

A rubrica “Cheques a cobrar” correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Títulos a cobrar no país” corresponde aos títulos representativos de “ordens bancárias” emitidas pela Direção Geral do Tesouro, visando o pagamento das despesas correntes do Estado e que são depositados no Banco para efeitos de liquidação, os quais apresentam datas de maturidade inferiores a 10 dias.

O maior afluxo de divisas destinadas aos projetos financiados por organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento, estão na base do crescimento das disponibilidades nos bancos correspondentes.

	2023	2022
Cheques a cobrar		
No estrangeiro		39.200
No país	3.845.527	804.142
	3.845.527	843.342
Títulos a cobrar no país	2.520.403	2.715.983
Depósitos à ordem no estrangeiro		
Caixa Geral de Depósitos:		
Sede (lisboa)	91.139.745	69.800.689
Sucursal de França	2.215.457	2.071.172
Banco Comercial Português	14.389.596	7.368.082
Banco Santander Totta	6.343.866	3.728.172
Banco BAI Europa	37.970.048	7.075.669
Outras Instituições de Crédito	184.362	184.362
	152.243.073	90.228.147
Outras disponibilidades	224	231
	158.609.228	93.787.702

Anacardium occidentale

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

2023						
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Caixa Geral de Depósitos	USD	4,80%	3.500.000	77.155.050	3.353.673	80.508.723
BAI Europa	USD	5,40%	1.750.000	38.577.525	2.042.680	40.620.205
BAI Europa	USD	6,03%	3.750.000	82.666.125	1.716.975	84.383.100
BAI Europa	USD	5,96%	1.150.000	25.350.945	302.183	25.653.128
BAI Europa	USD	5,87%	1.600.000	35.270.880	212.791	35.483.671
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,90%	2.500.000	61.250.000	457.844	61.707.844
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,90%	3.000.000	73.500.000	406.088	73.906.088
Caixa Geral de Depósitos	EUR	3,82%	11.600.000	284.200.000	60.314	284.260.314
BAI Europa	EUR	4,09%	500.000	12.250.000	278.347	12.528.347
BAI Europa	EUR	3,99%	1.200.000	29.400.000	430.122	29.830.122
BAI Europa	EUR	3,95%	1.210.000	29.645.000	416.348	30.061.348
BAI Europa	EUR	4,10%	1.250.000	30.625.000	313.906	30.938.906
Caixa Geral de Depósitos	GBP	4,15%	400.000	11.256.600	451.791	11.708.391
Caixa Geral de Depósitos	GBP	5,20%	360.000	10.130.940	49.073	10.180.013
Caixa Geral de Depósitos	CHF	1,55%	150.000	3.950.730	5.783	3.956.513
Caixa Geral de Depósitos	CAD	4,85%	100.000	1.666.859	7.635	1.674.495
Certificado de Depósitos Banco	STN	3,50%	64.810.968	64.810.968	107.118	64.918.086
				871.706.622	10.612.671	882.319.293

2022						
	Moeda	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em STN	Juros a Receber	Total
Banco Comercial Português	USD	0,85%	3.400.000	78.223.460	618.726	78.842.186
Banco Comercial Português	USD	2,93%	1.700.000	39.111.730	569.822	39.681.552
Banco Comercial Português	USD	3,85%	1.800.000	41.412.420	602.321	42.014.741
Banco Comercial Português	USD	3,85%	1.800.000	41.412.420	602.321	42.014.741
Banco Comercial Português	USD	4,75%	1.100.000	25.307.590	267.136	25.574.726
Banco Comercial Português	EUR	1,05%	1.000.000	24.500.000	97.183	24.597.183
BAI Europa	USD	5,45%	1.500.000	34.510.350	208.979	34.719.329
BAI Europa	USD	5,45%	1.600.000	36.811.040	16.718	36.827.758
				321.289.010	2.983.206	324.272.216

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2023			2022		
	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total	Montante em STN	Juros a receber	Montante Total
Até três meses	669.795.143	7.725.976	677.521.119	117.335.190	1.188.548	118.523.738
Entre três meses e um ano	201.911.479	2.886.695	204.798.174	203.953.820	1.794.658	205.748.478
	871.706.622	10.612.671	882.319.293	321.289.010	2.983.206	324.272.216

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

De acordo com o PCIF, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da carteira de crédito ("Normal" e "Sob supervisão", respetivamente), são considerados em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito ("Abaixo do normal", "Crédito duvidoso" e "Perda", respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Em 2023 e 2022, o Banco procedeu ao abate dos créditos (Write-off) que estavam classificados com perda por mais de 12 meses, conforme estipula a NAP 13/2021, nos montantes de 2.034.203 STN e 151.229.771 STN (que inclui, para além do capital em dívida, os juros de mora, comissões de processamento e custas judiciais). Referindo-se apenas ao montante de capital em dívida abatido o mesmo eleva-se, respetivamente, a STN 1.493.863 e 150.642.047, para 2023 e 2022 (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as provisões constituídas para clientes nas categorias "Irregular" ascendem a 98.987 mSTN e 57.567 mSTN, respetivamente, e encontram-se a abater ao valor bruto do crédito no ativo na rubrica "Crédito sobre clientes".

O recrudescimento do stock de provisões em 31 de dezembro de 2023 para as categorias "Irregular" está relacionada com uma conjuntura mais adversa, marcada por um fluxo migratório para o exterior mais significativo de famílias verificado em 2023, que se tem traduzido no aumento do incumprimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, verifica-se reversão de provisões para clientes na categoria "Regular" que ascendem a 1.026 mSTN e 1.542 mSTN, respetivamente, e encontram-se refletidas na rubrica "Provisão para riscos gerais de crédito" da Provisões (Nota 15).

	2023	2022
Crédito Regular		
- Moeda Nacional		
Descontos comerciais	-	152.000
Empréstimos	532.997.893	630.670.319
Crédito em conta corrente	21.716.464	27.221.239
Descobertos em depósitos à ordem	107.591.446	116.247.105
	662.305.803	774.290.663
Moeda Estrangeira:		
Descontos comerciais		
Empréstimos	11.833.710	14.027.073
Descobertos em depósitos à ordem	753.361	799
	12.587.070	14.027.872
Total de crédito regular(1)	674.892.873	788.318.535
Crédito Irregular:		
- Moeda Nacional		
Capital	76.002.196	63.654.533
Juros	777.950	520.050
	76.780.146	64.174.582
- Moeda E estrangeira		
Capital	15.740.635	20.951.223
Juros	145.083	10.172
	15.885.718	20.961.394
Total de crédito irregular (2)	92.665.864	85.135.977
Total de crédito concedido (3)=(1)+(2)	767.558.737	873.454.512
Juros a receber de crédito concedido (4)	2.387.220	4.354.102
Total de crédito bruto (5) - (3) (4)	769.945.957	877.808.614
Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6)	(64.879.937)	(57.842.435)
Total de crédito líquido (7) - (5) (6)	705.066.020	819.966.179

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, excluindo juros vincendos, pode ser detalhada como segue:

Para efeitos de apresentação dos quadros acima, a distinção entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

Em 31 de Dezembro de 2023, o crédito irregular encontrava-se adequadamente coberto pela provisão regulamentar e reforçada pela provisão económica, sendo uma cobertura de 78,0%. Em 2022 esta cobertura era 68%, o que evidencia um reforço das provisões face às condições mais adversas verificadas em 2023 relativamente ao risco de crédito.

	2023			2022		
	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido	Crédito regular	Crédito irregular	Crédito concedido
Empresas						
Agrícola	289.003	-	289.003	-	-	-
Automóvel	835.228	-	835.228	1.181.091	21.649	1.202.739
Comércio	453.560	48.059	501.619	519.004	309.669	828.673
Construção	3.996.235	6.184.933	10.181.168	9.492.967	811.083	10.304.050
Consumo	3.844.605	149.261	3.993.866	3.332.080	19.189	3.351.269
importação	499.341	-	499.341	4.762.855	-	4.762.855
Investimento:	45.060.397	12.309.125	57.369.522	55.824.787	13.891.851	69.716.638
-Agricultura e Pecuária	-	1.663.096	1.663.096	-	2.079.619	2.079.619
-Comercio	16.570.143	6.457.089	23.027.232	19.097.756	7.517.857	26.615.613
-Construção	23.836.609	3.624.188	27.460.797	24.073.796	3.624.697	27.698.493
-Educação	697.074	-	697.074	949.506	-	949.506
-Serviços	1.844.342	-	1.844.342	8.022.980	-	8.022.980
-Turismo	2.112.228	564.753	2.676.981	3.680.748	669.679	4.350.427
Outros Tipos	19.622.852	-	19.622.852	23.752.767	-	23.752.767
Organismo Central do Estado	243.702.170	-	243.702.170	298.123.389	-	298.123.389
	318.303.391	18.691.378	336.994.768	396.988.940	15.053.441	412.042.381
Particulares						
Agrícola	7.915	-	7.915	71.135	-	71.135
Automóvel	957.562	1.212.707	2.170.269	2.074.073	935.573	3.009.646
Comércio	906.494	133.178	1.039.672	386.877	225.903	612.780
Construção	76.471.013	10.791.954	87.262.968	112.724.748	10.171.538	122.896.286
Consumo	118.296.337	6.832.332	125.128.670	88.957.049	3.954.973	92.912.021
Educação	765.141	7.041	772.182	1.256.917	-	1.256.917
Habituação	138.450.610	39.883.956	178.334.566	160.674.977	38.808.540	199.483.517
importação	-	444.378	444.378	471.677	467.498	939.175
Investimento	19.018.189	14.668.939	33.687.128	23.218.721	15.220.547	38.439.268
Outros Tipos	521.095	-	521.095	544.971	19.654	564.625
Saúde	1.195.127	-	1.195.127	948.451	278.310	1.226.762
	356.589.482	73.974.486	430.563.968	391.329.596	70.082.536	461.412.131
	674.892.873	92.665.864	767.558.737	788.318.535	85.135.977	873.454.512

Classe	Vencido				Provisões			
	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	659.810.423	-	269.741	269.741	660.080.164	8.360.102	-	8.360.102
Sob supervisão	10.935.794	3.812.907	64.008	3.876.915	14.812.709	606.437	882.729	1.489.166
Total de Crédito Regular	670.746.217	3.812.907	333.749	4.146.656	674.892.873	8.966.540	882.729	9.849.268
Abaixo do normal	16.376.063	949.076	37.115	986.191	17.362.254	501.511	4.910.315	5.411.826
Crédito Duvidoso	45.904.452	24.416.381	718.256	25.134.636	71.039.089	11.753.205	43.450.386	55.203.591
Perda	152.593	3.944.266	167.662	4.111.928	4.264.521	4.264.520	-	4.264.520
Total de crédito irregular	62.433.109	29.309.722	923.033	30.232.755	92.665.864	16.519.236	48.360.701	64.879.937
	733.179.326	33.122.629	1.256.782	34.379.411	767.558.737	25.485.776	49.243.430	74.729.205

Classe	Vencido				Provisões			
	Vivo	Capital	Juros	Total	Total de Crédito	Regulamentar	Económicas	Total
Normal	773.531.854	420.925	268.387	689.312	774.221.166	9.419.350	-	9.419.350
Sob supervisão	8.598.370	5.388.035	110.965	5.499.000	14.097.369	721.610	744.978	1.466.588
Total de Crédito Regular	782.130.224	5.808.959	379.352	6.188.311	788.318.535	10.140.960	744.978	10.885.938
Abaixo do normal	12.565.057	2.416.559	54.300	2.470.859	15.033.916	870.784	2.895.146	3.765.930
Crédito Duvidoso	50.500.969	17.332.899	365.611	17.698.510	68.199.479	6.450.697	45.447.731	51.898.428
Perda	265.915	1.526.357	110.310	1.636.667	1.902.582	1.583.695	318.887	1.902.582
Total de crédito irregular	63.329.941	21.275.814	530.222	21.806.036	85.135.977	8.905.176	48.661.763	57.566.939
	845.460.164	27.084.774	909.574	27.994.348	873.454.512	19.046.136	49.406.742	68.452.877

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição da carteira de crédito concedido a clientes (excluindo os juros a receber) por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o crédito em situação regular (excluindo juros a receber) apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2023		2022	
	Taxa de Juro	Crédito Regular	Taxa de Juro	Crédito Regular
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	11,95%	662.305.803	11,68%	774.290.663
Em Dólares dos Estados Unidos	8,69%	2.946.979	8,74%	11.443.010
Em Euros	10,29%	9.640.091	10,97%	2.584.862
		674.892.873		788.318.535

	2023	2022
Até 3 meses	131.691.790	138.556.478
De 1 ano a 5 anos	423.253.017	377.235.614
Mais de 5 anos	156.890.965	304.838.159
Indeterminado	1.449.933	1.062.895
	767.558.737	873.454.512

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

7. TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os títulos estão registados pelo seu valor nominal. O valor do desconto encontra-se registado na rubrica “Receitas com proveitos diferidos – Obrigações e outros títulos” (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco apenas dispunha na sua carteira Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe.

2023							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	Montante em STN	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0022)	STN	161.480.433	5,28%	07/02/2024	161.480.433	8.519.567	170.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0023)	STN	47.456.588	5,36%	03/05/2024	47.456.588	2.543.412	50.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0025)	STN	188.969.601	5,84%	03/08/2024	188.969.601	11.030.399	200.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0026)	STN	37.735.849	6,00%	03/10/2024	37.735.849	2.264.151	40.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0027)	STN	94.339.623	6,00%	09/11/2024	94.339.623	5.660.377	100.000.000
					529.982.094	30.017.906	560.000.000

2022							
	Moeda	Custo de aquisição	Taxa de desconto	Data de vencimento	Montante em STN	Desconto	Total
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0018)	STN	177.395.549	4,36%	15/02/2023	177.395.549	7.732.656	185.128.205
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0019)	STN	38.402.803	4,16%	16/05/2023	38.402.803	1.597.197	40.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0020)	STN	104.854.776	4,91%	09/08/2023	104.854.776	5.145.224	110.000.000
Bilhete de Tesouro (STPBTTES0021)	STN	80.999.193	4,94%	14/09/2023	80.999.193	4.000.807	85.000.000
					401.652.321	18.475.884	420.128.205

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 5,364%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a STN 54.806.500.

No exercício de 2017, o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura. Embora em 2020 a SPAUT tenha iniciado um processo de reestruturação do seu modelo de negócio, visando uma melhoria substancial na qualidade de serviço e inclusão de novos serviços de pagamento na rede Dobra24, o BISTP, prudencialmente, mantém a sua participação provisionada em 100%.

	31/12/2021					Abates				31/12/2022		
	Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade	Transferências	Ativo Bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Imobilizações corpóreas												
Imóveis de serviço próprio	268.457.546	(82.693.436)	185.764.110	-	(7.287.277)	1.610.042	- 388.423	-	-	266.843.440	(89.592.290)	177.251.149
Mobiliário e material	39.548.866	(33.125.483)	6.423.382	169.070	(2.626.080)	-	-	-	36.675	39.750.550	(35.751.564)	3.998.986
Máquinas e ferramentas	35.072.964	(26.454.572)	8.618.391	3.148.784	(2.931.746)	-	-	-	1.863.013	40.089.029	(29.386.318)	10.702.711
Equip. Informático-hardware	28.970.333	(24.161.695)	4.808.638	1.136.051	(2.997.908)	45.081	(9.392)	-	3.605.979	33.663.219	(27.150.211)	6.513.008
Instalações interiores	14.487.298	(10.145.716)	4.341.582	551.198	(1.299.123)	-	-	-	32.698	15.067.130	(11.444.839)	3.622.291
Material de Transporte	11.043.139	(6.898.174)	4.144.965	-	(1.642.230)	1.630.783	(1.630.783)	-	1.389.640	10.797.933	(6.909.622)	3.888.311
Equipamentos de Segurança	4.865.754	(3.265.018)	1.600.736	29.753	(357.122)	-	-	-	-	4.911.554	(3.622.140)	1.289.414
Outros Equipamentos	2.876.573	(1.999.909)	876.664	-	(237.129)	-	-	-	-	2.876.573	(2.237.038)	639.535
Património artístico	1.084.005	-	1.084.005	-	-	-	-	-	-	1.084.005	-	1.084.005
	406.406.478	(188.744.005)	217.662.473	5.034.857	(19.378.614)	3.285.906	(2.028.597)	-	6.928.005	415.083.433	(206.094.022)	208.989.411
Imobilizações incorpóreas												
Equip. Informático-software	43.107.386	(37.881.232)	5.226.155	817.824	(3.066.266)	-	-	-	2.142.486	46.067.696	(40.947.497)	5.120.199
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-
	43.162.543	(37.936.388)	5.226.155	817.824	(3.066.266)	-	-	-	2.142.486	46.122.853	(41.002.654)	5.120.199
Imobilizações em curso												
Imobilizações incorpóreas	2.142.486	-	2.142.486	551.021	-	-	-	-	(2.142.486)	551.021	-	551.021
Imóveis de serviço próprio	888.220	-	888.220	5.941.218	-	-	-	-	-	6.829.438	-	6.829.438
Imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	36.675	-	36.675	-	-	-	-	-	(36.675)	-	-	-
Máquinas e ferramentas	2.288.825	-	2.288.825	79.184	-	-	-	-	(2.288.825)	79.184	-	79.184
Equipamento informático	2.459.824	-	2.459.824	-	-	-	-	-	(2.459.824)	-	-	-
Instalações interiores	753.040	-	753.040	-	-	-	-	-	(753.040)	-	-	-
Equipamentos de Segurança	-	-	-	956.921	-	-	-	-	-	956.921	-	956.921
Material de Transporte	1.389.640	-	1.389.640	-	-	-	-	-	(1.389.640)	-	-	-
	9.958.711	-	9.958.711	7.528.344	-	-	-	-	(9.070.490)	8.416.564	-	8.416.564
Imobilizações financeiras												
SPAUT	2.940.000	(2.940.000)	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000	(2.940.000)	-
	2.940.000	(2.940.000)	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000	(2.940.000)	-
	462.467.732	(229.620.393)	232.847.339	13.381.024	(22.444.880)	3.285.906	(2.028.597)	2.940.000	-	472.562.849	(250.036.676)	222.526.174

Em 2023, as obras de melhoria e requalificação de imóveis próprios, em particular no edifício onde funciona a Agência de Mercado, ficaram concluídas e foram responsáveis pelo aumento valor dos imóveis de serviço próprios.

O aumento do material de transporte resulta das aquisições de novas viaturas em substituição de algumas que já estavam totalmente amortizadas, e para atender às necessidades crescentes de logística, em particular decorrente da abertura em 2024 de uma agência em Neves.

Em 2023, foram adquiridos novos computadores no âmbito do plano de renovação de máquinas obsoletas, o que justificou o crescimento de equipamentos informáticos no imobilizado.

9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito	57.586.251	56.606.251
Adiantamentos - Cash advance	1.614.099	1.698.033
Western Union	1.102.215	1.150.345
Imposto sobre rendimento (IRC) a receber	4.906.956	253.962
Cartões VISA	396.295	2.425.286
Outros	2.232.128	2.311.840
Total	67.837.944	64.445.717
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15)	(33.649.222)	(21.586.051)
	34.188.722	42.859.666

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

Ano de Aquisição	Saldo em 31/12/2022	Movimento em 2022		Saldo em 31/12/2023
		Aquisições		
Anterior a 2012	2.211.563	-		2.211.563
2012	-	-		-
2013	2.240.398	-		2.240.398
2014	-	-		-
2015	980.000	-		980.000
2016	4.777.500	-		4.777.500
2017	-	-		-
2018	-	-		-
2019	19.038.000	-		19.038.000
2020	4.140.805	-		4.140.805
2021	15.925.000	-		15.925.000
2022	7.292.984	-		7.292.984
2023	-	980.000		980.000
Total	56.606.251	980.000		57.586.251

Ano de Aquisição	Saldo em 31/12/2021	Movimento em 2022		Saldo em 31/12/2022
		Aquisições	Alienações	
Anterior a 2012	241.693	-	(241.693)	-
2012	2.211.563	-	-	2.211.563
2013	2.240.398	-	-	2.240.398
2014	-	-	-	-
2015	980.000	-	-	980.000
2016	4.777.500	-	-	4.777.500
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-
2019	19.038.000	-	-	19.038.000
2020	4.140.805	-	-	4.140.805
2021	15.925.000	-	-	15.925.000
2022	-	7.292.984	-	7.292.984
Total	49.554.960	7.292.984	(241.693)	56.606.251

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor bruto e as provisões constituídas para os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

Ano de Aquisição	2023			2022		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
Anterior a 2012	2.211.563	(2.211.563)	-	2.211.563	(2.211.563)	-
2012	-	-	-	-	-	-
2013	2.240.398	(2.240.398)	-	2.240.398	(2.240.398)	-
2014	-	-	-	-	-	-
2015	980.000	(980.000)	-	980.000	(755.417)	224.583
2016	4.777.500	(4.777.500)	-	4.777.500	(4.080.781)	696.719
2017	-	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-	-
2019	19.038.000	(14.014.027)	5.073.973	19.038.000	(8.130.813)	10.907.188
2020	4.140.805	(690.131)	3.450.674	4.140.805	(517.600)	3.623.205
2021	15.925.000	(7.520.109)	8.404.891	15.925.000	(3.649.479)	12.275.521
2022	7.292.984	(1.215.492)	6.077.492	7.292.984	-	7.292.984
2023	980.000	-	980.000	-	-	-
Total	57.586.251	(33.649.222)	23.937.029	56.606.251	(21.586.051)	35.020.200

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco tem registadas provisões no montante de STN 33.649.222 e STN 21.586.051, respetivamente, para fazer face a eventuais menos-valias decorrentes da alienação destes imóveis (Nota 15). Estas provisões são calculadas de acordo com o divulgado na Nota 2.2 d).

Em 2021, foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda para 2 imóveis adquiridos em 2015 e 2020 cujas escrituras só se irão realizar, em 10/01/2034 e 01/08/2041, respetivamente, aquando da liquidação dos respetivos créditos concedidos pelo Banco, pelo que o critério de provisionamento não foi alterado. Os valores de venda desses dois imóveis estão registados na conta de recursos de outras entidades, no montante de STN 1.592.500 e STN 4.165.000, respetivamente.

Em 2023 a rubrica “Outros” elevava-se a STN 3.212.128, composta essencialmente por dois imóveis detidos para venda no montante de STN 1.221.620 e 980.000, sendo este último imóvel o principal responsável pela variação desta rubrica quando comparado com 2022.

O Conselho de Administração confirma que mantém a intenção de proceder à alienação dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito.

O saldo da rubrica “Imposto sobre rendimento (IRC) a receber” resulta do imposto sobre rendimento apurado para o exercício de 2023 ter sido inferior ao montante do imposto pago antecipadamente (Nota 19).

A rubrica “Cartões VISA” diz respeito aos valores pendentes de compensação pela rede VISA.

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco deixou de deduzir as provisões de cobrança duvidosa para outros devedores ao saldo da rubrica de “Outros ativos” (Nota 16).

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Proveitos a receber:		
Outras comissões	735.882	245.975
Despesas com custos diferido:		
Licenças de software	1.407.314	1.494.429
Seguros	1.749.029	1.630.303
Rendas	26.950	85.015
Outras despesas	1.198.366	2.854.510
	4.381.660	6.064.256
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	316.798	177.877
	5.434.339	6.488.109

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Proveitos a receber – Outras comissões” refere-se essencialmente às comissões a receber sobre prémios de seguro de vida e proveitos sobre arrendamento, nos montantes de STN 333.653 e STN 249.495, respetivamente.

A rubrica “Despesas com custos diferido” corresponde a pagamentos por conta de fornecimentos e serviços de terceiros que, de acordo com os respetivos contratos os serviços serão prestados em períodos futuros. Estes serviços encontram-se maioritariamente relacionados com licenças de software e seguros.

A rubrica “Despesas com custos diferido - Outras despesas” comporta, essencialmente, ao custo de licença anual do software adquirido à empresa Dixtior que tem sido diferido. A redução desta rubrica deve-se ao facto que a 31 de dezembro o montante ainda por diferir elevava-se a STN 567.463, enquanto que em 2022 este montante era de STN 2.236.561,87 2022.

11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos a prazo de clientes (excluindo juros a pagar) apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2023		2022	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	4,03%	129.809.386	3,99%	129.553.791
Em Dólares dos Estados Unidos	1,63%	21.019.897	1,86%	24.960.694
Em Euros	0,93%	6.036.968	1,17%	7.598.496
Em Libras Esterlinas	1,00%	2.203.423	1,37%	985.497
		159.069.674		163.098.478

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2023			2022		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	16.480.096	8.279	16.488.375	22.335.435	13.398	22.348.833
De três a 1 ano	80.929.872	189.311	81.119.183	80.495.924	221.369	80.717.293
De 1 ano a 5 anos	36.004.707	82.266	36.086.973	34.612.118	84.515	34.696.634
Mais de 5 anos	25.655.000	897.392	26.552.392	25.655.000	900.198	26.555.198
Total	159.069.674	1.177.249	160.246.923	163.098.478	1.219.480	164.317.958

	2023	2022
Depósitos à ordem:		
Residente em moeda nacional:		
Organismos autonomos e empresas privadas	743.099,016	831.461.851
Particulares	595,593,856	596.077.430
Organismos estatais e empresas públicas	189,152,503	244.268.591
	1.527.845.375	1.671.807.872
Residentes em moeda estrangeira:		
Organismos autonomos e empresas privadas	558.518.688	219.244.776
Particulares	200.858.139	218.568.155
Organismos estatais e empresas públicas	48,623,238	46,212,819
	808.000.065	484.025.750
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares	13,932,749	15.897.695
Total de depósitos à ordem (1)	2.349.778.189	2.171.731.317
Depósitos a prazo :		
Residentes em moeda nacional		
Particulares	127.198.989	127.617.745
Organismos autonomos e empresas privadas	2,610,397	1,936,046
	129.809.386	129.553.791
Residentes em moeda estrangeira		
Organismos autonomos e empresas privadas	327.018	230.069
Particulares	27.919.233	33,314,619
	28.246.251	33,544,688
Não residentes em moeda estrangeira:		
Particulares		
Organismos autonomos e empresas privadas	1,014,038	-
	1,014,038	-
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	1,177,249	1,219,480
Total de depósitos a prazo (2)	160.246.923	164.317.958
Total de depósitos de clientes (3)=(1)+(2)	2.510.025.112	2,336,049,275

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Cheques e cobrar” refere-se ao valor de cheques visados que aguardam o seu levantamento.

A redução de outros recursos de particulares em moeda estrangeira resulta da transferência ao Acionista CGD do montante de salário dos quadros da CGD, que também eram membros de órgãos sociais no BISTP.

	2023	2022
Moeda nacional		
Cheques a Cobrar	15.212.057	9.301.475
	15.212.057	9.301.475
Moeda estrangeira		
Outros recursos de particulares	89.258	415.152
Recursos de instituições financeiras	111.152	47.871
	200.410	463.022
	15.412.467	9.764.497



Melastoma affine

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Caução para operações de crédito” apresenta o seguinte detalhe:

	2023	2022
Linha de crédito Compran	7.350.000	7.350.000
Imóveis alienados - imóveis em dação (ver Nota 9)	5.757.500	6.125.000
Cauções diversas	1.220.739	3.559.910
Imóveis alienados - débitos para venda (ver Nota 9)	2.450.000	2.450.000
Outras cauções para operações de crédito	3.190.657	4.209.522
	19.968.896	23.690.433

Em 31 de Dezembro de 2023, a “Linha de crédito da Compran” corresponde ao montante recebido pelo Banco no âmbito do acordo de parceira celebrado com o Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), a título de fundo de garantia para as linhas de crédito a serem concedidas pelo Banco no decurso do referido acordo.

Em 31 de Dezembro de 2023, rúbrica “Cauções diversas” continha o valor de STN 1.218.289 consignado pelo Banco, a pedido do Projecto de apoio à comercialização, à produtividade agrícola e a nutrição (Compran), para financiar o micro projeto selecionado pela referida entidade.

Até 31 de dezembro de 2023 o banco tinha registado na conta de “Recursos de Outras Entidades”, o montante de STN 2.450.000 correspondente ao valor de venda de um imóvel registado na rubrica de “Outros Ativos” (Nota 9) pelo valor de STN 1.212.620, referente à imóveis detidos para venda. A escritura e transferência de propriedade definitiva para o comprador ocorrerá em 10 de junho de 2026, data em que o crédito associado a esta operação atinge a sua maturidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Caução por abertura de créditos documentários diz respeito a cauções efetuadas para garantia de cobertura das operações de crédito documentário em carteira, em particular a operação de CDI destinada a importação de cimento, essencialmente. Estas operações são autorizadas pela Comissão Executiva (CE).

	2023	2022
Caução para operações de crédito	19.968.896	23.690.433
Caução por abertura de créditos documentários	7.226.447	22.246.772
Fornecedores	7.096.805	5.072.341
Acionistas	261.146	254.021
Outros credores	-	68.723
Imposto de selo sobre operações bancárias	1.243.268	875.667
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	163.353	495.146
Imposto sobre o consumo	52.510	689.956
Outros impostos e tributos	725.943	760.854
Retenção na fonte sobre trabalho independente	1.894.068	1.905.748
Imposto sobre valor Acrescentado (IVA)	385.920	-
	39.018.356	56.059.658

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o prémio de produtividade ascende a STN 11.324.688 e STN 11.000.041, respetivamente (Nota 2.2. k.).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o prémio de antiguidade foi apurado de acordo com a política descrita na Nota 2.2.J.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Outros custos a pagar” refere-se principalmente às periodificações dos custos com serviços de auditoria nos montantes de STN 4.389.583 e STN 2.655.391, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas as operações de crédito. A redução do saldo desta rubrica está relacionada com a maturidade das operações de crédito que lhe deram origem.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Obrigações e outros títulos” refere-se ao diferimento do desconto dos bilhetes de tesouro detidos pelo Banco (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização -Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

	2023	2022
Custos a pagar		
Férias e subsídio de férias	10.169.060	9.293.583
Prémio de produtividade	11.324.688	11.000.041
Prémio de antiguidade	10.277.969	9.656.310
Outros custos a pagar	6.155.802	7.595.784
	37.927.518	37.545.718
Receitas com proveito diferido		
Empréstimos e créditos em conta corrente	8.901.313	10.052.574
Obrigações e outros títulos	14.836.049	7.451.362
Garantias e avales prestados	271.368	1.068.303
Outras receitas	76.449	51.156
	24.085.180	18.623.394
Outras compensações de regularização		
Compensação dos sistemas de pagamentos	8.385.069	8.264.614
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	-	15.791.456
Total	70.397.767	80.225.181

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi o seguinte:

2023					
	Saldo em 31/12/2022	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31/12/2023
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	57.842.435	8.678.267	1.493.863	(146.902)	64.879.937
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2.940.000	-	-	-	2.940.000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	21.586.051	12,063,170	-	-	33.649.222
	82.368.486	20.741.437	1.493.863	(146.902)	101.469.159
Reconhecida na situação líquida					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	10.875.591	(1.025.795)	-	(528)	9.849.268
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	938.053	(361.569)	-	10.033	586.517
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	2.052.367	(1.313.798)	-	-	738.569
Outras provisões (Nota 16)	3.410.787	1.715.000	-	-	5.125.787
	17.276.798	(986.161)	-	9,504	16.300.142
	99.645.285	19.755.276	1.493.863	(137.398)	117.769.301

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Outras provisões” (Nota 16) destina-se a fazer face a contingências relacionadas com processos judiciais e contraordenacionais (Nota 27).

2022					
	Saldo em 31-12-2021	Dotação líquida	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	Saldo em 31-12-2022
A deduzir ao ativo					
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	214 958 384	(7 812 828)	(150 400 354)	1 097 234	57 842 435
Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)	2 940 000	-	-	-	2 940 000
Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9)	16 860 182	4 983 766	(241 693)	(16 204)	21 586 051
	234 758 566	(2 829 062)	(150 642 047)	1 081 030	82 368 486
Reconhecida na situação líquida					
Provisão para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)	12 413 202	(1 541 968)	-	4 358	10 875 591
Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)	263 900	1 772 263	-	16 204	2 052 367
Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)	709 103	392 918	-	(163 968)	938 053
Outras provisões (Nota 16)	1 193 004	2217783	-	-	3 410 787
	14 579 210	2 840 995	-	(143406)	17 276 798
	249 337 775	11 933	(150 642 047)	937 624	99 645285

16. CAPITAL, RESERVAS E PROVISÕES DIVERSAS

	Reservas						Provisões diversas	Resultado líquido do exercício	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total			
Saldos em 31-12-2021	166.600.000	48.113.538	892.214	31.139.164	136.300.958	215.511.997	14.579.210	62.844.253	460.469.337
Excesso de estimativa do imposto do exercício de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	6.284.425	-	-	18.853.276	25.137.701	-	(25.137.701)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.706.552)	(37.706.552)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	95.170.171	95.170.171
Trans ferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trans ferência de reserve para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	2.697.588	-	2.697.588
Saldos em 31-12-2022	166.600.000	54.397.963	892.214	31.139.164	155.154.234	240.649.698	17.276.799	95.170.171	520.630.545
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação em reservas	-	9.517.017	-	-	28.551.051	38.068.068	-	(38.068.068)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(57.102.103)	(57.102.103)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.606.317	72.606.317
Trans ferência do saldo provisão p/ depreciação do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trans ferência de reserve para capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimento provisões diversas (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	(976.656)	-	(976.656)
Saldos em 31-12-2023	166.600.000	63.914.980	892.214	31.139.164	183.705.285	278.717.767	16.300.142	72.606.317	535.158.103

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social do Banco estava representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

Em 2017, o Banco realizou um aumento de capital, no valor de STN 16.600.000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios anteriores. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150.000.000 em 31 de dezembro de 2016 para 166.600.000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1.000.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

	Número de ações	%
Estado de São Tomé e Príncipe	79.968.000	48%
Caixa Geral de Depósitos	44.982.000	27%
Banco Angolano de Investimento - Angola	41.650.000	25%
Total	166.600.000	100%

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no montante de STN 892.214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998.

Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).



Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco atualizava os ativos líquidos em moeda estrangeira, sendo que os impactos desta reavaliação cambial eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da NAP nº 11/07, de 26 de novembro, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício.

Adicionalmente, em 2014, o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1.904.626.

No exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em STN 16.600.000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco (incorporação de reservas).

De acordo com a NAP nº 5/09 esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para efeitos de aumento de capital.

Provisões diversas

A rubrica de “Provisões diversas” da situação líquida inclui as provisões para riscos gerais de crédito sobre clientes, provisões para exposições extrapatrimoniais e outras provisões (Notas 2.2 c), 6, 15 e 18).

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas do Banco são os seguintes:

	2023	2022
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Caixa Geral de Depósitos	92.551.835	71.871.861
	92.551.835	71.871.861
Créditos e Outros sobre instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 5)	5.276.285	-
Estado de S. Tomé e Príncipe (Nota 6)	243.702.170	298.123.389
	248.978.454	298.123.389
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	560.000.000	420.128.205
	560.000.000	420.128.205
Outros Ativos (Nota 9)		
Caixa Geral de Depósitos	1.614.099	1.698.033
	1.614.099	1.698.033
Recursos de Clientes (Nota 11)		
Estado de S. Tomé e Príncipe	237.775.741	290.481.410
	237.775.741	290.481.410
Outros Passivos (Nota 13)		
Caixa Geral de Depósitos	261.146	68.723
	261.146	68.723
Extrapatrimoniais (Nota 18)		
Caixa Geral de Depósitos	66.603.756	20.540.879
	66.603.756	20.540.879
Margem Financeira (Nota 20)		
Caixa Geral de Depósitos	5.276.285	128.919
Estado de S. Tomé e Príncipe	40.205.392	34.266.135
	45.481.677	34.395.054

As transações com acionistas são realizadas a preços de mercado.

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales prestados	28.743.800	40.968.407
Créditos docum entários abertos	66.603.756	20.540.879
	95.347.556	61.509.286
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores sobre O estrangeiro	5.025.576	10.480.350
Depósitos e guarda de valores	1.080.000	1.080.000
	6.105.576	11.560.350
Responsabilidades de terceiros:		
Garantias reais	1.356.265.076	1.395.940.357
Outras contas extrapatrimoniais:		
Consignações	115.531	399.664
Contas diversas	141.406.396	176.670.768
	141.521.928	177.070.433

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as provisões para garantias e avales prestados apresentam seguintes valores:

	2023	2022
Provisão para garantias e avales prestados (Nota 15)	586.517	938.053

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais apurado conforme o Diário da República N° 25/1992, Instrução n° 2, Regulamento 2.2 e 2.3.

19. IMPOSTOS

Em 2023 e 2022, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2023	2022
Resultado antes de imposto	98.357,985	130.337,178
Ajustamentos		
Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30º, nº 1, alínea d))		
- Salários e outros remunerações a pagar (Artº. 30º, nº 3, alínea c))	875,490	(252,420)
- Prémio de desempenho a pagar (Artº.30º, nº 3, alínea c))	324,647	996,210
- Prémio de antiguidade a pagar (Artº.30º, nº 3, alínea c))	621.659	7,276,161
- Multas e demais sanções (Artº 30.1 e)	12,500	-
- Seguro de Vida (Artº.30º, 3 a))	-	1,085,283
Amortizações não dedutíveis (Artº.40º, nº 1, alínea e))	1.562.149	504,430
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º, nº 2)	538.094	586,757
Combustível viaturas (Art. 30º, 2)	681,779	134,427
Despesas de representação (Artº. 31º, 3)	32.369	-
Matéria coletável	103.006.672	140.668.026
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	25.751,668	35,167,007
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores		
Imposto corrente do exercício (1)	25.751.668	35,167,007
Pagamentos por conta (2)	26,375,255	16,526,813
Retenções na fonte (3)	4.283.369	2,848,739
Imposto a pagar/receber (4) = (1) - (2) - (3)	(4.906.956)	15.791.456

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2019 a 2023. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O saldo da rubrica “Retenções na fonte” refere-se, essencialmente, às retenções na fonte à taxa de 20%, aplicadas aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	98.655.461	108.779.464
De obrigações e outros títulos	24.826.648	17.017.463
Comissões associadas a operações de crédito	7.979.513	10.729.058
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	17.987.536	3.754.079
Outros		
	149.449.158	140.280.064
Juros e custos equiparados		
De depósitos de clientes	5.694.883	5.602.054
Outros	-	-
	5.694.883	5.602.054

Os juros de crédito contraíram em resultado da contração da carteira de crédito.

Os juros de obrigações e outros títulos são formados por juros provenientes de Bilhetes de Tesouro. Em face da contração da carteira de crédito, o Banco optou por subscrever mais dívida pública, exigindo taxas mais elevadas tendo em conta a escassez de liquidez no mercado e o aumento do risco País.

Os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, são formados por juros provenientes de aplicações no exterior, em particular em dólares americanos. O seu crescimento explica-se pelo aumento de taxas de juros em USD e em EUR no mercado internacional.

Os juros pagos sobre os depósitos de clientes registaram um aumento, em resultado da subida das taxas de juro em moeda estrangeira.

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimento de serviços e comissões:		
Comissões de transferência	58.098.838	53.232.342
Comissões de garantias e avales	2.303.480	1.824.804
Comissões de créditos documentários à importação	5.930.427	5.213.910
Comissão de intervenção	1.187.426	1.848.981
Comissão de risco	143.100	201.318
Outras comissões	19.528.770	19.895.471
Proveitos de Operações Cambiais	25.805.097	27.246.333
Comissão de manutenção de conta	8.880.326	8.848.277
Comissão de imobilização de conta	883.133	902.654
	122.760.598	119.214.089
Encargos com serviços e comissões:		
Manutenção de cartões	11.103.300	10.543.722
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	11.155.945	7.376.080
Taxas de serviço	5.058.151	1.393.305
Outras comissões	1.103.672	1.965.097
Por compromissos assumidos por terceiros	-	210.131
	28.421.069	21.488.336
	94.339.530	97.725.753

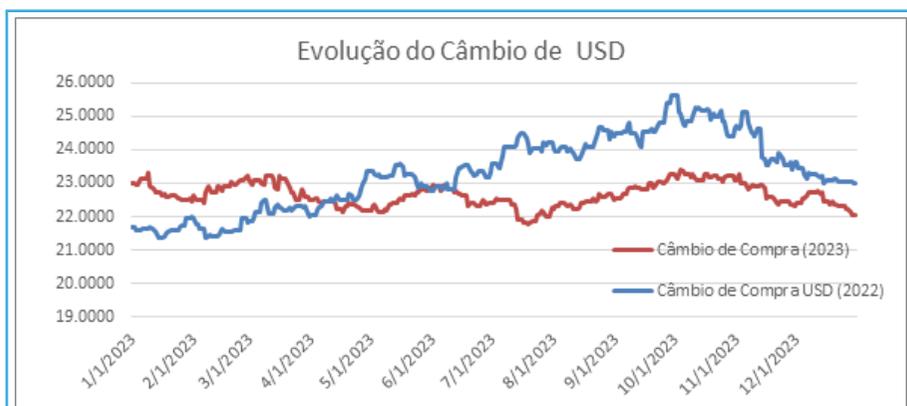
A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, de manutenção de contas de depósitos à ordem e de transferências de valores.

A rubrica "Proveitos de Operações Cambiais" refere-se às comissões obtidas nas operações de venda de euros. Esta comissão foi definida em 2% pelo Banco Central, em resultado da fixação da paridade cambial entre o euro e a moeda local a partir de janeiro de 2018.

22. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

A depreciação do dólar americano face ao euro em 2023 associada a um menor volume de operações realizadas em USD, contribuiu para um menor proveito cambial.



Em 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Prestação de serviços bancários diversos” inclui essencialmente proveitos com a venda de cartões de débito e cadernetas de cheques. Em 2023 os proveitos obtidos com a venda de cartões de débitos e cadernetas de cheques foram de STN 3.650.523 e STN 7.713.605, respetivamente, ao passo que em 2022 os proveitos gerados por esses serviços foram de, respetivamente, STN 9.701.243 e STN 8.600.026. O menor volume de receitas com venda de cartões registado em 2023, quando comparado com 2022, explica-se pelo facto de em 2022 ter sido emitido um volume significativo de cartões de débito, no âmbito de uma parceria com um Projeto do Estado que visa o apoio às famílias vulneráveis.

Em 2023, a rubrica “Impostos e taxas” inclui, essencialmente, o montante do IVA suportado pelo Banco, no montante de STN 4.396.184.

	2023			2022		
	Prejuízos	Lucros	Líquido	Prejuízos	Lucros	Líquido
Resultado sobre notas e moedas	(4.252.653)	4.011.775	240.878	(11.839.242)	13.041.927	1.202.685
Resultados em divisas	(2.282.178.941)	2.315.312.102	33.133.161	(3.180.443.112)	3.228.356.684	47.913.572
Total	(2.286.431.594)	2.319.323.877	32.892.283	(3.192.282.353)	3.241.398.610	49.116.257

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Outros projetos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	15.370.290	21.483.547
Outros	4.438.243	4.543.985
Reembolso de despesas diversas	3.137.144	3.500.901
Recuperação de créditos incobráveis	8.694.609	1.954.928
Mais valias na venda de imobilizado	291.060	156.125
	31.931.595	32.639.046
Outros custos e despesas		
Quotações e donativos	619.150	1.344.306
Impostos e taxas	4.320.712	2.017.538
Outros	8.639.992	6.123.281
	23.291.602	26.515.764

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Em 2023 e 2022, o montante total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização, pode ser detalhado da seguinte forma:

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o montante de crédito junto do Banco que os membros dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização possuíam era de STN 4.060.260 e STN 4.573.167, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco tinha ao seu serviço 138 e 145 empregados efetivos, respetivamente. Entretanto, a média dos trabalhadores ao longo do ano foi de 138, conforme a distribuição do quadro abaixo.

Efetivo médio dos trabalhadores ao longo de 2023	
Direção	08
Técnicos	56
Administrativos	62
Auxiliares	12
Total	138

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui STN 275.628 e STN 399.230 referentes a gastos com voucher e festas de confraternização nos respetivos anos.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos sociais facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

A rubrica “Prémio de produtividade” diz respeito à estimativa da Comissão Executiva para prémios a liquidar por serviços prestados em 2023 e 2022.

	2023	2022
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	12.019.490	10.490.570
Remuneração dos empregados	65.313.936	62.680.947
Prémio de produtividade	9.124.271	8.943.455
Encargos sociais obrigatórios	3.571.011	3.339.167
Encargos sociais facultativos	1.982.697	1.402.816
Prémios de antiguidade (Nota 2.2 j))	1.268.299	10.852.516
Outros	323.128	447.979
	93.602.831	98.157.451

Total de Remunerações Atribuídas no Exercício de 2023 e 2022		
Ano	2023	2022
Conselho de Administração	9.848.176	9.919.375
Conselho Fiscal	577.986	480.884
Órgão de Direção (Diretores)	5.305.516	5.884.232
Funções de Controlo- (Risco, Compliance e Auditoria Interna)	4.553.553	4.282.402
Total	20.285.230	20.566.89

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Água, energia e combustível	8.094.883	6.956.647
Comunicações	8.647.911	8.536.775
Conservação e reparação	3.416.760	3.209.014
Impressos e material de consumo corrente	1.997.360	1.956.099
Serviços de informática	7.594.822	6.317.124
Rendas e alugueres	2.168.888	3.900.416
Segurança e vigilância	2.680.900	2.778.248
Auditoria e Consultorias	4.552.309	3.964.162
Viagens e representação	1.400.766	2.223.844
Publicidade	3.079.858	1.176.933
Avenças, honorários e outros trabalhos indepenc	1.741.369	2.139.310
Seguro	1.515.554	1.797.970
Transporte de Valores	1.876.624	1.704.287
Outros	11.092.510	10.423.515
	59.860.514	57.084,342

Em 2023 os gastos com “Água, Energia e Combustível” elevou-se a STN 8.094.883, evidenciando um aumento face a 2022, justificado pelo aumento do consumo de combustível em resultado de um fornecimento irregular de energia elétrica e do aumento do preço, que vigorou até maio de 2023.

A aquisição de novas licenças de software, associado ao fator inflação, impulsionaram o aumento do custo com serviços de informática.

Em 2023 e 2022, na rubrica “Outros” destacam-se as despesas com o serviço Visa, nos montantes de STN 7.175.667 e STN 6.985.612, respetivamente.

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2023					
	Moeda nacional	EUR	Moeda estrangeira USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	529.357.545	36.521.070	27.648.986	3.449.923	67.619.979	596.977.524
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6.264.840	34.734.944	115.487.067	2.122.377	152.344.388	158.609.228
Outros créditos sobre instituições de crédito	64.918.086	523.747.249	266.648.768	27.005.190	817.401.207	882.319.293
Créditos sobre clientes	690.019.712	12.022.976	3.023.332	-	15.046.308	705.066.020
Obrigações e outros títulos	560.000.000	-	-	-	-	560.000.000
Imobilizações corpóreas	217.108.703	-	-	-	-	217.108.703
Imobilizações incorpóreas	2.259.673	-	-	-	-	2.259.673
Imobilizações em curso	8.048.302	-	-	-	-	8.048.302
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	235.079.107	199.573.816	2.864.980	-	196.708.836	38.370.271
Contas de regularização	5.434.339	-	-	-	-	5.434.339
Total do Ativo	2.318.490.308	407.452.422	415.673.133	32.577.491	855.703.046	3.174.193.354
Depósitos:						
À vista	1.527.845.387	542.732.452	269.041.911	10.158.440	821.932.802	2.349.778.189
A prazo ou com pré-aviso	130.859.497	6.056.127	21.116.943	2.214.356	29.387.426	160.246.923
Recurso de outras entidades	15.323.210	89.258	-	-	89.258	15.412.467
Outros passivos	21.783.349	16.435.125	799.882	-	17.235.007	39.018.356
Contas de regularização	62.890.179	7.428.332	97.342	-	7.525.673	70.415.853
Total do Passivo	1.758.701.622	572.741.293	291.056.078	12.372.796	876.170.166	2.634.871.788
Ativo (Passivo) líquido	559.788.686	(165.288.871)	124.617.055	20.204.695	(20.467.120)	539.321.566
2022						
	Moeda nacional	EUR	Moeda estrangeira USD	Outras	Total ME	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	969.796.438	70.184.456	24.676.223	8.043.789	102.904.468	1.072.700.906
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3.520.194	37.059.102	36.650.881	16.557.524	90.267.508	93.787.702
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	24.597.183	299.675.033	-	324.272.216	324.272.216
Créditos sobre clientes	799.426.490	17.132.251	3.407.437	-	20.539.688	819.966.179
Obrigações e outros títulos	420.128.205	-	-	-	-	420.128.205
Imobilizações corpóreas	208.989.411	-	-	-	-	208.989.411
Imobilizações incorpóreas	5.120.199	-	-	-	-	5.120.199
Imobilizações em curso	8.416.564	-	-	-	-	8.416.564
Imobilizações financeiras	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	112.313.185	69.453.519	-	-	69.453.519	42.859.666
Contas de regularização	6,488,109	-	-	-	-	6,488,109
Total do Ativo	2.534.198.796	79,519,474	364,409,574	24,601,313	468,530,361	3,002,729,156
Depósitos:						
À vista	1.671.807.884	248,695,912	243,841,869	7,385,651	499,923,432	2,171,731,317
A prazo ou com pré-aviso	130,432,363	7,626,647	25,268,706	990,242	33,885,595	164,317,958
Recurso de outras entidades	9,764,497	-	-	-	-	9,764,497
Outros passivos	24,463,831	30,448,925	1,146,903	-	31,595,827	56,059,658
Contas de regularização	71,564,560	7,767,361	893,259	-	8,660,620	80,225,181
Total do Passivo	1,908,033,136	294,538,845	271,150,737	8,375,893	574,065,475	2,482,098,611
Ativo (Passivo) líquido	626,165,660	(215,019,371)	93,258,837	16,225,420	(105,535,114)	520,630,546

27. PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com a política contábilística 2.2. p), os principais passivos contingentes e outros compromissos enquadrados na IAS 37 são os seguintes:

Em 2018, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.715.000, instaurado por um cliente devedor de uma operação de crédito. Por sentença proferida em 24 de agosto de 2020, o BISTP foi absolvido, porém, o autor interpôs recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, aguardando-se prolação da sentença. O Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

Em 2019, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo, no montante de STN 1.193.004, instaurado por um cliente. O Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

Em 2022, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência do qual foi fixada uma multa no montante de STN 2.000.000. Entretanto, o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe interpôs um recurso junto do Tribunal de 1º Instância, e aguarda uma decisão. O Banco decidiu pelo provisionamento na totalidade do montante do processo (Nota 15).

Em 19 de janeiro de 2023, o Banco foi notificado de um processo de contraordenação, movido pelo Banco Central de S. Tomé e Príncipe, na sequência de uma ação de inspeção de rotina ocorrida entre maio e setembro de 2022. O Banco apresentou a sua defesa em 13 de fevereiro de 2023, junto do Banco Central de S. Tomé e Príncipe. Em Agosto de 2023 o Conselho de Administração do Banco Central de S. Tomé e Príncipe decidiu arquivar o processo justificando não haver matéria para instauração de um processo de contraordenação ao BISTP.

28. CONFLITOS NA UCRÂNIA E NA PALESTINA

Apesar do BISTP não ter relações ou interesses comerciais diretos nas regiões em que hoje se assiste a uma maior tensão e conflito decorrente de questões geopolíticas (guerra da Rússia contra a Ucrânia e Israel contra a Palestina), reconhece-se que a eclosão deste diferendo, numa região e entre países que têm algum peso na produção de matérias-primas e no comércio mundial, poderá afetar de certa forma o negócio do Banco, em particular no que diz respeito ao aumento dos preços dos produtos e serviços à escala global, provocado por alguma escassez de produção e atrasos na cadeia de fornecimento. Numa conjuntura como esta, é expectável que alguns projetos ou atividades do Banco e de seus Clientes, que dependam da aquisição de produtos e serviços do exterior, possam sofrer atrasos.

Não obstante o risco ao qual o País está exposto, em face desta conjuntura internacional, nesta fase, é difícil do Banco definir com precisão a magnitude do impacto que esta situação poderá provocar no seu negócio e atividade.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

15 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores accionistas:

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei nº 9/92 sobre as Instituições Financeiras, e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A. R. L. (BISTP), o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, relativos ao exercício de 2023, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

2. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da sociedade, descritas no seu Regulamento aprovado em Setembro de 2022, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da gestão e dos resultados da sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas, orçamento e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas externas e internas vigentes. De realçar a implementação da NAP nº 8/2022 sobre Controlo Interno e Compliance para a qual o Banco definiu um plano de ação;
- acompanhou a evolução da estrutura organizativa do BISTP, nomeadamente das suas áreas de controlo;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- recolheu informação do Conselho de Administração em matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente as relacionadas com as demonstrações financeiras e a evolução da atividade da sociedade. O Conselho Fiscal esteve presente em quatro reuniões do Conselho de Administração do Banco;
- realizou quatro reuniões, uma em cada trimestre, com os primeiros responsáveis dos Gabinetes de Compliance, de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Planeamento e Controlo. De realçar:
 - i) o acompanhamento de todas as deficiências, nomeadamente as de Risco Alto e uma atenção especial para o acompanhamento dos planos de ação em consequência da inspeção realizada pelo Banco Central em 2022;

Handwritten initials and date: 25/11/23



- ii) o acompanhamento dos processos de contraordenação interpostos pelo Banco Central;
- iii) o acompanhamento da implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
- iv) que os principais indicadores de risco de solvabilidade e de liquidez mantêm-se em níveis muito adequados, não obstante a redução do primeiro em 5,8 pontos percentuais (p.p.), para 37%. Em relação à gestão do principal risco, o de crédito, de referir as medidas tomadas conducentes a uma melhoria do risco e a um adequado provisionamento, num ambiente macroeconómico interno muito condicionado (inflação elevada, apesar do recuo, PIB em contracção, reservas internacionais baixas e política monetária contracionista) e de muita incerteza, em virtude da invasão da Federação Russa na Ucrânia e da guerra no Médio Oriente;
- v) em relação ao desempenho da actividade em 2023 comparativamente a 2022, a redução do resultado líquido em 24%, tendo atingido 72.606.317 dobras no ano, o agravamento do *cost-to-income* em 2 p.p., para 60%, e a redução da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) reduziu 4,7 p.p., para 13,6%;
- vi) em relação à estratégia decorrente do "apetite ao risco de subscrição de dívida pública", constata-se que o Banco tem cumprido os limites fixados na ordem de serviço em vigor, no entanto chama-se atenção a uma maior cautela no aumento de exposição global ao risco do Estado Santomense (incluindo Bilhetes de Tesouro e créditos por desembolso), que no final do ano de 2023 ultrapassou a percentagem de 150% dos Fundos próprios;
- vii) em relação ao investimento conducente ao fortalecimento da banca eletrónica, nomeadamente nos processos de modernização das infraestruturas dos sistemas de pagamento e no *upgrade* dos processos de digitalização, a instituição revela aposta na sustentabilidade do negócio com risco mais controlado;
- viii) ter reunido com os representantes do Auditor Independente, inteirando-se dos planos de trabalho e das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respectivas atribuições. As matérias consideradas relevantes para o Auditor Independente, as provisões e imparidades (provisões económicas) para a carteira de crédito de clientes e a valorização de imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito, foram especialmente acompanhadas pelo Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos da Lei:

- o Balanço e as Demonstrações de Resultados relativas ao exercício de 2023;
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2023;
- o Relatório do Auditor Independente, sem reservas nem ênfases, que merece o nosso acordo.

Handwritten initials and date: 25/11/23



3. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios da sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Accionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração e aos Serviços da sociedade, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Cidade de São Tomé, 12 de Abril de 2024

O CONSELHO FISCAL

Handwritten signature of João Sales Luis

Presidente – João Sales Luis

Handwritten signature of João Fonseca

Vogal – João Fonseca

Handwritten signature of Arlindo Ramos

Vogal – Arlindo Ramos